

**Eurico Henriques**  
**A Igreja do Divino Espírito Santo**  
**Um Espaço de Memórias**



**Câmara Municipal de Almeirim**  
**Pelouro do Património Histórico e Arqueológico**  
**Museus e Centros de Interpretação**

**2020**



**Ficha Técnica:**

Editor: Câmara Municipal de Almeirim

Autor: Eurico Henriques

Impressão: Gráfica Central de Almeirim

Depósito Legal: 466922/20

Capa – Fernando Veríssimo.

Fotos de Obras no edifício – do autor.

Fotos de grupos escolares (turmas) cedidas por antigos alunos.

Email:

euricohenriques@gmail.com

eurico.henriques@cm-almeirim.pt



## Índice

- “Escolas Velhas” A Recuperação da Nossa Memória .....	7
- A Igreja do Divino Espírito Santo .....	9
- Levantamento Arqueológico .....	11
- As Estruturas .....	12
- O Conjunto Edificado .....	17
- A História .....	21
- Relação de Bens da Irmandade .....	27
- O Relógio .....	29
- A Escola .....	33
- Rua do Espírito Santo .....	41
- Escrituras Constantes nos Liv. do Tabelião e Notas .....	45
- O Largo do Espírito Santo .....	63
- Empréstimos concedidos pela Ir. do Espírito Santo .....	65
- As Obras de Recuperação .....	67
- A Funcionalidade como Escola .....	79
- A Irmandade do Eº Santo e a Ordem Tª da Penitência .....	87
- Livro das Cisas dos Bens de Raiz .....	89



- As Intervenções dos Executivos Municipais .....	93
- A informação do Adm. do Concelho de Almeirim .....	99
- As Cartas do Administrador do Concelho.....	103
- Carta de Arrematação de Luís Duarte Figueiredo .....	115
- A Reedificação da Irmandade .....	127
- Irmandades e Confrarias de Almeirim.....	133
- Irmandades e Confrarias no Distrito de Santarém .....	145
- Livro de Registo de Alvarás de 1872 a 1873 .....	151
- Livro de Registo de Alvarás de 1874 a 1875 .....	155
- Alvarás de 1875 .....	156
- Livro de Registo de Alvarás de 1875 a 1878 .....	160
- Livro de Alvarás de 1876 .....	161
- Livro de Alvarás de 1877 .....	163
- Livro de Registo de Alvarás de 1878 e seguintes .....	165
- Centro de Interpretação Histórica de Almeirim .....	167
Introdução .....	167
O Projeto de Interpretação .....	169
As Linguagens de Interpretação .....	170
Os Meios Multimédia .....	170
A Organização do Espaço .....	171
Proposta de Distribuição .....	171
Equipamentos e Instalações .....	173
Os Módulos de Interpretação .....	173



Sistemas Interativos .....	175
- Bibliografía .....	177







## **“Escolas Velhas” – A Recuperação da Nossa Memória**

Este é um edifício emblemático do nosso concelho. Ao longo de vários séculos foi um espaço com vários usos, sobretudo religiosos.

Mas na nossa memória coletiva o que prevalece foi o seu uso durante grande parte do século XX. Foi aqui que muitas gerações de almeirinenses aprenderam as primeiras letras.

Transformada ao longo de décadas, a igreja inicial foi aumentada dando lugar a uma Escola Primária para meninas uma vez que já existia a masculina, como ditavam as regras de então. Para mim, pessoalmente, este é também um edifício marcante. Fui dos últimos alunos a “utilizar” esta Escola. Na minha 1.<sup>a</sup> classe, de setembro a dezembro de 1980, frequentei a Escola aqui, antes de ir estrear a moderna P3.

Com o fim do ensino primário e já no início dos anos 90, foi Universidade, recebeu a seguir os meninos do Jardim de Infância e, finalmente, foi sede de várias Associações. O seu estado avançado de degradação levou-me a tornar a sua recuperação como uma das primeiras medidas enquanto Presidente de Câmara.

Tomei posse em finais de 2013 e logo em 2014 realizámos os procedimentos para a sua recuperação. À época a dúvida era: que tipo de recuperação? A História do edifício e o aconselhamento do Professor Eurico Henriques, levaram-nos a uma requalificação arriscada, segundo alguns, mas que veio a demonstrar-se totalmente correta.

As “Escolas Velhas” regressaram à sua forma “original”, mudámos a entrada, voltámos a tornar amplo o seu interior, recolocámos um Passo, mandado retirar no período de vigência da I República.

Mas a recuperação deste espaço é apenas o início de algo mais vasto. Para tal já adquirimos o resto do quarteirão para que o Centro de Interpretação Histórica do Concelho possa ser uma realidade. Um local



que pretende divulgar a nossa História que, fruto das decisões dos Homens ao longo de séculos, não preservou os edifícios mas felizmente manteve as Estórias.

Almeirim foi palco de acontecimentos Nacionais e Internacionais. Por aqui se decidiu o futuro de Portugal. Por aqui passaram Júlio Cesar e as suas legiões.

É tudo isto que pretendemos reviver neste espaço. No entanto a realidade não nos deixa dar passos no ar, pois que o projeto é algo que necessita de muitos euros e, naturalmente, de tempo para o executar. Até lá este espaço tem vindo a ter cada vez mais uso, sobretudo em iniciativas de cariz cultural. É com um enorme prazer que vemos a adesão das pessoas a um espaço diferente mas de grande beleza.

As “Escolas Velhas” são uma memória viva do nosso passado que pretendemos manter e que se revela neste livro.

Pedro Miguel César Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim



## A Igreja do Divino Espírito Santo

Realizaram-se as obras de requalificação e adaptação do complexo edificado que se denominava as Escolas Velhas, sendo que, anteriormente, era conhecido como a Escola Régia.

Estas obras surgem após aprovação feita pelo executivo municipal do Relatório e respetiva adjudicação a 6 de outubro bem como a consequente prorrogação do prazo de início, permitindo à entidade vencedora mais tempo para apresentação de todos os documentos necessários, em 17 de novembro, do ano de 2014.

O complexo engloba a igreja do Divino Espírito Santo, que pertenceu à extinta Irmandade do Divino Espírito Santo e o edifício escolar, cuja construção teve início no ano de 1915. Já no ano anterior, 1914, a câmara mandara demolir o Passo ligado à procissão do Senhor Jesus dos Passos, que se encontrava edificado junto à torre do relógio, do lado da rua da Igreja – hoje João César Henriques – alegando questões de salubridade para a escola “... *é de grande utilidade para beneficiar as condições higiénicas das escolas da vila*”. Nesse ano a população escolar de Almeirim era de 595 crianças do sexo masculino e de 600 para o feminino. As obras indicadas tiveram início a 19 de fevereiro de 1915<sup>1</sup>.

A recuperação integral deste espaço, cuja construção podemos situar entre a primeira metade do século XVI e o presente século XXI, representa o primeiro passo no sentido de uma nova forma de abordagem do valor do Património Arquitetónico do concelho.

A memória local identifica o complexo escolar como “Escolas Velhas”. Pouca informação se produziu sobre a sua origem e qual a sua verdadeira utilização ao longo de cinco séculos. É curioso registar que esta designação de “Escolas Velhas” é bastante recente, senão vejamos:

---

<sup>1</sup> Henriques, Eurico M.L. – Coisas Urgentes – 2006.



no ano de 1964 o Ministério do Interior escreve à Câmara Municipal informando que o Governo pretendia Comemorar os 40 anos da Revolução Nacional (revolta militar de 1926). Para esse efeito seriam realizadas obras de vulto a inaugurar na data do 28 de maio desse ano, 1966. O executivo Municipal – então Comissão Administrativa de nomeação governamental – informa que era necessário mais um espaço escolar, a situar-se no chamado bairro do Pupo e com 8 salas. Acrescentava ainda a necessidade de se construir também uma cantina, atendendo que as crianças daquele bairro eram filhos de gente pobre, os trabalhadores rurais. O edifício foi construído e inaugurado na data desejada, passando a ser conhecido como as “Escolas Novas”.

Outras identificações apontavam para um hospital e para a Ordem 3<sup>a</sup> da Penitência de S. Francisco, atendendo ao Brasão que ostenta na sua fachada. Acrescente-se que, nesta roda de designações, se acrescentou a de ter sido um Convento.

Todas estas classificações da funcionalidade do espaço não me pareceram, desde o início, válidas e não provadas. Fomos, então, de partida, à procura das verdadeiras origens e funções deste espaço. O presente trabalho resulta de vários anos de pesquisa e investigação, na procura de uma verdade que nos esclarecesse.

## **Levantamento Arqueológico**



Com o início das obras de recuperação e tendo em conta que o edifício foi uma igreja e que, de acordo com o preceito católico, aí foram sepultados os que faleciam, procedeu-se ao seu estudo, sendo os trabalhos no conjunto edificado, realizados no corpo que foi a Igreja do Espírito Santo, acompanhados por um levantamento e estudo arqueológico do seu interior, feitos por uma equipa da ERA. Esse levantamento permitiu identificar três fases de construção: uma primeira fase, mais antiga, que apresentou estruturas que suportavam as posteriores. Uma segunda fase, possivelmente do século XIX, altura em que se fizeram obras de adaptação (1881 e 1892). Uma terceira fase, já do século XX (1932) em que se fizeram novas obras para aumento do número de salas de aula.



*Cobertura de sepultura junto ao arco do altar-mor - lado direito. Verifica-se a utilização de um azulejo cordado. Aproveitamento da demolição do Paço Real.*



No estudo do pavimento verificou-se a existência de múltiplos enterramentos, cerca de 118 indivíduos, com 28 sepulturas e 9 ossários. Há que se ter em conta que as obras realizadas nos finais do século XIX, para a construção de uma sala de aula e da casa do professor, provocaram a destruição das sepulturas dos espaços ocupados. As sepulturas detetadas correspondem a 27 enterramentos maioritariamente adultos e 6 não adultos.

A análise do material osteológico indicou a presença dos 108 indivíduos – os 27 resultantes de enterramentos e que tinham conexão anatómica (corpos reconstituídos) e 81 indivíduos identificados a partir dos ossários. Foram identificados 55 adultos e 26 não adultos. Reconheceram-se 26 mulheres e 25 homens. Acrescenta-se que houve 57 elementos osteológicos (ossos) que não foi possível identificar o sexo, havendo 32 pertencentes a não adultos.

As sepulturas detetadas cruzavam-se umas com as outras, estando os corpos em decúbito dorsal, de acordo com os costumes cristãos, tendo a face virada a nascente, braços cruzados sobre o peito ou esticados ao longo do corpo<sup>2</sup>.

É de se considerar que algumas dos espécimes numismáticos recolhidos nas sepulturas sejam reportáveis ao século XVI, pois se assemelham aos ceitis (de notar que ainda não se encontram tratados).

## **As Estruturas**

O estudo realizado incidiu sobre todo o espaço do salão da igreja, o que permitiu colocar em evidência as estruturas (alicerces) das construções aí realizadas, conforme referência anterior.

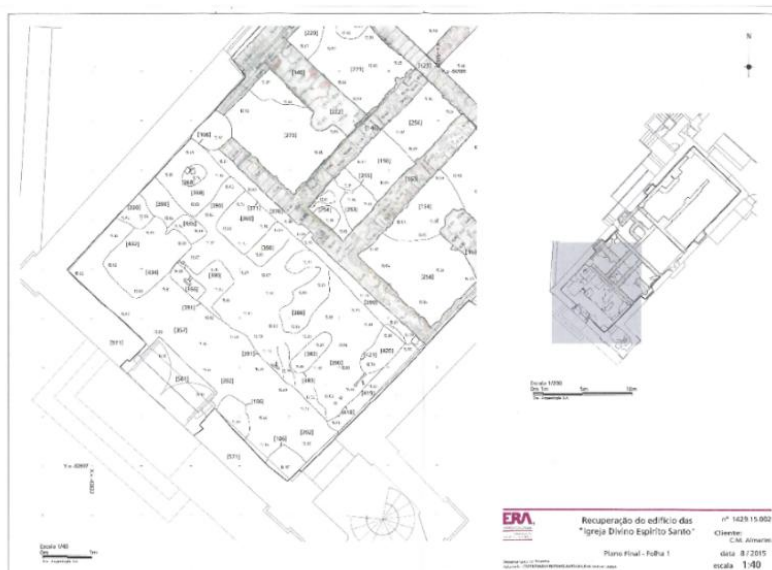
Esse estudo, feito pela ERA, Arqueologia, permitiu conhecer a importância do espaço como necrópole, até à segunda metade do século

---

<sup>2</sup> Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Antigo Edifício das Escolas Velhas – ERA – Arqueologia – 2015.



XIX. No levantamento arqueológico detetou-se a existência de uma estrutura composta por alicerces de tijolo, de várias tipologias. Essa rede de alicerces ocupava a parte oeste do edifício, situando-se a partir da zona central para porta principal, virada ao Largo do Espírito Santo, conforme plantas indicadas. A planta do interior da Igreja, correspondendo à metade da sala, virada a oeste, assinala um conjunto de estruturas, alicerces, que se podem atribuir à edificação da casa para os professores, feita em 1892 pela então Junta de Paróquia. Há que se

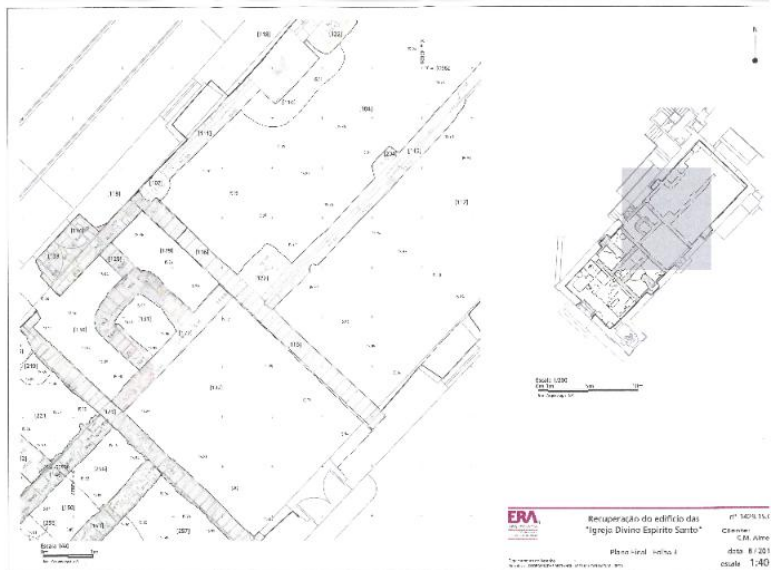


considerar, igualmente, a deteção de um alicerce de parede que poderá ser do edifício primitivo.

Planta do pavimento da Igreja, metade virada para a porta de entrada. Na página seguinte a foto mostra a referida estrutura.

A planta aí representada assinala a parte do pavimento posterior.









*2 - Alicerces correspondentes à construção da casa dos Professores, no ano de 1892.*



*3- Vista do "altar" para a entrada do lado sul.*





*4 - Alicerces referentes a um possível altar primitivo (?). Nota-se, em primeiro plano, o arranque de uma parede que dividia a sala.*

A interpretação dada às estruturas identificadas resulta da observação da sua possível funcionalidade. A parede mais antiga, em primeiro plano na foto nº 4, teria cerca de 50 cm, situando-se a cerca de 4 m da entrada, o que indica um primitivo espaço mais reduzido. No conjunto do trabalho indicaremos a sua provável utilização.



## O Conjunto Edificado



Parede junto à zona da torre, no interior da Igreja. Verifica-se que havia uma abertura, com um arco, que permitiria o acesso da sala para o interior do Passo incluído no trajeto da Procissão do Senhor Jesus dos Passos. Esta Procissão já se efetuava em Almeirim desde a primeira metade do século XVIII. Se tivermos em conta a data que se encontra inscrita no Passo ainda existente, na rua Miguel Bombarda, poderemos situar a sua construção em 1765.

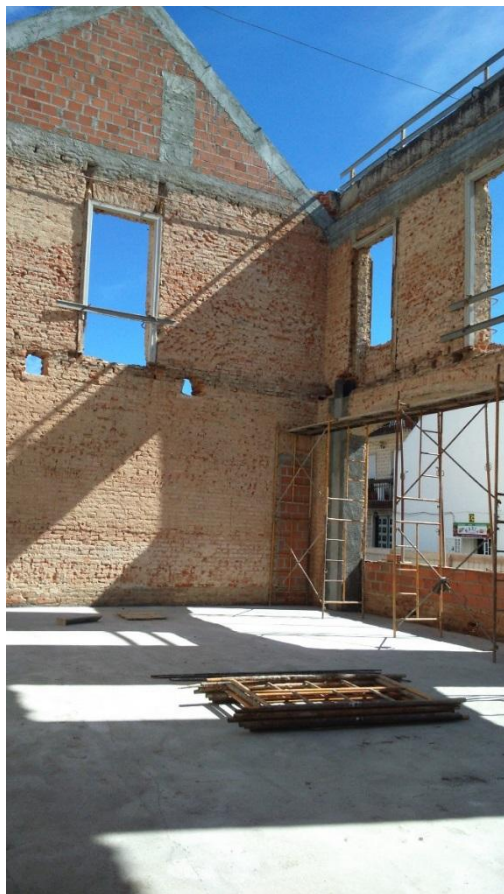




Parede exterior, na lateral da torre. O trabalho de picagem revelou a existência de uma porta. Provavelmente da época da construção original. Seria a primitiva porta para a torre.



O edifício anexo à Igreja, construído entre 1915 e 1920, apresenta características arquitetônicas apropriadas para um espaço escolar, revelando na sua fachada, virada à rua Dr. João César Henriques, o modelo das construções escolares da época.



Havia duas salas de aula, destinadas ao sexo masculino, em cada um dos pisos, sendo as janelas de grande dimensão para a entrada da luz solar.



Parede do complexo republicano, virada à rua da Alagoa. As janelas do primeiro piso, à semelhança com a parede virada ao nascente, rua Dr. João César Henriques, estava igualmente construída com amplas janelas, tendo em atenção a necessidade de luz.





## A História



*Foto anterior a 1881. Ainda se pode ver o relógio instalado em 1831 (?).*

As referências históricas mais antigas sobre a dita igreja, ou Espírito Santo, remontam ao século XVI, cerca de 1549. No século XVIII possuía um ermitão e tinha missa diária. Sendo propriedade da Irmandade do mesmo nome, esta funcionava nas suas instalações.

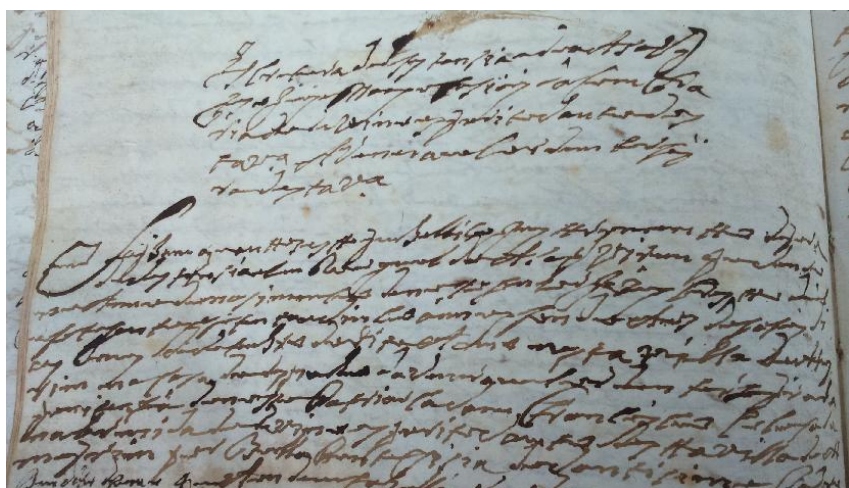
A Ordem Terceira da Penitência de Almeirim foi criada por um Breve do Papa Benedito XIV, em data anterior a 1748, que assinala a primeira referência oficial, numa escritura. Na frontaria da referida igreja está o Brasão da dita Ordem Terceira. Este brasão, aí localizado na parte superior da janela da entrada principal, está adulterado pois falta a decoração e os motivos que distinguem a referida Ordem, em Almeirim.

Esta Ordem Terceira da Penitência de Almeirim já se encontrava em fase de extinção no ano de 1824, pelo que não foi abrangida pelo Decreto de 30 de maio de 1834, quando, pela extinção dos comissários



religiosos, terminou a manutenção do espírito franciscano tradicional, tendo apenas subsistido as confrarias e irmandades que eram detentoras de instituições consideradas úteis aos que as professavam: lares, asilos, hospital, creche, escolas primárias ou então cemitérios próprios.

Já em 1824 o Prior de Almeirim, José António de Oliveira Barreto, tinha reconstruído a Irmandade do Espírito Santo, conferindo-lhe novos estatutos e fazendo voltar a ela os bens que a dita Ordem tinha “usurpado”. Na sua publicação sobre a prisão que sofrera, por ter sido acusado de miguelista, refere que tinha sido ele quem conseguira um relógio de torre<sup>3</sup>.



Escritura de entrega dos bens da Irmandade do Espírito Santo à Ordem Terceira da Penitência, efetuada no Tabelião de Notas de Almeirim, no ano de 1775.

---

<sup>3</sup> Justificação do Prior de Almeirim Acerca da Iniqua, Despótica e Injusta Prisão que Sofreu na Sua Freguezia no Dia 24 de Maio de 1834 – José António de Oliveira Barreto – Biblioteca Nacional.



Paulo Henriquez, Proff.  
João de Faria e Mello  
Paulo Soares Pastelha  
Sebastião da Silva  
Francisco Thomé de Faria  
Leandro da Cunha  
Companhia de S. Paulo  
João de Faria e Mello  
Miguel de Faria

[illegible]







No ano de 1840, a 21 de agosto, o Prior da Freguesia de S. João Baptista pede à Câmara para que passe um atestado “*em como as missas d’almas nesta freguesia, é mais conveniente dizer-se na Igreja Matriz e não na Capela do Espírito Santo*”, o que foi atestado.

A partir de 1860 e de acordo com os novos procedimentos para as Irmandades e Confrarias, os administradores do concelho de Almeirim vão informando o Governador Civil de Santarém que a dita Irmandade não estava legalmente constituída, não tinha o número legal de sócios e não reunia com a regularidade necessária. Acrescentava também que não eram tomadas as contas.

Na matriz predial de Almeirim, n.º 91, referente ao ano de 1862, há a indicação referente à Irmandade como proprietária de casas na rua da Alagoa, que arrendava. No registo n.º 509 há a indicação de casas, adega e quintal, onde vivia o órfão de Joaquim Vieira Nobre, que pagava de foro à Irmandade do Espírito Santo a importância de 1\$400 reis.

Uma vez que a situação administrativa em que se encontrava a Irmandade do Espírito Santo não respondia ao que era estipulado na Lei, o administrador do concelho desenvolve uma intensa correspondência com o Governador Civil de Santarém, informando sobre a situação e procurando influenciar a tomada de posse dos bens para a Junta de Paróquia. A 13 de Agosto de 1871 o mesmo administrador do concelho, Francisco Ferreira Gameiro, informa o mesmo governador que: “(...) A incorporação da Irmandade na Junta de Paróquia é de máxima utilidade, em primeiro lugar pelos insignificantes rendimentos da Junta e em segundo lugar porque seria o melhor meio de conservar-se a igreja daquela Irmandade, que se acha bastante arruinada e convém conservá-la em estado de poder suprir a falta da Igreja Matriz (estaria em obras).”

Perante o aviso de dissolução da Irmandade os irmãos então existentes apresentam uma reclamação a 26 de julho, desse ano. Vêm requerer que “*movidos pelas ideias religiosas que os acompanham*” lhes mandassem abrir matrícula para novos irmãos. Nesse requerimento verifica-se que



os requerentes, integrados na dita Irmandade, eram pessoas importantes na vila, as quais se consideram “as pessoas de reconhecida idoneidade e os mais aptos por sua posição e costumes dos residentes na paróquia e em número considerável”:

Custódio Salter Cid Maldonado, José de Oliveira Carvalho, Henrique Carlos Tavares, José Joaquim Gonçalves, Eusébio Cândido Maldonado, Manuel Marques do Padres, Manuel Gomes da Conceição, João Gomes Calado, António Manuel Batista, o Prior José Casimiro de Sampaio e Lemos, José Pacheco, Alexandre André, o Coadjutor José Francisco de Brito, António Nunes Godinho, António José das Neves, Joaquim Pedro da Guia, Manuel Rodrigues Pisco, Ernesto Joaquim de Meneses (?), João Nunes Godinho, Dionísio António Saraiva, José Joaquim Vieira de Brito, Tomás de Aquino de Sá e Seixas, Manuel Andrade, Manuel Constantino.

Invocando os termos do decreto de 21 de outubro de 1836, o governador manda extinguir a dita irmandade, sendo os seus bens entregues à Junta de Paróquia, no ano de 1873 a 8 de outubro. O termo de entrega de todos os bens fez-se em 21 de novembro do mesmo ano.



## **Relação de Bens da Irmandade:**

O acórdão do Governador Civil de Santarém, que extingue a Irmandade e manda entregar os seus bens à Junta de Paróquia cumpriu-se a 19 de novembro. No ato de entrega fez-se o inventário dos bens existentes:

- Igreja do Espírito Santo – confina pelo norte com a rua da Alagoa, do sul com a rua da Igreja (hoje João Cesar Henriques), do nascente com a casa pertencente a esta igreja, do poente com o Largo do Espírito Santo. Tem três altares, coro, púlpito, sacristia, uma pequena torre com um sino. Acha-se muito arruinada. Nesta referência verifica-se que já não estava em funcionamento o relógio de torre.

Segue-se a relação de outros bens que são: uma pequena casa de 1.º andar, que lhe ficava contígua pelo nascente, um foro no valor de 1\$400 reis, imposto numa casa situada na rua da Rega, sendo rendeiros os herdeiros de Joaquim Vieira Nobre.

Acrescenta-se um outro foro, no valor de 28\$000 reis, sobre uma courela denominada o Almocreve, situada no sítio do Girão, na freguesia de Alpiarça, de que era enfiteuta Francisco da Silva Falcão.

Indicam-se seis castiçais de madeira, uma campainha de bronze, uma toalha velha de algodão, para o altar-mor, uma lâmpada, uma bacia de peditório, uma capa de pano encarnado, em bom uso, uma vara de peditório, um cordão de ouro com o peso de trinta gramas e um decigrama. Aos objetos juntava-se o saldo em dinheiro no total de 65\$315 reis.

A seguir apresentam-se as imagens de santos: Uma imagem do Espírito Santo, um S. Roque, um S. Amaro, um crucifixo de madeira, uma cruz de madeira [estará na Ermida do Calvário?] um missal velho, a rainha Santa Isabel, S. Francisco e Santa Luzia.

Há também a referência a uma pia de batismo, volante, feita em pedra. Esta pia estará na Igreja Matriz de S. João Batista, assim como a maioria das imagens referidas.



Na Matriz Predial de Almeirim, do ano de 1862, há o registo de casas arrendadas pela Irmandade do Divino Espírito Santo de Almeirim, no valor de 8.000 reis de rendimento coletável, na rua da Lagoa [hoje Alagoa]. Refere-se que ao rendimento coletável de 4.000 reis que era o aplicado juntavam-se mais 4.000 por estar a Irmandade sujeita ao extinto imposto do Quinto.

No ano de 1881 a Junta de Paróquia adjudicou obras de alteração ao doutor João César Henriques. Os terrenos envolventes, que faziam parte da Irmandade terão sido vendidos a Casimiro André, na altura aferidor da Câmara.



## O Relógio

No livro de actas da Câmara Municipal há o Acórdão de reunião de Câmara datado de 1 de julho de 1820, a fls. 83v.



Acórdão: “ Na mesma vereação se achou que sendo presente por este Senado a Sua Majestade a necessidade de hum relógio para o bem comum dos lavradores e doentes desta vila, Sua Majestade fosse servido de redigir Provisão pelo Desembargo do Paço, ao Corregedor da Comarca de Santarém para informar sobre o mesmo requerimento Câmara, Nobreza e Povo. E sendo presente a este Senado deliberou no dia de hoje, respondendo à mesma Provisão com a data do dia de hoje, tudo em benefício do que havia requerido e para constar estes mandaram fazer este acórdão

que assinaram.”

Neste acórdão (deliberação) do executivo municipal da época constata-se que era intenção instalar um relógio na vila.

O relógio anterior, instalado no Paço Real de Almeirim, na sua frontaria ou então na Torre junto ao Paço, terá sido retirado após a ordem real de demolição, que determinou também a extinção do cargo de relojoeiro.

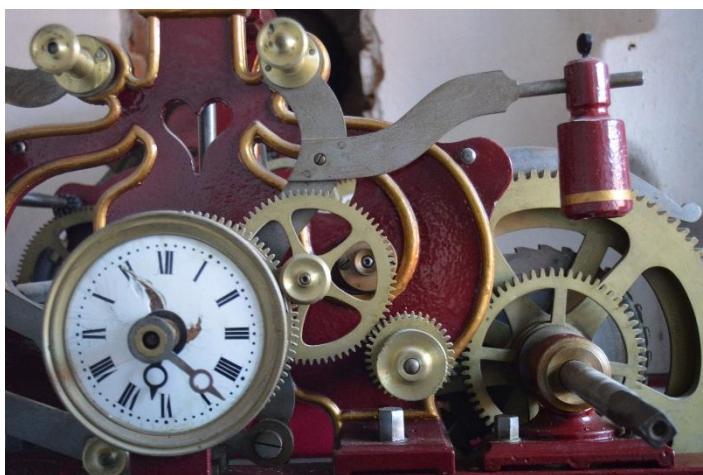
Nas escrituras do Tabelião de Notas registam-se duas referências ao mesmo relógio: uma feita no ano de 1654, onde se regista que havia sido doada uma casa na vila a Nicolau Rodrigues “tendo em vista o bom



funcionamento do relógio que ele conserta”<sup>4</sup>. A viúva deste Nicolau Rodrigues vem a ter um terço do ordenado do marido, que falecera<sup>5</sup>, a 10 de outubro de 1683.

Outra em 1706 indicando António de Oliveira como “Relojoeiro dos Paços de Almeirim”, que sucede ao anterior. Em 1719, a 15 de abril, é nomeado Domingos Nunes<sup>6</sup>.

No entanto, verificamos que hoje a torre da referida igreja ostenta um relógio com dois mostradores e com pesos. Na sua parede, um pouco mais abaixo há uma pequena entrada que era a saída do eixo de um relógio anterior, aí instalado pelo pároco José António de Oliveira Barreto, cerca de 1831, conforme registo que existia na antiga escada de acesso. O Prior Barreto, na sua alegação de defesa, refere que fizera



*Mecanismo do relógio de torre. (1892).*

regressar à Irmandade as rendas que a Ordem Terceira havia usurpado e as fizera aplicar na compra do relógio de torre, dando ele 20\$000 reis. Este acórdão da Câmara, de 1 de julho de 1820, refere a iniciativa

---

<sup>4</sup> Há uma referência indicando Diogo Nunes, armeiro e ourives, relojoeiro em Santarém e indicado para Almeirim, no ano de 1592 – (Custódio 2008).

<sup>5</sup> RGM/1/511-D. Pedro II – Liv.º 1, fls.7 a 7v.

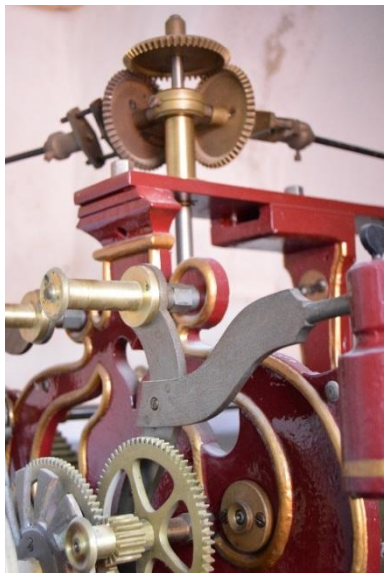
<sup>6</sup> Liv.º 10, fls. 423- RGM – D. João V.



municipal, junto da coroa, para se conseguir um relógio. Se tivermos em conta as declarações do então pároco, José António de Oliveira Barreto, não se conseguiu a disponibilidade governamental para a sua compra.

Este relógio perdurou até ao ano de 1889 uma vez que há uma deliberação da Câmara datada de 29 de março desse mesmo ano em que se delibera nomear Rodrigo Aires de Carvalho, morador em Almeirim, para dar corda ao relógio da vila.

O relógio atual, com dois mostradores, foi instalado pelo município. A Câmara Municipal, na sua reunião de 26 de março de 1892 deliberou adquirir: *“um relógio para esta vila, sendo o fornecimento adjudicado a Augusto Cesar dos Santos, de Lisboa, por ser este o que melhores garantias dava, devendo lavrar-se o respetivo termo de responsabilidade”*. O auto de fornecimento de um relógio de torre, feito



a Augusto Cesar dos Santos, surge a 25 de Abril, sendo presidente o senhor Deodato Rodrigues Pisco e vereadores os senhores D. Fernando Manuel e Manuel Andrade. O relógio tinha de ser de *“boa e sólida engrenagem, com dois mostradores, corda para trinta horas e pesos de ferro, com o preço de 350\$000 reis”*. A garantia seria de cinco anos, sendo o transporte e o assentamento da sua responsabilidade. O referido relógio ostenta na armação de suporte as letras P. F. que podem sugerir a leitura Post Frères ou Paget Francis, fabricantes destes relógios em França.

No dia 17 de julho de 1979, o Sr. Joaquim da Silva Mónica, relojoeiro e morador na rua Dionísio Saraiva, informou a Câmara que o relógio da torre da Escola tinha a máquina a necessitar de lavagem e de ser desenferrujada, isto porque tinha massa acumulada nos carretos e veios.



Detetara ainda que havia folgas nos casquilhos metálicos do chassis e que o sistema de horas também estava alterado. Apresentou uma proposta para a devida reparação no valor de 15.000\$00. A Câmara deliberou mandar proceder à mesma exigindo uma garantia e assistência técnica. Já no ano de 2004 procede-se a uma nova reparação e limpeza executadas pelo relojoeiro Hermínio de Freitas Nunes, especialista em restauro de relógios de torre.



## A Escola

Nesta foto da rua João César Henriques – anterior rua da Igreja – feita antes de 1915, pode ver-se no primeiro plano, à esquerda, o Paço da Procissão do Senhor Jesus dos Passos – demolido em 1914 – a parte lateral da Igreja já adaptada a escola, seguindo-se a sacristia, sobressaída, com um frontão – demolida para se construir



outro bloco escolar, no ano de 1915 – ao fundo a igreja Matriz de S. João Baptista. Do lado direito parte do Largo do Espírito Santo e o edifício que terá sido a adega de Casimiro André.

A Junta de paróquia de Almeirim, a quem fora entregue o conjunto de edificações da Irmandade do Divino Espírito Santo, põe a concurso as obras de adaptação da Igreja, em 1881.

Estes trabalhos, que foram adjudicados ao Dr. João César Henriques, médico do Partido municipal, poderão ter sido realizados com o fim de aí se instalar uma Escola. No entanto o que perdurou para o futuro foi que seria para ser um Hospital.

Esta situação ou denominação de Hospital encontra uma justificação documental nas atas da Câmara do ano de 1885. Neste ano o Dr. João



César Henriques, como membro da Comissão de Beneficência da vila, aparece em reunião de Câmara de 18 de agosto a oferecer o edifício para nele se instalar o dito Hospital, uma vez que havia o perigo da cólera. Na época já havia surgido um grave surto desta epidemia em França e o Governo português exigia dos Governos Cíveis e Municípios o máximo dos cuidados e medidas de salubridade e higiene.

A indicação de obras a fazer para se adaptar o mesmo a Hospital, esclarecem sobre a sua identificação e localização. O executivo, que aceitou a oferta, enumerou as obras que deveriam ser feitas: abrir oito janelas e fazer a remoção de um dos Passos, que pertencia à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, que se encontrava colocado junto à torre do Relógio. O orçamento previsto não poderia ultrapassar os 240\$000 reis. Na votação do mesmo ficou deliberado que só haveria orçamento para as obras quando se registasse a invasão da cólera. Situação que não aconteceu. A que vai acontecer será a adaptação para escola, no ano de 1892.

Numa das atas de constituição da Associação de Socorros Mútuos de São João Batista, de Almeirim, refere-se: “a sessão inaugural fez-se no dia 27 de setembro de 1882, na sala do rés-do-chão do edifício escolar, no Largo do Espírito Santo”. Este edifício é a igreja que fora transformada para escola (Henriques, 2006). É de se ter em consideração que esse texto terá sido escrito numa fase posterior, já com o edifício adaptado a Escola.

No mesmo ano da colocação do relógio, 1892, deliberou-se sobre nova transformação do edifício. O presidente da Câmara, na reunião de 14 de maio desse ano, informou que se ia debater a questão colocada nas atas da Junta de Paróquia, referentes aos dias 1 e 10 desse mês.

No dia 1 a Junta resolvera “*adequar o edifício denominado do Espírito Santo, que ora lhe pertence, a aulas e habitação dos respetivos professores, fazendo nele as indispensáveis modificações, interna e externa, do dito edifício, cuja obra orçou em oitocentos e oitenta e oito [mil] e cem reis*”. A câmara aprovou as deliberações da Junta. Uma vez



que já anteriormente se havia procedido a obras, estas estarão ligadas à construção de uma habitação para o professor.

Em 1903, a 17 de Outubro, foi resolvido pelo executivo municipal pedir ao Governo autorização para construir dois edifícios escolares. Um seria para a vila de Almeirim, destinando-se a substituir o que já existia mas que não tinha as “condições precisas” para continuar a funcionar, o outro para Benfica do Ribatejo.



*Construção do Bloco para aulas, iniciado no ano de 1915.*

Temos uma nova referência à Escola em 1904. No Dicionário Histórico e Coreográfico regista-se que na vila havia duas escolas. Sobre a escola feminina, surge a indicação de que se dizia ter ali havido um hospital “onde hoje é casa de aulas” (Henriques, 2006).

O edifício a ela anexo, construído no sentido nascente da rua João Cesar Henriques, resultou do interesse da Junta de Paróquia e da Câmara Municipal em aumentar o número de salas de aula, atendendo ao aumento da população escolar no início do século XX. As obras tiveram



o seu início a 19 de fevereiro, de 1915. A verba orçamentada foi de 1.100\$00, que não deverá ter sido suficiente, uma vez que em 1920 o jornal A Boia, jornal publicado em Almeirim entre 1919 e 1922, refere-se às “*obras de Santa Engrácia*” escrevendo sobre a sua não conclusão, “*bastava um impulso cheio de boa vontade e patriotismo*”.

No ano de 1933 o presidente da câmara, Guilherme Andrade Godinho, propõe a criação de mais dois lugares para as aulas femininas, informando a câmara que será adaptado o espaço da escola ocupado como casa do professor, que teria de sair. Estes lugares entram em funcionamento no ano de 1934.

As características físicas da construção primitiva exigiam reparações, atendendo ao seu estado de conservação. Assim a Diretora da Escola do sexo feminino envia um ofício à Câmara Municipal, a 7 de agosto de 1936, chamando a atenção para o estado de algumas salas. O executivo delibera mandar fazer as reparações necessárias.

Esta situação mantém-se no tempo. No ano de 1960, atendendo ao estado de conservação do edifício e torre do relógio, a Câmara delibera que se efetuem as reparações que o edifício requer.

A 28 de fevereiro de 1969 verificou-se um grande abalo sísmico que percorreu a costa e o interior do país, de Lisboa ao Algarve. De acordo com estudos realizados sobre o mesmo verificou-se que atingiu o grau 7,3 da escala de Richter e de VI-VII, na de Mercali. Este sismo provocou muitos estragos nas zonas indicadas. Em Almeirim também foi sentido. A Câmara, na sua reunião de 6 de março, desse ano, refere: *o sismo ultimamente sentido no país danificou parte das Escolas Velhas, existentes na sede do concelho, motivo porque deixaram de funcionar três salas de aula.*

Tendo em atenção a necessidade de se proceder à reparação do edifício e depois de ouvir um técnico responsável, foi deliberado colocar 4 esticadores e fazer o *refechamento* das fendas existentes. Os esticadores,



feitos em ferro, foram arrematados a Joaquim Modesto Quina, pela importância de 2.500\$00.

No seguimento desta referência a estragos provocados pelo sismo, em reunião de 20 de março, verificou-se igualmente a situação do edifício dos Paços do Concelho. Sobre ele diz-se que *foi bastante abalado*, pelo que havia a necessidades de se efetuarem obras de recuperação. A primeira deliberação foi a de que se devia encarar a construção de um novo edifício, atendendo ao mau estado em que o mesmo se encontrava.

A manutenção do conjunto escolar exigia cuidados continuados. A Câmara delibera fazer uma vistoria ao edifício das Escolas Velhas, onde funcionavam as Escolas Primárias n.º 1 e n.º 2, uma vez que havia a informação da diretora sobre a necessidade de obras, a 17 de dezembro de 1970.



*Sala de aula no rés-do-chão do edifício republicano.*

No seguimento destas reclamações há ainda outra, feita a 4 de janeiro do ano seguinte, de novo dirigida ao executivo por parte dos diretores das duas escolas. Nela se refere que o edifício se encontrava em precário estado de condições higiénicas e pedagógicas, não oferecendo



quaisquer condições de segurança a sua instalação elétrica. O Delegado Escolar informa também que, nem ele nem os professores, se poderão responsabilizar pelos danos causados por qualquer possível avaria. Consultada a Hidro Elétrica do Alto-Alentejo, entidade fornecedora da energia elétrica, esta informa que a instalação não oferece segurança.

Perante esta reclamação e informação, a Câmara decide mandar desligar imediatamente a corrente elétrica e efetuar a reparação.

Esta situação, considerada de grande insegurança e alarme, faz com que a Direção Escolar de Santarém envie um ofício à Câmara, a 14 de abril, onde informa que deixaram de funcionar os lugares da escola masculina n.º1, sita na rua João César Henriques, por não oferecer condições de segurança, tendo os mesmos lugares sido transferidos para a Escola Feminina n.º 2, que funciona no mesmo lugar e para a Escola do Plano do Centenário, existente em Almeirim (Escolas Novas). Pede a referida Direção Escolar que sejam postos à disposição dos serviços escolares outras instalações para os lugares desalojados.

A Câmara, em reunião do executivo, deliberou aguardar que se concluíssem as diligências em curso, com vista à construção de um novo edifício escolar.

O problema não ficou resolvido pois que a Direção das Construções Escolares vem pedir à Câmara que faça a reparação do edifício da rua João César Henriques, a 3 de junho desse ano de 1971.

A sua utilização como Escola do 1.º ciclo termina no ano de 1982, com a entrada em funcionamento da nova Escola P3, localizada no Canto do Jardim.

Neste mesmo ano de 1982, com o desenvolvimento de obras no edifício chamado do Conde Sobral, onde funcionava o Centro Popular da Criança, foi necessário procurar um novo espaço. Assim, a 7 de setembro desse ano, o Centro Regional da Segurança Social de Santarém aceita a proposta do município para que este passe a funcionar, a título provisório, nas instalações das Escolas Velhas. A



gestão deste Centro Popular da Criança, passa para a Santa Casa da Misericórdia de Almeirim.

O Gabinete de Apoio Técnico de Santarém, a pedido do município efetua uma vistoria às instalações a 7 de setembro de 1982. Como resultado da mesma apresenta um conjunto de recomendações para que se realizem obras de conservação e restauro, atendendo a que se encontrava num estado crítico.

Considerando a importância desta informação a Câmara envia ofícios à Santa Casa da Misericórdia de Almeirim e ao Centro Regional de Segurança Social, alertando para que está a ser ultrapassado o tempo de utilização previsto no Protocolo assinado para a utilização do edifício como Centro Popular da Criança.

Após a conclusão das obras no edifício do Conde Sobral, o Centro muda-se para aquele espaço.

No ano de 1991 surge uma nova utilização para o complexo. A Câmara delibera aceitar uma proposta da Universidade Autónoma “UAL”, de Lisboa, para se instalar uma Delegação em Almeirim. Para esse efeito manda realizar obras de adaptação nos dois blocos: Igreja e Bloco anexo. As obras no interior mudaram as instalações e provocaram alterações importantes<sup>7</sup>.

O funcionamento como Universidade – Pólo – durou pouco tempo. Após o encerramento conturbado da atividade universitária o complexo será ocupado por Associações Culturais e Desportivas até à deliberação municipal para se proceder à sua recuperação e aí instalar um Centro de Interpretação da História de Almeirim.

As informações disponíveis permitiram conhecer registos e procedimentos relacionados com as atividades da Irmandade do Divino Espírito Santo e da referida Ordem Terceira da Penitência. Através dos

---

<sup>7</sup> O Almeirino de 15/09/1991 – Universidade em Almeirim ou o benefício de ser Cidade?



mesmos podemos verificar a evolução da vila, com os aforamentos e moradores, progredindo na área do Largo do Espírito Santo, atingindo a rua dos Apóstolos, travessa dos Arreios e ruas da Alagoa e da Igreja.



## Rua do Espírito Santo.

[illegible]

*Escritura de aforamento a Jorge Jácome, de uma casa, no ano de 1549, na rua do Espírito Santo.*



Como referimos anteriormente, este espaço teve o seu início no século XVI. Esta afirmação resulta da pesquisa feita na Chancelaria de D. João III. Assim temos que, no Livro dos Próprios da Chancelaria de D. João III, nº 60, a fls. 208 e s. está registada uma escritura de aforamento, feita em nome de Jorge Jácome e de sua mulher, Isabel Mateus, na qual se indica a localização e confrontações de uma casa de morada e seu quintal. Este casal era morador em Almeirim e vem solicitar a sua carta de aforamento, nos termos do regimento das Casas de Almeirim.

A medição é feita pelo medidor das propriedades da Coroa na Comarca de Santarém, Francisco Fernandes, a 13 de junho de 1549. A referida casa estava localizada na “rua do Espírito Santo para a Igreja Nova”. Esta Igreja é a Igreja Matriz de S. João Batista de Almeirim. As medições feitas indicam que confrontava da banda do oriente com a rua que “que chamavam de João Castilho e de Francisco da Silva”, os quais habitavam por de trás da referida casa de morada; tinha de comprido 21 varas, da bando do poente “*donde partem com rua pública que é do Espírito Santo*”<sup>8</sup> e “*partia da banda do norte o dito chão e casas com casas de Pedro de Faria, porteiro d’el Rei, tendo de largura 18 varas e três quartos; da banda do sul donde partem as ditas casas e chão com a Estrebaria das andas da Rainha, Nossa Senhora, tendo de largura 18 varas e quarta, e que as mediu pela sua vara de 5 palmos, da forma costumada*”.

Se fizermos a redução das varas ao sistema métrico teremos uma área correspondente a 25,20 m de comprimento e 18,9 m de largura, situando-se na área onde se localizam as casas no Largo do Espírito Santo.

Esta escritura, do ano de 1549, vem situar no tempo a existência do Espírito Santo na cidade. Como já referimos anteriormente, no que se detetou a quando do levantamento arqueológico, foi identificada uma parede mais antiga, dividindo o espaço da Igreja. Esta divisão apontava

---

<sup>8</sup> Na carta de aforamento aparece indicada a palavra oriente, que será engano pois começam-se as confrontações com a indicação do oriente, já referidas.



para um espaço inicial mais pequeno. Agora podemos considerar que a instalação da Irmandade do Espírito Santo em Almeirim foi anterior à data referida. A indicação da localização, que refere a rua do Espírito Santo para a Igreja Nova – que é a Matriz e do Padroado Real – esclarece-nos sobre a sua natureza: era o Espírito Santo, ou o Império, a sede da referida Irmandade. Posteriormente, já no século XVII, terá havido um acrescentamento e a sua transformação em Igreja – Ermida.

Nos registos seguintes apresenta-se um conjunto de aforamentos realizados na área da Rua do Espírito Santo, constantes no livro de Aforamentos da Câmara Municipal.

1691 – 9 de julho. Liv. Esc. Af.º da CMA – fls.10v a 11.

Escritura de Aforamento de António Rodrigues Canário – paga de foro, em cada hum ano, 450 reis.

(...) parte por banda do nascente com quintal de Manuel Gonçalves Vinagre e da banda do sul com o Largo onde está a porta da Moira e da banda do norte com a rua do Espírito Santo e da banda de cima com o quintal de João de Matos (...).

1692 – 1 de janeiro. Liv. Esc. Afº da CMA – fls. 16.

(...) Foram os oficiais da Câmara, este presente ano, a saber: juízes António da Costa e José Pacheco Pimentel, vereadores Simão Rodrigues de Carvalho e procurador Manuel Rodrigues Rapado, em vereança deram posse a Manuel Gonçalves Vinagre da chã contida nesta escritura porquanto a Câmara passada a não tinha dado, de que se fez medição da chã e do quintal e se achou ter a frontaria da rua do Espírito Santo vinte e duas varas de cinco palmos cada uma e da banda do sul de suas casas (?) e da banda do Escaromão dezassete varas (...)

1701- 8 de maio. Liv. Esc. Afº da CMA

Rua que vai para a Igreja, defronte da Ermida do Espírito Santo. (...) partem pela banda do nascente com a porta principal da Ermida do



Espírito Santo e da banda do norte com a rua pública e da banda do poente com quintal do ducado de Bragança.

1704 – 7 de maio. Liv. Esc. Af.º da CMA – fls. 76 a 81.

Escritura de foro de João António “ferassa”.

(...) por ele João António “ferassa”, mercador nesta vila foi dito (...) que ele tinha aforado a eles ditos oficiais da Câmara, hum chão que está de frente da Igreja do Espírito Santo (...) que parte com casas de Manuel da Cunha de Sampaio (...) e junto â casa dos arreios (...)

1708 – 20 de dezembro. Liv. Esc. Af.º da CMA – fls. 116v. a 119v.

Escritura de foro de Francisco de Freitas – foro de 400 reis.

(...) em a casa da Câmara dela e sendo aí presentes os oficiais da dita Câmara (...) o juiz João Farinha Lopes e Manuel Durão de Torres, vereadores o capitão Simão Lopes de Carvalho e José da Costa de Almeida e procurador do concelho José Gonçalves e perante eles apareceu presente Francisco de Freitas, lavrador e morador na freguesia de Santa Marta, sendo aquela de Santarém, (...) que ele tinha aforado a eles ditos oficiais da Câmara hum pedaço de chão que está nesta vila por de trás das suas casas que ele tem nesta vila o qual chão é huma travessa que parte do poente com a rua pública dos Apóstolos e da parte do nascente com rua pública do Espírito Santo e da parte de baixo parte com casas e quintal dele dito Francisco de Freitas e da parte de cima com casas e quintal de António Rodrigues e da mesma parte com quintal dos órfãos que ficaram de Manuel Gomes (...).

1709 – 23 de maio. Liv. Esc. Af.º da CMA – fls. 131v a 134.

Escritura de compra de uma casa que comprou Pedro da Costa a António Martins.

(...) de uma parte António Martins “escaromão” e sua mulher Maria Francisca e doutra parte Pedro da Costa (...) e logo pelo sobredito Pedro da Costa foi dito que ele tinha aforado ao senado da Câmara desta vila



um pedaço de chã que está junto às suas casas, cito na rua do Espírito Santo, em a qual chã tinha feito uma casa grande que a qual não consta ainda mais do que as quatro paredes e da qual chã pagava cem reis de foro (...) e como as ditas paredes estão em quase em ametade do dito chão se repartia o dito foro em ametade (...) a qual parte da banda do nascente com a dita casa que está na mesma chã, que é de Manuel Simões, e da banda do norte parte com quintal dele dito vendedor, que da mesma parte para a parte do poente parte com casas que ele dito vendedor deu a seu genro António Francisco e da banda do sul parte com a rua do Espírito Santo (...).

### **Escrituras constantes nos Livros do Tabelião de Notas.**

1691-7 de outubro. Liv. n.º 3- T.N.Alm. – fls. 21 a 21v.

- (...) presente Pascoal da Costa, criado do Marquês de Fronteira (...) que a ele lhe foi arrematada em praça pública humas casas com seu quintal que foram de João Ferreira e de sua mulher Antónia de Oliveira, as quais casas e quintal foram vendidas por sua Majestade (...) por quanto se tinha feito penhora nelas para pagamento da sisa de Sua Majestade de que o dito João Ferreira devia do ano passado que tinha sido siseiro. (...) Deu de lanço trinta e oito mil reis forros de cisa e mais custos para se pagarem a renda de Sua Majestade, com o encargo de huma missa em cada hum ano (...) que é huma morada de casas com seu quintal em esta vila na rua do Espírito Santo, que consta de quatro casas com o dito quintal, de que o dito juiz mandou dar vista e lanço a João Ferreira e a sua mulher Antónia de Oliveira (...) e partem do nascente com casas e quintal de Manuel Gonçalves e quintal de Sua Majestade (...) e do sul com quintal do órfão de António Gomes o “sosmariano” e quintal de João da Silva Vinagre e com outro de Juliana da Mota e do poente e norte com a rua do Espírito Santo”.

1700 - 15 de outubro. Liv. n.º 4 – T.N.Alm. – fls. 51v. a 53.



(...) Diogo Marcham e Francisco da Costa e Manuel da Costa, moradores em Alpiarça, têm de posse pacífica e mansamente (...) nesta vila uma morada de casas com seu quintal (...) sita na rua dos Apóstolos, defronte das Cavalariças de Sua Majestade (...) as quais herdaram por morte e falecimento de sua mãe Francisca Rodrigues (...) as quais casas e quintal partem da banda do norte com a azinhaga do concelho e da banda do nascente com a rua do Espírito Santo e da banda do poente com a rua obliqua que vai da rua dos Apóstolos para a rua do Espírito Santo”.

1701 – 8 de agosto. Liv. n.º 4 – T.N.Alm. – fls. 69 a 72.

(...) comprar huma morada de casas caídas com seu quintal e poço e árvores de fruto e sem fruto, que a sobredita tem nesta vila de Almeirim defronte da porta principal do Espírito Santo, que lhe coube por morte de sua mãe Iria de Andrade (...)

(...) um assento de casas sitas nesta vila na rua que vai para a igreja, defronte da Ermida do Espírito Santo, a saber: três lojas e três sobrados, hum quintal e poço de água nativa e árvores de fruto e sem fruto, em sua avaliação que consta da dita folha de dezoito mil reis (...) As quais partem da banda do nascente com a porta principal da Ermida do Espírito Santo e da banda do norte com a rua pública e da banda do poente com o quintal do Ducado de Bragança (...)

As casas pertenciam a Mariana de Andrade, filha de Bernardo Coelho, que as vendia a António Frazão.

1702 – 8 de junho. Liv. n.º 4 – T.N.Alm – fls. 88v a 89v.

“(...) humas casas que comprou ao dito António Fernandes e à dita sua mulher Maria Francisca, quês estão em esta dita vila de Almeirim defronte da Igreja do Espírito Santo (...) que entre os bens que ele de seu tem e possui em esta dita vila de Almeirim, humas casas de sobrado que consta de huma casa de sobrado com sua loja e chão para outra, pela parte de trás da dita casa, a qual parte pela banda do nascente com casas que foram de Bernardo Coelho que hoje possui António Frazão,



hortelão da Horta de Sua Majestade (...) e pela parte de cima com rua que vai para as estrebarias do dito Senhor, e Rocio do Concelho e pela parte de baixo e poente com quintal do dito António Frazão (...)”.

1709 – 2 de janeiro. Liv. N.º 6 – T.N.Alm – fls. 125v a 126v.

(...) são humas casas caídas que duas estão ainda em pé, outra mais da metade caída, com seu pedaço de quintal, que está por detrás das ditas casas, as quais estão sitas onde chamam o canto do Espírito Santo, que estão defronte da porta pequena do Espírito Santo, as quais com o quintal partem pela banda debaixo com casas e quintal dos órfãos que ficaram de Manuel Gonçalves “belo” e do nascente parte o dito pedaço de quintal com o quintal d’El Rei (...) e da banda de cima parte com huma cerca que é do conde de Castelo Melhor e da banda do poente partem as ditas casas com a rua a que chamam o canto do Espírito Santo (...)

1710 – 21 de outubro. Liv. N.º 8 – T.N. Alm – fls. 8 a 11v.

(...) e logo pelo dito Manuel Jorge e sua mulher Maria Nogueira me foi dito (...) que entre os bens móveis e de raiz que de seu têm e possuem mansa e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma, bem assim era huma casa térrea com seu quintal com arvores de fruto e sem fruto, a qual está em esta dita vila na rua do Espírito Santo (...)

1711 – 18 de março. Liv. N.º 8 – T.N.Alm – fls. 72v a 76v.

(...) Diz Manuel da Silva Cabaço que ele aforou a este Senado hum serrado junto ao Espírito Santo, de que paga de foro em cada hum ano mil e cem reis, com obrigação de nele fazer casas, as quais tem feito como consta da escritura junta. Que de presente está pobre e necessita de vender ametade do dito chão, o que não pode fazer sem licença deste Senado e a pessoa que lhe comprar é para fazer casas na sua ametade e é de maior utilidade para este povo e mais este Senado (...) com licença deste Senado se dividiu o dito prazo (...).

1711 – 27 de novembro. Liv. n.º 8 – T.N.Alm – fls. 109v a 112v.



(...) que entre os mais bens que de seu tem e possui assim de móveis como de raiz, bem assim são huma morada de casas sitas ao Espírito Santo desta vila, que constam de sete casas com seu pátio e seu quintal grande, com seu poço e árvores de fruto e sem fruto, com seu forno de fazer tijolo dentro do dito quintal, as quais casas são todas foreiras ao Senado da Câmara desta vila e parte do quintal as quais casas não têm outro foro nem pensão alguma e nem são obrigadas mais que huma dívida que se deve ao capitão António de Figueiredo da Costa, morador em a vila de Santarém (...) vendidas a Manuel Marques três casas das sete aqui nomeadas e o pátio todo e todo o quintal com a metade do poço e forno que está no dito quintal por preço e quantia de sessenta e cinco mil reis por huma vez somente e mais não (...) as quais partem pela banda do poente com casas dele vendedor e com rua pública [do Espírito Santo] e do norte com casas de José Gomes Ruivo e com quintal de Manuel Cordeiro Varela e com quintal de Pascoal da Costa e do nascente *inthe* o sul com quintal de Sua Majestade .

A venda foi efetuada por António Martins “Escaromão” e sua mulher Maria Francisca. Foram testemunhas Manuel Machado, oficial de sangrador, Manuel Lopes Ribeiro, cirurgião e José Rodrigues Valente, oficial de sapateiro.

1712 – 22 de abril. Liv. n.º 8 – T.N.Alm – fls. 140

(...) bem assim é um quintal grande o qual tem duas casas em que ele dito João Rodrigues e sua mulher Violante de Figueiredo moram, o qual está entre a rua do Divino Espírito Santo e a Rua dos Apóstolos (...) o qual pedaço de chão tem de comprido dezasseis varas e de largo catorze varas de cinco palmos cada huma, com serventia para o poço que está no meio do valado de António Rodrigues Vaqueiro (...).

1712 – 1 de dezembro. Liv. n. 9 – T.N.Alm – fls. 31 a 32

(...) que eles tinham casado huma filha por nome Mariana Francisca, com António Francisco que presentes estavam e que em dote de



casamento e para efeito de que com ela casasse o dito seu genro, lhe dera e doava duas casas térreas junto às suas, em que eles doadores moram, das quais os meteram logo de posse, que partem do norte com eles doadores e do nascente com quintal que é de Sua Majestade (...) e do sul com Pedro da Costa as quais casas estão em a rua que vai para o Espírito Santo, defronte dos Paços d'el rei, com função de pagarem de foro as ditas duas casas cem reis cada hum ano ao Senado desta vila (...). E não eram então em tal tempo casas e só estavam feitas as paredes delas sem estarem ainda rebocadas e na casa de dentro faltava uma parede que ele mandou fazer ao dito seu genro depois de estar arrecebido com a dita sua filha (...)

1713 – 19 de outubro. Liv. n.º 9 – T.N.Alm – fls. 68 a 72v.

(...) António Martins “Escaromão” e sua mulher Maria Francisca (...) bem assim são huma morada de casas térreas que consta de duas casas sitas na rua do Espírito Santo, as quais são foreiras ao Senado da Câmara desta vila em sessenta e cinco reis cada hum ano, as quais casas partem pelo sul com casa de António Francisco, genro do dito vendedor e pelas mais partes com Manuel Marques estalajadeiro (...)

1714 – 26 de maio. Liv. n.º 11 – T.N.Alm – fls. 34 a 38v.

(...) bem assim são duas casas térreas sitas na rua do Espírito Santo as quais são foreiras ao Senado da Câmara desta vila em sessenta reis (...) As duas casas foram vendidas por António Martins “Escaromão” e sua mulher Maria Francisca a Manuel Marques.

1715 – 25 de novembro. L.iv. n.º 12 (11) – T.N.Alm – fls. 92 a 96v.

(...) e logo pelo dito Amaro de Freitas Macedo e pela sua mulher (...) que entre os mais bens de raiz que de seu têm (...) bem assim é huma morada de casas que consta de hum sobrado e huma loja e duas casas térreas pegadas às casas de sobrado, com seus quintais e poço e tem huma travessa aforada à Câmara em quatrocentos reis de foro em cada hum ano (...) tinham vendido tudo em preço e quantia de cento e trinta



e cinco mil reis, por huma vez somente, as quais casas com os quintais atrás declarados, partiam e confrontavam da maneira seguinte disseram que partiam da banda do nascente com rua pública a que chamam do Espírito Santo e da banda do norte com quintal de António Rodrigues e dos órfãos de Manuel Gomes e do poente com rua pública a que chamam a dos Apóstolos e da banda do sul com huma travessa a qual vai da rua dos Apóstolos para a rua da Igreja, as quias casas e quintais lhe ficaram por morte e falecimento de sua irmã (?) Simoa da Silva (...).

1716 – 15 de junho. Liv.º n.º 12 – T.N.Alm – fls. 4v a 6v.

Escritura de arrendamento da courella do Divino espírito Santo desta villa, sita no limite de Alpiarça, feita a Antónia Gomes.

(...) Instrumento de arrendamento por tempo de três anos com suas três novidades (...) apareceu presente Antónia Gomes, moradora de presente em a Ribeira, termo da villa de Santarém, e da outra parte apareceu presente o Juiz e escrivão e procurador da dita Irmandade do Divino Espírito Santo (...) e logo pelos sobreditos Juiz, escrivão e procurador da dita Irmandade foi dito (...) que entre os demais bens que de seu tem a dita Irmandade, bem assim é uma courella de terra sita no lugar digo no campo do lugar de Alpiarça, termo da villa de Santarém, a qual partia e confrontava (...) arrendavam (...) por tempo de três anos à dita Antónia Gomes, por preço e quantia de trinta mil reis livres para a dita Irmandade (...).

(...) E não encampará a dita terra nem poderá pedir quita nem espera (...) a qual terra parte pela banda do norte com terras de Margarida Josefa digo, com terras que foram de Margarida Josefa, e da banda do sul parte com terras a que chamam dos Marcos, a qual começa da vala de Alpiarça e vai com sua largura direita até ao Tejo (...)

Testemunhas: José da Cunha e António Rodrigues e eu Manuel Henriques dos Santos.

(Há a assinatura do Juiz Ordinário Manuel Monteiro de Faria e o registo de que não teve efeito esta escritura).

1721 – 17 de abril. Liv. n.º 16 – T.N.Alm – fls. 28 a 33.



Escritura de compra de duas casas térreas que comprou Luís Duarte a António Francisco “genro de *António Martins Escaromão*” e a sua mulher Josefa Maria, moradores nesta vila.

(...) foi dito a mim tabelião (...) que entre os mais bens de raiz que de seu tem (...) bem assim são duas casas térreas com seu bocadinho de quintal, sitas nesta vila, na rua do Espírito Santo, as quais são foreiras ao senado da Câmara deste vila em cem reis cada ano (...). Do nascente parte o dito quintal com quintal del’Rei e da banda do norte com casas de Thomé Francisco e da banda do poente com a rua pública a que chamam do Espírito Santo e da banda de baixo e do sul com casas do Teixeira (...) tinham vendido por preço e contia de trinta e cinco mil reis (...).

1722 – 10 de março. L. n.º 16 – T.N.Alm – fls. 112 a 116v.

Escritura de compra de humas casas térreas (...) que comprou Manuel Marques a Tome Francisco.

(...) presente de huma parte Tomé Francisco e sua mulher Domingas Pereira e da outra parte Manuel Marques, estalajadeiro e morador nesta vila (...). Duas casas térreas sitas na rua do Espírito Santo (...) foreiras ao Senado da Câmara (...) partem pela banda do nascente com quintal d’el rei e pela banda do norte com casas de Manuel Marques, estalajadeiro, e do poente com rua pública chamada do Espírito Santo e da banda de baixo com casas de Luís Duarte

1725 – 25 de setembro. Liv. n.º 11 – T.N.Alm – fls. 85v a 87v.

(...) Maria dos Santos, viúva que ficou de Francisco da Cunha e da outra parte João Rodrigues e sua mulher Maria da Silva (...) por ela Maria dos Santos foi dito (...) que entre os mais bens que de seu possui (...) bem assim era hum pedaço de chão que tem nesta vila sito na rua do Espírito Santo, o qual parte de huma banda com ela vendedora e da outra parte com casas de Francisco dos Santos (...). As quais pela banda do nascente parte o dito quintal com quintal d’l Rei, e da banda do norte com casas de Tomé Francisco e da banda do poente com a rua pública a



que chamam do Espírito Santo e da banda de baixo e do sul com casas do Teixeira (...).

1737 – 26 de setembro. Liv. n.º 24 – T.N.Alm – fls. 17 a 18v.

Escritura de arrendamento da courela do Espírito Santo, que arrendou Manuel Francisco de Faria de Alpiarça.

(...) de huma parte Vicente de faria e Melo como Juiz da Confraria do Divino Espírito Santo desta villa e Manoel Coelho como Procurador da dita Confraria e da outra estava presente Manoel Francisco de Faria, morador no lugar de Alpiarça (...) e logo pelo dito Juiz e Procurador da dita Confraria foi dito (...) que a dita Confraria era senhora e possuidora de hum courela de terra sita no campo de Alpiarça, e que pela ter livre e desobrigada se tinham contratado com elle Manoel Francisco de Faria pera haver de lha arrendar (...) por tempo de três anos e mais não, que já tiveram seu princípio por dia de Nossa Senhora de Agosto (...) por preço e renda em cada hum anno de vinte mil reis livres pera a dita Confraria, pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto (...).

Testemunhas: António Jorge contratador e Francisco de Freitas trabalhador e Paullo de Monsarate porteiro, todos desta villa.

1738 – 10 de novembro . Liv. n.º 24 – T.N.Alm – fls. 78 a 80.

Escritura de Aforamento que faz a Confraria do Divino Espírito Santo desta villa a Joseph Gomes Durão.

(...) nesta villa de Almeirim e na Irmandade do Divino Espírito Santo (...) ahi sendo presente o capitão Vicente de Faria e Melo, em nome e como Juiz da Confraria e estava também presente Manoel Coelho como Procurador da dita Confraria e da outra parte estava presente Joseph Gomes Durão, morador no casal da Cardeira, termo da villa de Santarém (...) e logo pelo dito Joseph Gomes Durão foi dito ao dito Juiz e Procurador da dita Confraria que entre os Bens que a dita Confraria tinha (...) bem assim hera huma courela de terra sit no campo de Alpiarça, que parte do nascente com valla de Alpiarça e do poente com o Tejo e do sul com huma courela dos Cónegos de Santarém a que



chamão dos Marcos e do norte com courela chamada da Mongueira e he pertencente ao prazo que Sypriano Ferreira da villa de Muge he (...) direito senhorio o convento de Alcabaça, a qual courela tinha aforado em fatiota pera sempre e por arrematação que della haverá feito em virtude de hum acórdão da mensa toda que no fim desta hera trasladada, de foro e pensão em cada hum anno de vinte e outo mil e outocentos reis e assim requeria sua escritura de aforamento (...)

(...) Clausulas seguintes: item que elle foreiro dará e paguará aos irmãos desta o dito foro e da mesma sorte o fará sempre adeantados em o primeiro de agosto de cada hum anno (...) item que dentro em três anos dará feito o cebeceiro de vinha e faltando lhe poderá a Mensa que hoje hé e pelo tempo for (...) lhe poderão remover esta escritura (...). Item que não pagando elle foreiro o dito foro dois anos poderá thomar a dita confraria a posse da dita courela (...) item que havendo danificação (...).

Acórdão da Mensa [mesa] (...) Aos vinte e seis dias de outubro do anno de mil setecentos e trinta e oito em a ermida do Divino Espírito Santo desta mesma villa, ahi estando em mensa os officiais da Confraria e os mais officiais della, abaixo nomeados, logo pelo Procurador da mesma Confraria Manoel Coelho e Silva, foi proposto que a rezão que havia para os convocar e se ajuntarem em Mensa hera per quanto a courela que a mesma Confraria tinha no campo de Alpiarça havia pessoa que por ella dava de foro em fatiozim vinte e cinco mil reis a mais lançadores que poderia haver quem cobrisse ainda o lanço e como este era já maior do que o preço por que costumava a andar de renda, lhe parecia conveniente aforarse quando assim lhes parecesse. E sendo visto pelo Juiz e mais officiais da dita Confraria do anno presente, concordarão todos uniformemente que fossem avisados os lançadores, no dia que o Juiz apontasse e posta em lanços se arrematasse (...) e eu Padre Pedro Rodrigues Pombal, escrivão da Mensa o escrevi. Assinam como Juiz Vicente de Faria e Melo, Manuel da Cunha, Pedro de Torres Rijo, António Soares da Mota, Francisco Vieira da Silva, Joseph Marques Nogueira, Luís Farinha da Costa, Manuel Durão de Torres de Figueiredo, Leandro de Matos, Joseph dos Santos Monteyro, João Cordeiro da Silva, como Procurador Manoel Coelho da Silva (...)



Francisco da Silva Martins como tesoureiro da dita Confraria que recebeu o dito foro (...)

1747 – 2 de dezembro. Liv. n.º 27 – T.N.Alm – fls. 126v a 128v.

Escritura de compra de huma morada de casas com seu quintal e poço, que comprou António Martins da Cunha a Manuel Dias loureiro. (...) presentes de huma parte Manuel Dias loureiro e sua mulher Ignácia Maria dos Santos (...) da outra António Martins da Cunha, morador no lugar de Alcanena, termo da vila de Torres Novas (...) bem assim era huma morada de casas térreas que consta de três casas com seu quintal e a terça parte de hum poço, sitas nesta vila na rua do Espírito Santo, que partem de huma banda com casas e quintal e poço de Francisco dos Santos e da outra com casas e quintal e poço de Manuel Rodrigues de Sequeira (...) livres e sem foro nem pensão alguma (...) vendiam por preço e quantia de oito mil reis livres para eles (...).

1748 – 18 de abril. Liv. n.º 28 – T.N.Alm – fls. 25 a 27.

Escritura de compra de huma casa com seu quintal que comprou António Rodrigues Tarraca a Manuel Rodrigues Tarraca. (...) de huma parte Manuel Rodrigues Tarraca e sua mulher Maria de Sequeira e da outra António Rodrigues Tarraca (...) huma casa térrea com seu quintal, que tem nesta vila, na rua do Espírito Santo, que parte pela banda de cima com quintal de José Simões e de baixo com quintal d'el Rei (...) a qual é foreira ao Senado da Câmara desta vila em cento e quarenta reis cada hum ano (...).

1749 – 16 de junho. Liv. n.º 28 – T.N.Alm – fls. 86 a 89.

Testamento com que faleceu Manuel Lopes Zangalho e Madalena Maria Gomes.

(...) Rogamos ao Reverendo Vigário que ao presente é e ao tempo da nossa morte for na patriarcal Igreja de Sam João Baptista desta vila (...) irmos amortalhados com o hábito da Ordem Terceira de Sam Francisco, de quem somos terceiros e sepultados na sua paroquial Igreja de Sam



João Baptista para onde serão levados e sepultados na tumba da mesma Igreja com acompanhamento dos padres somente da mesma Igreja e cruzes da irmandade de quem são irmãos (...).

1751 – 14 de agosto. Liv. n.º 29 – T.N.Alm- fls. 62 a 64.

Escritura de compra de humas casas nesta vila que comprou Luís Duarte ovelheiro, a Joaquina Maria, viúva que ficou de António Martins da Cunha.

(...) huma morada de casas térreas que constam de três casas com seu quintal e a quarta parte de hum poço (...) na rua do Espírito Santo, que partem pela banda do cima com casas e quintal de Francisco dos Santos e de baixo com Manuel Rodrigues de Sequeira e do norte com rua pública (do Espírito Santo).

1752 – 24 de setembro. Liv. n.º 30 – T.N.Alm – fls. 30v a 31.

Testamento com que faleceu Caetano Rodrigues de Sequeira.

(...) Declaro que por ora não devo nem me devem coisa alguma, que sou irmão do Santíssimo (*Irmandade do Santíssimo Sacramento*) da minha freguesia e dos terceiros (*Ordem Terceira da Penitência*) e dos Passos (*Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*) e quero que o meu testamenteiro pague algum anual que se dever (*pagar a cota*) e que tenha cuidado em se dizerem as missas que as ditas Irmandades forem obrigadas a mandar dizer.

1753 – 4 de setembro. Liv. n.º 30 – T.N.Alm – fls. 48v a 49v.

Escritura de juro de João Pereira à Confraria do Divino Espírito Santo, desta vila.

(...) em a irmandade do Divino Espírito Santo desta vila (...) aí presente Luís Pedro Farinha e Luís Cordeiro da Silva e o reverendo Padre Pedro Rodrigues Pombal como juiz, irmão e tesoureiro da dita confraria e da outra João Pereira e sua mulher Joaquina Rosa de Viterbo, todos moradores nesta vila (...) e logo pelos sobreditos João Pereira e sua mulher foi dito (...) que eles estavam ajustados e contratados com o



juiz, irmão e tesoureiro da dita confraria a lhe darem à razão de juros de cinco por cento, vinte e oito mil e oitocentos reis (...).

1753 – 4 de setembro. Liv. n.º 30 – T.N.Alm – fls. 49v a 51.

Escritura de Juro de Manuel Monteiro à confraria do Divino Espírito Santo.

(...) presentes Luís Pedro Farinha, Luís Cordeiro da Silva, José de Torres Peixoto e o Padre Pedro Rodrigues Pombal, juiz, irmão, procurador e tesoureiro da dita confraria (...) Manuel Monteiro, oficial de sapateiro e morador no lugar de Alpiarça (...) foi dito (...) a lhe darem à razão de juros de cinco por cento trinta e seis mil reis (...).

1754 – 26 de novembro. Liv. n.º 30 – T.N.Alm – fls. 116 a 118.

Testamento com que faleceu Maria de Oliveira, mulher de António Rodrigues Canastra.

(...) item: quero que o meu corpo quando Deus for servido de levar-me seja amortalhado no hábito do meu Patriarca São Francisco de que sou terceira nesta vila e que seja sepultado na Patriarcal Igreja de São João Baptista desta vila e será acompanhado pelos reverendos Padres da mesma Igreja e pela minha Ordem Terceira do Patriarca São Francisco, irmandades das Almas e do Santíssimo Sacramento de que sou irmã e pela de Nossa Senhora do Rosário a quem se dará a esmola costumada e será meu corpo levado à sepultura na tumba da mesma Paróquia a que também se dará a esmola do estilo (...).

1756 – 11 de novembro. Liv. n.º 31 – T.N.Alm – fls. 56 a 57.

Escritura de juro de José Cordeiro Gomes à confraria do Divino Espírito Santo.

(...) presente António da Costa Souto Mayor como juiz da confraria do Divino espírito Santo desta vila e da outra José Cordeiro Gomes e sua mulher Emerenciana Maria Leytoa (...) a darem-lhe à razão de juro de cinco por cento, quarenta e oito mil reis (...).



1758 -22 de janeiro. Liv. n.º 32 – T.N.Alm – fls. 24v a 28v.

Testamento com que faleceu Francisco da Silva Martins (falecido a 7 de abril de 1759).

(...) Quando Deus for servido levar-me, será meu corpo amortalhado em o hábito de São Francisco e levado à sepultura na tumba da Patriarcal Igreja de São João Baptista da vila de Almeirim, aonde será sepultado e acompanharão meu corpo os Reverendos Padres da mesma Igreja e os mais que na dita vila no tal tempo forem e me acompanharão os procuradores de Nossa Senhora do Rosário e a do Senhor Jesus dos Passos, de quem sou irmão e a cada huma delas se dará de esmola seiscentos reis, também me acompanharão a Irmandade do Santíssimo Sacramento e das Almas e Ordem Terceira de São Francisco, todas desta vila e a cada huma delas se dará de esmola mil e duzentos reis (...).

1711 – 27 de maio. Liv. n.º 8 – T.N.Alm – fls. 79 a 80

Escritura de arrendamento por quatro anos da courela do Divino Espírito Santo desta vila sita no limite de Alpiarça feita a João Gomes.

(...) nesta villa de Almeirim, na praça dela (...) ahi sendo mais presentes o Juiz da Irmandade do Divino Espírito Santo desta villa e o escrivão Manuel Durão de Torres (...) e por eles foi dito (...) ao porteiro desta villa Manuel Jorge, que trouxesse em pregão a renda da terra do Divino Espírito Santo desta villa de que eles erão Juiz e escrivão a quem mais por ella lhe desse de renda em cada hum anno e trazendoa o dito porteiro em pregão em alta e inteligível voz não achou quem mais lhe desse de quarenta mil reis de renda em cada hum anno por tempo de quatro anos (...).

1713 – a 2 de março. Liv. n.º 8 – fls.38

Escritura de arrendamento da courella do Divino Espirito Santo desta villa por três annos a João de Faria de Alpiasa.



(...) em pousadas de Manoel Monteiro de Faria Juiz da Irmandade do Divino Espirito Santo desta villa e sendo mais presentes o escrivão da dita Irmandade Manoel Duram de Torres e o procurador António Rodrigues (...) me foi dito (...) que lelles herão juiz e escrivão e procurador da dita Irmandade desta villa e como tais herão administradores de todos os bens da dita Irmandade para a reger e governar (...) tinha arrendado (...) e que entre os mais bens que de seu tem e possui a dita Irmandade (...) bem assim he huma courella de terra sita em o campo de alpiasa a qual parte com suas devidas confrontações (...) tinham arrendado por tempo de três annos completos, findos e acabados e mais não a João de Faria morador em o lugar de Alpiasa (...) por preço e quantia de dar de renda em cada hum anno livre para dita Irmandade vinte e sete mil reis e mais não (...) em dia de Sam Miguel (...) em hum só pagamento não em pagas miúdas com condição que trará a dita terra lavrada e cultivada e a seu tempo como os demais vizinhos (...)

1716 – Juiz da Irmandade do Divino Espirito Santo – Manuel Monteiro de Faria (a 15/06).

1716 – 15 de junho. Liv.º n.º 12 – T.N.Alm – fls. 4v a 6v.

Escratura de arrendamento da corella do Divino espírito Santo desta villa, sita no limite de Alpiarça, feita a Antónia Gomes.

(...) Instrumento de arrendamento por tempo de três anos com suas três novidades (...) apareceu presente Antónia Gomes, moradora de presente em a Ribeira, termo da villa de Santarém, e da outra parte apareceu presente o Juiz e escrivão e procurador da dita Irmandade do Divino Espirito Santo (...) e logo pelos sobreditos Juiz, escrivão e procurador da dita Irmandade foi dito (...) que entre os demais bens que de seu tem a dita Irmandade, bem assim é uma courella de terra sita no lugar digo no campo do lugar de Alpiarça, termo da villa de Santarém, a qual partia e confrontava (...) arrendavam (...) por tempo de três anos à dita Antónia Gomes, por preço e quantia de trinta mil reis livres para a dita Irmandade (...).



(...) E não encampará a dita terra nem poderá pedir quita nem espera (...) a qual terra parte pela banda do norte com terras de Margarida Josefa digo, com terras que foram de Margarida Josefa, e da banda do sul parte com terras a que chamam dos Marcos, a qual começa da vala de Alpiarça e vai com sua largura direita até ao Tejo (...).

Testemunhas: José da Cunha e António Rodrigues e eu Manuel Henriques dos Santos.

(Há a assinatura do Juiz Manuel Monteiro de Faria e o registo de que não teve efeito esta escritura).

1737 –

Escratura de Arrendamento da corella do Espirito Santo

Aos 26/09 (...) de huma parte Visente de Faria e mello como juiz da confraria do devino espirito santo desta villa e Manoel Coelho como procurador da dita confraria e da outra estava presente Manoel Francisco de Faria morador no lugar de Alpiasa (...) e logo pello dito juiz e procurador da dita confraria foi dito (...) que a dita confraria hera senhora e possuidora de huma corella de terra sita no campo de Alpiasa e que pella ter livre e desobrigada se tinhaõ contratado com elle Manoel Francisco de Faria pera haver de lha arrendar (...) por tempo de tres annos e mais não que já tiveraõ seu princípio por dia de Nossa Senhora de Agosto (...) por presso e renda em cada hum anno de vinte mil reis livres pera a dita confraria pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto (...)

Testemunhas: António Jorge – contratador; e Francisco de Freitas – trabalhador; e Paullo de Monsarrate – porteiro.

1738 – F.78 a 80 – 10/11 – Confraria do Espírito Santo

“... nesta villa de Almeirim e na Irmandade do devino Espirito Santo (...) sendo ahi presente o capitão Visente de Faria e Mello em nome e como Juiz da Confraria e estava também presente Manoel Coelho como Procurador da dita confraria e da outra parte estava presente Joseph Gomes Duraõ morador no casal da Cardeira termo da villa de Santarém (...) e logo pello dito Joseph Gomes Duraõ foi dito ao dito juiz e procurador da dita confraria que entre os Bens que a dita confraria tinha



(...) Bem assim hera huma corella de terra sita no campo de Alpiasa que parte do nascente com a Valla de Alpiasa e do poente com o Tejo e do Sul com huma corella dos conigos de Santarém a que chamaõ dos Marcos e do norte com a corella chamada a Mongueira (?) e he pertensente ao prazo de que Severianno Ferreira da villa de Muja he (...) direitto senhorio o convento de Alcobasa a qual corella tinha aforado em fatiota pera sempre e por aRematasaõ que della havia feito em virtude de hum acordaõ da mensa toda que no fim desta hera tresladada de foro e pensaõ em cada hum anno de vinte e oito mil e outosentos reis e assim requeria sua escretura de aforamento (...)

(...) Clausulas seguintes item que elle foreiro dará e pagará aos irmaõs desta o dito foro e da mesma sorte o fara sempre adeantados em o primeiro de Agosto de cada hum anno (...) item que dentro em tres annos dara feito o cabeseiro de vinha e faltando lhe poderá a Mensa que hoje he e pello tempo for (...) lhe poderaõ remover esta escretura (...) item que não pagando elle foreiro o dito foro dois annos poderá thomar a dita confraria a posse da dita corella (...) item que havendo danificasaõ (...) acordaõ da mensa (...) aos vinte e seis dias do mês de outubro do anno de mil setesentos e trinta e outo (...) em a Ermida do divino Espirito Santo desta mesma villa ahi estando em mensa os ofisiais della aBaixo assinados logo pello procurador da mesma confraria Manoel Coelho e Silva foi proposto que a Rezaõ que havia pera os convocar e se ajuntarem em mensa hera por quanto a corella que a mesma confraria tinha no campo de Alpiasa havia pessoa que por ella desse de foro em factiozim vinte e sinco mil reis a mais lansadores lhe poderá haver quem cobrisse ainda o lanso (...)

(...) e eu Padre Pedro Rodrigues Pombal escrivão da mensa o escrevi// como juiz Visente de Faria e Mello // Manoel da Cunha // Pedro de Torres Rijo // Thomas de Aquino de Torres Rijo // Antonio Soares da Mota // Francisco Vieira da Silva // Joseph Marques Nogueira // Luis Farinha da Costa // Manoel Duraõ de Torres de Figueiredo // Leandro de Matos // Joseph dos Santos Monteyro // João Cordeiro da Silva // como procurador Manoel Coelho da Silva (...) Francisco da Silva Martins como thesoureiro da dita confraria que resebeo o dito foro (...).

1756 – Confraria do Espirito Santo (Irmandade do Espirito Santo)



Juiz – António da Costa Souto Mayor

Reverendo Coadjutor – Padre Francisco Pereira – fiador.

1762 – Manoel Rodrigues de Sequeira – Procurador do Divino Espírito Santo (vivia “de sua argência e negociasam”).

1763 – Padre Pedro Rodrigues Pombal – Tesoureiro da Igreja Matriz de S. João Baptista de Almeirim.

1763 – Padre Thomás da Silva Martins – Vigário da Igreja Matriz de s. João Baptista de Almeirim

1767 – Reverendo Padre Thomás da Silva Martins – Vigário da Igreja Matriz de S. João Baptista de Almeirim.

1778 – Antónia Correia, moradora no Casal do Leite, comprou huma casa térria sitta nesta villa, na rua dos Apóstolos, à Ordem Terceira desta mesma villa. A 28/09.

1781 - Irmãos da Venerável Ordem Terceira da Penitência da villa de Almeirim:

Procurador-Geral – Pedro Rodrigues Pereira

Secretário – Manoel Correia

Ministro – Luiz Soares da Mota

António de Faria e Mello

Paulo Soares da Mota

Francisco Vaz Sutil (Susttil)

Pedro Rodrigues Pombal

José Soares da Mota

Euzébio Soares de Faria e Melo

Joaquim José Correia

Xavier Rodrigues dos Santos

José Ferreira da Silva – Sargento-Mor

Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo – Foi reativada a irmandade em 1825, pela ação do prior José António de Oliveira Barreto, que elaborou o novo Compromisso.

1825 – 03 de agosto. Liv.º n.º 72 – T.N.Alm.-fls.35 a 56v.



“Escritura de aforamento que faz o Almoxarife Sebastião da Mota .Cerveira a José Marques.

(...) Almoxarife conservado do extinto Paço da vila (...) ele é senhor de hum serrado sito na rua que vai ao Espírito Santo, o qual lhe deu Sua Majestade de aforamento, (...) parte de cima com Jacinto Rodrigues Frade, de baixo com António da Cruz, do poente com Constantim Carreira, todos subenfiteutas do dito serrado (aforamentos iniciados no ano de 1822).

Este “serrado” é a horta real.

No Arquivo Distrital de Santarém encontram-se depositados os Livros do Tabelaão de Almeirim, sendo o primeiro datado do ano de 1637. Na pesquisa feita a referência a um ato civil onde se identifica a rua do Espírito Santo só surge em 1691 a 7 de outubro. Atendendo a que a referência mais antiga que encontrámos foi do ano de 1549, verifica-se que o nome da rua continua, vindo a desaparecer após a proclamação da república e respetiva substituição do nome rua do Espírito Santo, que passou a ser rua Almirante Reis.

Igualmente se verifica que a primeira referência à Irmandade do Divino Espírito Santo surge no século XVII a 15 de junho de 1716.



## O Largo do Espírito Santo

Como se verificou pelas escrituras de aforamento, notariais e de sisa, o espaço envolvente foi sendo ocupado progressivamente com a construção de novas casas de habitação – de morada.

Na relação de cobrança da Côngrua para o Pároco da Freguesia, no ano de 1843, é possível identificar os moradores e o valor da sua contribuição.

Largo do Espírito Santo	
f.º 80	De Francisco Constantino oitenta \$.
f.º 7	De Rosseta Nery, oito \$.
f.º 18	De José Manoel d'Almeida, dezoito \$.
f.º 18	Rua de Domingos Gonçalves, dezoito \$.
f.º 20	De Januario Simões Baradaz, vinte \$.
f.º 40	De Ignácio Gil de Souza Girão, quarenta \$.
f.º 36	De Luiz da Costa Galvão, cento e trinta e seis \$.
f.º 50	De José Laranjo, cinquenta \$.
f.º 20	De Narciso José Pereira, noventa \$.
f.º 10	De José Maria Nery, dez \$.
f.º 8	De Antonio Duarte e Costa, oito \$.
f.º 37	De José Marques Loureiro, quarenta e sete e oitenta e sete \$.
f.º 56	De Marianno José de Carvalho, cento e cinco e sessenta e seis \$.
3832	De João César Henriques, trezentos e trinta e dois \$.
f.º 91	



trinta e seis mil e setenta e oito rs.	72031
João Serralheiro, dez r.	Rs 33
João Serralheiro, dez r.	Rs 30
João Serralheiro, dez r.	Rs 30
Manoel Lúcio, cento e vinte e seis r.	Rs 126
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 33
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 54
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 3
Rua do Pelágio	
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 101
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 3
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 33
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 14
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 15
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 19
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 12
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 36
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 30
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 14
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 3
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 11
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 20
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 11
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 15
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 13
João Serralheiro, cento e vinte e seis r.	Rs 7
8 de 225	



## **Empréstimos concedidos pela Irmandade do Espírito Santo de Almeirim:**

A Irmandade do Espírito Santo, à semelhança da Irmandade do Santíssimo, de Nossa Senhora do Rosário e das Almas, dava dinheiro a juros de 5%, ou mais.

Escritura de juro de Luís da Cunha à Confraria do Divino Espírito Santo, à razão de seis por cento:

(...) Presente de huma parte Luís da Cunha e sua mulher Joana Maria, moradores nesta vila (...) logo pelos sobreditos Luís da Cunha (...) foi dito (...) que eles estavam ajustados e contratados com o juiz Felix Manuel da Mota e escrivão António de Faria e Melo e procurador António Monteiro, da Confraria do Divino Espírito Santo, desta vila, a lhe darem à razão de juros do dinheiro da mesma Confraria vinte e oito mil e oitocentos reis, que aqui disseram obrigavam suas pessoa (...) e por haver o melhor (?) deles e que em especial hipotecavam e obrigavam huma morada de casas térreas que têm nesta vila, na rua da Igreja, que partem de huma banda com quintal de Manuel Baptista e da outra com o Largo da mesma Igreja<sup>9</sup> (...).

(...) seus fiadores a Antónia da Cunha e a sua mulher Maria Vieira (...) os quais hipotecavam huma morada de casas térreas com seu quintal, que têm nesta vila, na rua da Rega, que partem de huma banda com casas e quintal de Luís Vieira e da outra com casas e quintal de Manuel Ferreira *Cura Bois*.

Foram testemunhas Manuel Dias Loureiro, Pedro Rodrigues Leitão, Manuel Lopes, jornaleiro, Francisco Vieira Lobo, carpinteiro.

No registo da escritura, à margem, há a nota assinada pelo Tabelião José Leite Pacheco: Em 3 de junho pagou o jurista e destratou o principal e juros desta Escritura.

---

<sup>9</sup> Será a Igreja Matriz de S. João Baptista.





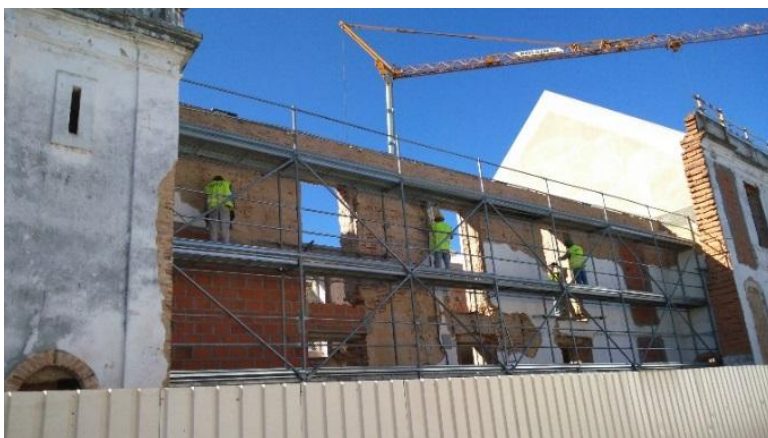


## As Obras de Recuperação



Início dos trabalhos de recuperação do edifício.





Desmontagem da fachada lateral, rua Dr. João César Henriques.



Nave da Igreja. Trabalho de desmontagem do teto que criou o segundo piso.





Edifício da Escola Masculina cuja construção data de 1915.



Desmontagem da placa que criou o 2.º piso.





Corpo da Igreja do Espírito Santo após desmontagem total da placa do 2.º piso. Início dos trabalhos de levantamento arqueológico.



Porta do lado da rua João Cesar Henriques. Nota-se a existência de um pequeno nicho.





Reboco com a utilização de fragmentos de telha para acertar as paredes. A telha utilizada é a de canudo e é semelhante à que serviu de cobertura do Paço Real. Aproveitamento de materiais no ano de 1881, a quando das obras de remodelação?



Levantamento Arqueológico. Recolha de ossadas das sepulturas.





Descoberta de alicerces de estruturas de uma possível edificação anterior. Em 1892 foi construída a casa do professor no interior da Igreja. Zona central da sala. Estruturas de suporte do vigamento do soalho.





Levantamento das ossadas de uma sepultura.





Na foto anterior pode ver-se a limpeza e levantamento das ossadas de uma criança. Nesta criança foi detetada a “Talassémia”<sup>10</sup>, doença provocada pela exposição à Malária. Os restos ósseos desta sepultura encontram-se depositados para estudo no Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra. O esqueleto foi identificado como sendo de uma criança de cerca de 7 anos. O crânio mostra lesões compatíveis com uma anemia severa provocada pela Talassémia, provando a persistência da malária.<sup>11</sup>

No seguimento aos enterramentos, após o período de decomposição dos corpos e atendendo à exiguidade do espaço, procedia-se à abertura das sepulturas, sendo as ossadas retiradas e reunidas em ossários, covas escavadas no chão arenoso e em forma circular.



---

<sup>10</sup> Veja-se o artigo de Álvaro Monge e outros in – VII Reunión de la Asociación de Paleología em SudAmérica-PAMinSA VII – 25-27 Octubre 2017.

<sup>11</sup> VII Reunion de La Asociación de Paleontologia em Sudamérica – Trabalho apresentado por Álvaro Monge e outros. 2017.



Levantamento das ossadas das sepulturas e ossários.



No levantamento foi detetada uma sepultura que se encontrava coberta. Ao ser aberta não revelou qualquer enterramento.





Esta sepultura, localizada junto à parede do arco, lado esquerdo, encontrava-se vazia e apresentava um azulejo cordado do século XVI (aproveitamento posterior).



Após a picagem dos rebocos foi detetada a existência de uma pintura primitiva no rodapé.





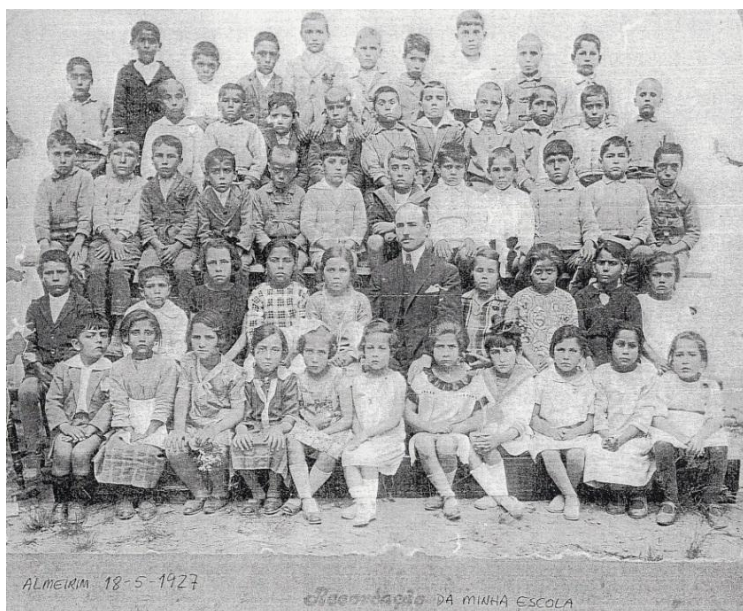
A fim de se reforçar a estrutura de sustentação do edifício foram instaladas vigas de ferro.





## A funcionalidade como Escola.

O período de funcionamento como Escola foi muito longo. Tendo em conta o ano de 1892, quando a Junta de Paróquia realizou obras para adaptação a Escola, atendendo ao facto de a Câmara exigir a cedência de um espaço para o efeito, será em 1982 que termina essa utilização. Nestes noventa anos a Igreja funcionou como espaço de aprendizagem das primeiras letras para gerações de almeirinenses. Até ao ano de 1966 foi o único espaço que funcionou como Escola Primária na então vila de Almeirim, embora houvesse um posto escolar no bairro das Poupas.



*Classe do ano de 1927*





*Classe do ano de 1927*



2ª Classe - Ano de 1937 - Professor Couto  
 1º Plano: da Esq.ª para a Dir.ª: Armando Gonçalves, Manuel Vieira, Hermenegildo Silva, 7, Joaquim Figueiredo, António Calças, Júlio Gabirra, Joaquim Calbajo, 7, António Canigo, António Invernade.  
 2º Plano: Henrique Pina, Joaquim Mónico, Marques, Eduardo Silva, Joaquim Ferro, Francisco Luzia, José Manuel Marmelo, Joaquim Vendência, José Mendes, José Godinho, An. Franco, Manuel Russo e Armado Sá e Seixas.  
 3º Plano: Joaquim Pisco, João Carlos Silva, Alfalaia, José Luis, José Nunes, Francisco da Gula, Bernardo, Francisco Mindrico, Aires Catroia, Torcato, Quim Martins e Júlio Bota.  
 4º Plano: 7, Celso, Carlos Pina, Gabriel Chaves, 7, Troca, Sardinheiro, 7, 7, 7, 7, José Carapinha.

*2.ª Classe - Professor Couto - Ano de 1937*





*Classe de Maria C. Pisco – 1948.*





*Classe do ano de 1951*







*2.ª e 3.ª Classes do ano de 1955 - Professora Rosália de Moura Pina.*











Aluna Irma Maria Cardoso Sal







*Alunas da Pr.<sup>a</sup> Rosália de Moura Pina, para o exame da 4.<sup>a</sup> Classe - 1956.*



*Classe do Professor Carlos Canas – 1972/1973*



## **A Irmandade do Espírito Santo e a Ordem Terceira da Penitência.**

Na frontaria do edifício da Igreja do Divino Espírito Santo está embutido o brasão da Ordem Terceira de S. Francisco. Este apresenta uma arquitetura característica da segunda metade do século XVIII.

Sabemos que a referida Ordem Terceira foi criada por um Breve do Papa Benedito XIV. Assim há que se procurar uma razão que venha justificar a apropriação de um bem pertencente à Irmandade do Divino Espírito Santo de Almeirim, que já existia pelo menos desde a primeira metade do século XVI.

O caminho seguido para se encontrar uma explicação plausível para esta apropriação foi demorado. Primeiro analisámos o texto do prior de Almeirim, entre 1824 e 1834, José António de Oliveira Barreto. Este fora preso em sua casa no ano de 1834, após a entrada das tropas liberais na vila – a 19 de maio. A acusação que pesava sobre ele era a de que era “*um façanhudo miguelista*”. Tendo sido condenado e preso na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, vai escrever sobre as razões da sua prisão. Nessas alegações refere que fora ele que fizera voltar os bens à Irmandade do Espírito Santo, que a Ordem Terceira tinha usurpado<sup>12</sup>.

Uma pesquisa aturada aos registos de escrituras e notas do Tabelião de Almeirim, permitiu identificar referências importantes sobre este caso.

Assim, no ano de 1824 a 5 de agosto, regista-se uma escritura de Contrato e Desistência. Esta é feita pela Mesa da dita Ordem Terceira. O que está em causa é um foro no valor de 28\$800 reis, correspondente a uma vinha sita no campo de Alpiarça e cobrado anualmente a José Francisco da Silva. A esta vinha juntam-se os demais bens que pertenciam à Irmandade do Divino Espírito Santo.

---

<sup>12</sup> Igreja do Divino Espírito Santo de Almeirim – Confirmação do Compromisso da Irmandade do DES da vila de Almeirim – Desembargo do Paço – Repartição da Estremadura e Ilhas, mç 411.





Este processo não deixa de ter o seu lado curioso. Numa primeira fase, em 1775, há a extinção da Irmandade do Espírito Santo e a entrega dos bens à Ordem Terceira da Penitência. A alegação era a de que a Irmandade não estava em condições de cumprir com os legados que possuía. Numa segunda fase, em 1824 e já depois do Movimento Liberal de 1820, com todas as implicações políticas e sociais que introduziu no país, verificamos que há a restauração da mesma Irmandade, feita por intervenção do Prior da freguesia, o que implicou a devolução dos mesmos bens, feita pela Ordem Terceira.<sup>13</sup>

*Brasão da Ordem Terceira da Penitência – instalada na Igreja no ano de 1775. Esta Confraria foi instituída por Breve do Papa Benedito XIV – 1740 a 1758.*

Neste brasão verifica-se que os elementos ornamentais interiores, constituídos pelo símbolo da confraria, foram apagados (picados).

---

<sup>13</sup> Tabela de Notas de Almeirim – 16 de junho de 1749 – Testamento de Manuel Lopes Zangalho e de Madalena Maria Gomes – eram Terceiros.



### **Livro de Cisas dos Bens de Raiz – termos de compras:**

A localização da Igreja do Espírito Santo marca um espaço importante na evolução urbana da cidade. Situando-se no cruzamento de ruas importantes: a rua da Alagoa, da Igreja, do Espírito Santo e travessa dos Arreios, com um largo à sua volta, vai tornar-se no polo de expansão da vila para norte e até à Igreja de S. João Batista (nos anos a partir de 1543). Uma leitura circunstanciada de um conjunto de documentos relativos a compras e aforamentos permite constatar esta realidade, a qual será idêntica para outros espaços urbanos da cidade.

1773 – 03 de maio. Fls. 2v. a 4.

Termo de compra que fazem o Ver. Padre Vigário Manuel José de Andrade e seu irmão o Reverendo Coadjutor António José de Andrade de uma morada de casas altas e seus pardieiros, quintal e poço, sitas na rua do Espírito Santo desta mesma vila, a Manuel Pinto Soutto Mayor, assistente na vila de Santarém e a Tomásia Teresa de Torres moradora nesta mesma vila.

(...) Me foi apresentada uma sua petição com os despachos nela postos pelo Juiz Ordinário desta mesma vila António Caetano de Seixas e resposta do Procurador da Fazenda Real da qual o seu teor é o seguinte: Dizem o Reverendo Vigário Manuel José de Andrade e seu irmão o Reverendo Coadjutor António José de Andrade, ambos párocos na freguesia de São João Baptista desta vila, que para sua habitação têm comprado a Manuel Pinto Soutto Mayor e a Tomásia Teresa de Torres uns pardieiros de casas com seu quintal e poço, sitas nesta dita vila de Almeirim, em preço de setenta e oito mil reis (...).

1773 – 12 de maio. Fls. 4 a 4v.

Termo de compra que faz Francisco Gomes Vinagre, morador nesta vila de Almeirim, de uma morada de casas térreas com seu quintal e poço, sitas na rua do Espírito Santo desta mesma vila a Maria de Jesus, também moradora nesta vila.



(...) Por preço e quantia de 13\$000 reis (...)

1774 - a 07 de junho. Fls. 14.

Termo de compra por arrematação que fez Ana Joaquina Godinho, moradora nesta vila de Almeirim, de umas casas térreas com seu quintal e parte de poço, sitas na rua do Espírito Santo desta dita vila, em execução que se fez a pelo juiz dos órfãos da mesma a requerimento de José Cordeiro Gomes à viúva que ficou de Manuel Rodrigues de Sequeira.

(...) Sendo presente Ana Joaquina Godinho, moradora nesta dita vila, e por ela foi dito ao dito juiz que ela havia arrematado na praça pública desta (...) por preço e quantia de 33\$100 (...).

1774 – 22 de dezembro. Fls. 20.

Termo de compra que faz Águeda Angélica com consentimento de seu pai José Cordeiro Gomes e de sua mãe Emerenciana Maria de uma morada de casas Altas e Baixas com seu quintal e poço, sitas na rua do Espírito Santo desta vila de Almeirim, ao Sargento-Mor José Ferreira da Silva, todos moradores nesta dita vila (...) por preço de 30\$000 reis (...).

1778 – 28 de setembro. Fls. 57

Termo de compra que faz Antónia Correia, moradora no Casal do Leite, cabeça desta vila de Almeirim, de uma casa térrea sita nesta vila na rua dos Apóstolos à Ordem Terceira desta mesma vila por preço de seis mil reis.

1779 – 07 de agosto. Fls. 70v. a 71.

Termo de compra que faz António Caetano de Seixas, morador nesta vila de Almeirim, de uma morada de casas Altas e Baixas com seu quintal e parte de poço, sita na rua do Espírito Santo, a Águeda Ângela Ludovina, também moradora nesta dita vila (...) por preço de 76\$800 reis.



1781 – 25 de agosto. Fls. 88

Termo de compra por adjudicação que fazem a Irmandade e mais Irmãos da Venerável Ordem 3.<sup>a</sup> da Penitência da vila de Almeirim, de uma courela de terra sita no campo de Alpiarça, cabeçaõ desta de Almeirim, em execução que fizeram pelo juízo do Cível da vila de Santarém a Tomás Gomes Durão, morador em o lugar de Alpiarça.

(...) Dizem o Ministro e mais Mensários<sup>14</sup> da Ordem Terceira da vila de Almeirim que, por execução que fazem a Tomás Gomes Durão, se lhe adjudicou uma courela de terra sita no campo de Alpiarça, termo da vila de Santarém, e porque querem pagar sisa correspondente ao vendedor por ser a dita Ordem isenta da ametade que lhe podia pertencer por comprarem para o comum e para os gastos do culto divino (...)

Nós Ministro e mais irmãos definidores abaixo assinados, desta Venerável Ordem Terceira da Penitência da vila de Almeirim, em observância do despacho do Dr. Corregedor da Comarca, certificamos que a courela de terra que a mesma Ordem faz execução a Tomás Gomes Durão, do lugar de Alpiarça, é o património donde saem as despesas do culto divino que por ano se fazem na Igreja da referida Ordem (...)

- Manuel Correia – secretário da dita Ordem; Luís Soares da Mota – ministro; António de Faria e Melo; Paulo Soares da Mota; Francisco Vaz Subtil; Pedro Rodrigues Pombal; José Soares da Mota; Eusébio Soares de Faria e Melo; Joaquim José Correia; Xavier Rodrigues dos Santos; José Ferreira da Silva.

(...) E sendo logo presente Pedro Rodrigues Pombal, tesoureiro das sisas dos Bens de Raiz desta vila e seu cabeçaõ, pelo dito Procurador-Geral lhe foi feita entrega da quantia da meia sisa que eram cinquenta mil reis, por ser a dita adjudicação por 500\$000 reis (...)

---

<sup>14</sup> A palavra Mensário refere-se ao membro da Mesa, uma vez que a pronúncia da época para a mesa era “mensa”.



1781 – 13 de maio. Fls. 94v.

Termo de compra que faz Manuel Marques, morador nesta vila de Almeirim, de umas casas térreas com seu quintal sitas na rua do Espírito Santo desta mesma vila, a Francisco da Silva Trabalhoso e a sua mulher Eulália Teresa, todos moradores nesta mesma vila.

(...) Por preço e quantia de 24\$000 reis (...)

1785 – 25 de maio. Fls. 126

Termo de compra que faz António Vinagre, morador nesta vila de Almeirim, de uma casa velha sita na rua do Espírito Santo desta dita vila, a Francisco de Almeida e a sua mulher Constância Cordeira, assistentes em São Roque desta mesma vila, e a Faustino de Faria e a sua mulher Josefa Cordeira, moradores na vila de Santarém.

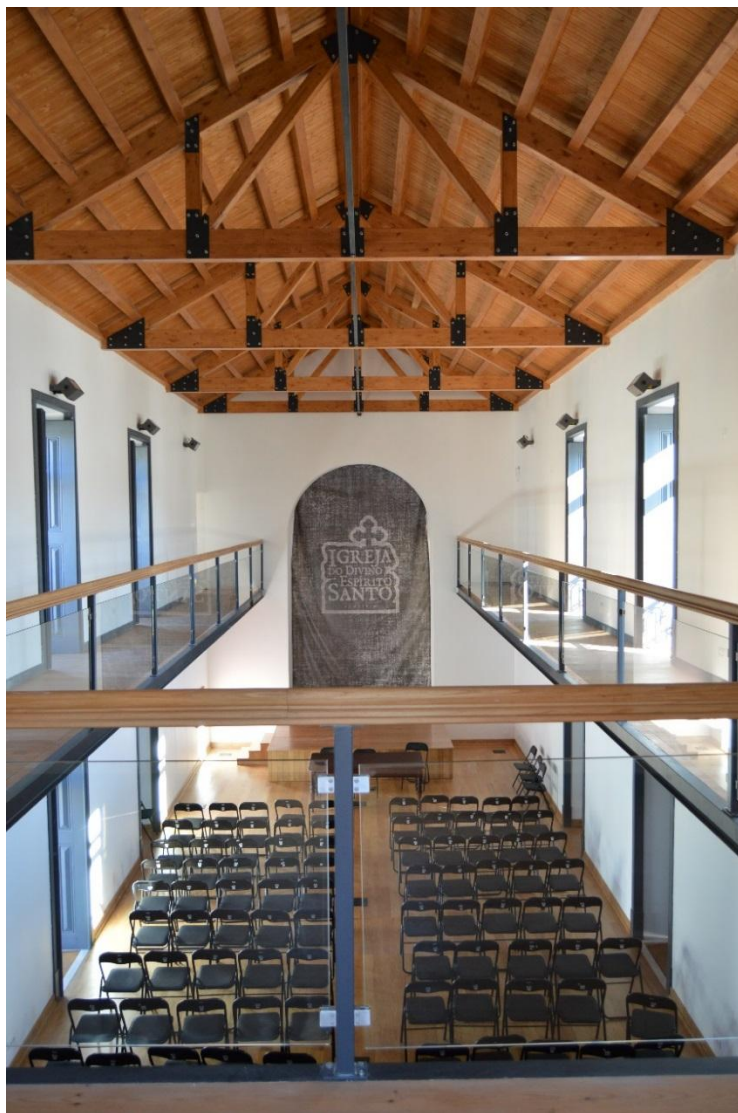
(...) Por preço e quantia de 10\$000 reis (...).

1788 – 30 de janeiro.

Termo de compra que faz Pedro Rodrigues Pombal, morador nesta vila de Almeirim, de uma morada de casas térreas com seu posso, sitas na rua do Espírito Santo desta mesma vila, a Antónia Josefa, viúva, moradora nesta mesma vila.

(...) Por preço e quantia de 50\$000 reis (...)











## **As Intervenções dos Executivos Municipais**

Nos livros de Actas das reuniões da Câmara Municipal, surgem igualmente referências à Igreja do Espírito Santo, considerando-a um importante espaço para a ação religiosa.

1820-18 de agosto. Fls. 86

Acórdão em Câmara:

Que pela representação feita Procurador da Câmara como Procurador do Povo, expôs na mesma vereação que uma e muitas vezes tem já sido instado pelo Povo desta vila, para que representasse em Câmara o incómodo que o mesmo Povo tinha, na pequena igreja em que se celebravam os ofícios divinos, sendo expostos às alternativas do tempo, já no verão, já no inverno, e que deixava, muitas vezes, de assistir às maiores funções, por não sofrer o incómodo de ficar na rua, que nestes termos deverá a Câmara, com a nobreza, para requerer à Santa Igreja Patriarcal, como administradora da Comenda desta vila, e por isso obrigada às reedificações da Igreja Matriz, para que a mesma Excelentíssima Congregação houvesse por bem de continuar as obras, já principiadas e adiantadas e que anuísse aos requerimentos da mesma Câmara já que tem o Reverendo Prior obtido coisa alguma dos que a este e respeito tem feito; e que o mesmo Povo diz estar pagando os dízimos que para tal fim são dedicados, com muita prontidão e zelo, o que não fará não se assumindo ao exposto.

1840-21 de agosto.

Respondeu-se a um requerimento do Prior desta freguesia em que se lhe mandou passar um atestado, item como as missas d'almas nesta freguesia, é mais conveniente dizerem-se na igreja matriz e não na capela do Espírito Santo e assim se atestou junto do mesmo requerimento.



1852-17 de fevereiro

Na mesma se deliberou pelos peditórios da dita viúva (do falecido recebedor) que houvessem por bem de lhe conceder o pagamento do seu débito em prestações com a renda anual das suas casas sitas no Largo do Espírito Santo cuja renda anual é de seis mil reis, a mesma Câmara anuiu ao seu pedido em consideração ao bem que seu falecido marido se prestou sempre a servir a mesma Câmara (...).

1885-18 de agosto.

Pela Associação de Beneficência desta vila, representada por um dos sócios, o doutor João César Henriques, foi oferecido a esta Câmara o Hospital desta vila, com todos os seus pertences, para ali serem recolhidos e tratados os doentes pobres deste concelho, que por ventura sejam atacados da epidemia “cólera morbus”, caso ela invada este concelho; ouvidos pois os três médicos de partido municipal acerca deste oferecimento, sendo um deles o subdelegado de saúde, foram unânimes que o hospital depois de feitos alguns melhoramentos ficará nas melhores condições higiênicas para ali poder receber coléricos. A Câmara deliberou que apesar do auxílio que deverá prestar para o melhoramento de que carece este estabelecimento a fim de o tornar nas melhores condições higiênicas, ainda assim deve relativamente ser uma despesa muito inferior ao que poderia gastar com melhoramentos feitos em outra qualquer casa, e por todas estas considerações, aceitou de bom grado oferecimento feito pelo doutor João César Henriques, em nome da Associação de Beneficência desta vila, ficando esta resolução dependente do respetivo orçamento que será presente à Câmara.

1885-04 de setembro.

Foi presente um ofício da Comissão de Beneficência desta vila com data de 20 de agosto próximo findo, fazendo constar a esta Câmara que em sessão que celebrou no dia dezassete do mesmo mês, deliberou por unanimidade dos seus membros oferecer a esta Câmara o Hospital desta



vila, para tratamento de coléricos, pondo-o completamente e com todos os seus pertences à disposição desta Câmara logo que seja necessário ou exigido. Com a apresentação deste ofício ficou confirmado o que em sessão de oito digo dezoito de agosto último foi oferecido a esta Câmara por um dos sócios da referida Comissão de Beneficência.

Foi presente um ofício do subdelegado de saúde e membro da Comissão de Beneficência desta vila, datado de vinte e sete de agosto último, em resposta ao que lhe foi dirigido por esta Câmara, em 26 o mesmo mês, acerca dos esclarecimentos exigidos por esta mesma Câmara, afim de se poder organizar o orçamento das obras a fazer no hospital que se julguem necessárias para que possa servir no tratamento de coléricos, depreendendo-se do mesmo ofício que as modificações indispensáveis consistem na abertura de oito janelas e na remoção para outro sítio de um dos Passos que pertence à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, e que se acha colocado junto à torre do relógio, não podendo importar esta obra em mais de duzentos e quarenta mil reis.

Depois da leitura deste ofício foi dito pelo referido vice-presidente, que tendo a Câmara, em sessão de 18 de agosto último, aceitado o oferecimento feito pela Comissão de Beneficência, desta vila, representada por um dos seus sócios, o que foi confirmado pelo ofício da mesma Comissão de que já havia apresentado e feito a leitura dele à Câmara, do hospital desta vila com todos os seus pertences, para ali poderem ser recolhidos e tratados os doentes pobres deste concelho, que por ventura sejam atacados de cólera, caso de invasão, ficando esta resolução dependente do respetivo orçamento das obras ali a fazer, e por fim submeteu à aprovação da Câmara o mesmo orçamento, na importância referida de duzentos e quarenta mil reis; deliberando por maioria que as obras a fazer só deverão começar no caso de invasão da cólera em Portugal, e que por isso achavam desnecessário a apresentação do orçamento.



Esta informação sobre a doação do Hospital e a sua relação com um possível surto de cólera vem esclarecer uma dúvida, ou desconhecimento da realidade dos factos, que circulava no imaginário da cidade.

Verificamos que, como era de Lei, existia uma Comissão de Beneficência na vila e esta era possuidora da Igreja. Como já referimos no ano de 1881 fizeram-se obras, sendo o seu arrematante o Dr. João César Henriques. O que se confirma é que terão sido feitas para se adaptar a Igreja a Hospital. Havendo o perigo do surto de cólera – na época apareceu em França, o Governo tomou medidas para o evitar e recomendou às Câmaras Municipais e aos seus serviços de saúde e higiene que procedessem a limpezas na via pública.

Acrescente-se que a indicação das obras a fazer para adaptação a Hospital esclarecem sobre a sua localização e identificação. O executivo, que aceita a oferta, enumerou as obras necessárias: abertura de 8 janelas e remoção do Passo, que pertencia à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, que se encontrava colocado junto à torre do relógio. O orçamento para as obras no poderia ser superior a 240\$000 reis.

A memória local que coloca aqui um hospital terá origem nesta resolução e no que se pretendia. O Hospital não foi instalado neste espaço, em virtude de ter ficado dependente da invasão da cólera, o que não se verificou.

O que vai acontecer será a sua posterior adaptação para Escola do sexo feminino, como já se referiu.



**A Informação do Administrador do Concelho de Almeirim, para o Governador Civil de Santarém.**

1863 – 30 de junho, fls. 80.

Incluso remeto a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> os orçamentos das Irmandades do Santíssimo Sacramento e do Senhor Jesus dos Passos, eretas na freguesia de São João Baptista de Almeirim, e até hoje são as únicas que o fazem, das minhas assíduas e repetidas instruções, me têm mandado os seus orçamentos, passando do cumprimento deste dever a Irmandade das Almas desta mesma vila e Irmandade do Espírito Santo e respetiva capela e todas as Irmandades da freguesia de Alpiarça, a do Santíssimo Sacramento, a das Almas e a de Nossa Senhora do Rosário, é o que agora faço por ter dado às ditas Irmandades mais algum prazo de tempo com desejo que todas cumprissem, mas como o não têm feito levo isto ao conhecimento de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para que esta omissão me não seja imputada.

1863 – 01 de setembro, fls. 85.

Tendo-me visto neste concelho e por diversas vezes, em graves embaraços, sem saber a providência e meio de que devo lançar mão para socorrer muitos doentes pobres, que se me apresentam, e alguns tem acontecido já reduzidos à última extremidade da vida, não só pela miséria, como pela invasão da moléstia, cenas estas que meus olhos presenciaram repetidas vezes e que na verdade faz comover o coração mais empedernido, porque o triste e único recurso que tem, o de os mandar para esse Hospital de Santarém, esse mesmo algumas vezes tem sido para esses desgraçados um meio de se lhes agravar a moléstia, ao recusar os tratamentos, e até ser a causa de mais depressa caminharem para a morte, porque já não resistem aos incómodos d'um transporte: a humanidade pobre clama e clama em alta vós por um piedoso descanso para a doença neste concelho, aonde não há Misericórdia nem casa de Caridade e em presença desta verdade, lembro a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que, havendo nesta vila uma Confraria, sem confrades, Irmandade sem Irmãos, e com administradores sem administração, que tem uma Igreja sem culto, digo,



Igreja quase sem culto, com uma casa d'habitação contígua de que bem se pode fazer um pequeno Hospital de Caridade para 20 doentes, ou mais, eu pedia a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> com a maior instância, com a maior urgência, se dignasse fazer a bem dos desgraçados pobres deste concelho, com que por uma Portaria do Senhor Ministro do Reino, a dita Capela e casas contíguas, com seus rendimentos e títulos, me fossem entregues para o dito fim, nomeando-se uma nova comissão que bem administrasse o dito Hospital e melhorasse o culto da Capela, cujo orago é o Espírito Santo, e com ordem expressa aos actuais para, previamente, me darem conta da sua gerência, do que até agora não têm feito caso, assim como em apresentarem seu orçamento, deste modo melhora-se o culto da Capela, aproveitam-se as casas para um justíssimo fim e um relógio que há na torre desta Capela, que serve de governo para toda a vila, pode a Câmara tomar conta da sua gerência. Já há um tempo desejava falar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> no prover desta necessidade, porém como me achava só não me atrevia a falar nisso, porém, hoje que me parece ter gente que me ajude não perco uma hora em começar nesta, para mim, tão gloriosa empresa.

1864 – 26 de janeiro, fls. 101.

Em resposta ao ofício de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> n.º 36 de 25 do corrente, tenho a responder que a confraria deste concelho a que alude o meu ofício é aquela cujo orçamento incluso remeto [do Divino Espírito Santo] e que só agora a dita confraria julgou conveniente apresentar-me.

1864 – 28 de janeiro.

Em cumprimento da circular de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> n.º 12 de 19 do corrente, mais três notas com as respostas dos seus quesitos dadas pelos próprios administradores das respectivas confrarias, sendo uma com respeito à Irmandade dos Passos, outra do Santíssimo, outra do Espírito Santo, todas desta vila, porém esta última noto-lhe no §1.º do 2.º art.º o não dizer que a eleição é feita pelos irmãos, como deve mandar o compromisso, se o tem, pois também me consta não ter número legal de irmãos, e no 3.º art.º diz qual é o pessoal, com respeito ao 5.º e 6.º art.º



vimos de receita, tanto ordinária como extraordinária, a quantia de 41\$400 reis e vemos no art.º 7.º que a despesa obrigatória só é de 30\$000 reis e destes números só vemos a aplicação de 13\$500 reis, que deduzida dos 41\$400 reis, deve ter ficado em caixa, todos os anos, a quantia de 27\$900 reis, salvo erro; não vindo esta última nota, como as outras duas, referendada e assinada pela Mesa, não era de minha competência fazer-lhe emenda, mas V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> determinará o que for de justiça.

Com respeito às outras irmandades que ainda não mandaram as suas notas (...) querem cumprir, porém têm tido suas dificuldades, que resolvidas, então as notas serão logo enviadas a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.

1865 – 27 de março.

No dia 2 de abril próximo futuro deve ter lugar n'esta vila a procissão dos Passos, aonde concorre muito povo e são, por essa ocasião, muito frequentes as desordens e até mortes, acresce ser nesse dia o mercado mensal e, por isso, d'absoluta necessidade a presença d'alguma força militar para auxiliar a polícia e manter a ordem. Rogo por isso a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se sirva providenciar e que, na véspera, aqui esteja indispensável para tal fim.

1865 – 15 de maio.

Em data de 4 de novembro p.p. dirigi a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, com o meu ofício 1025, as relações exigidas em a circular n. 27 de 8 do dito mês, dizendo por essa ocasião que a Irmandade do Espírito Santo, ereta n'esta freguesia, não podia “subsistir” por isso que não tinha número d'irmãos para poder eleger nova Mesa e que em consequência d'essa falta se não fazia eleição, conservando-se à [há] mais de 7 anos a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que fizesse intimar a referida Irmandade para constituir-se com o número de irmãos suficiente para bem exercer a respetiva administração e como se indica no prazo marcado no Decreto de 21 d'outubro de 1836, sob pena de ser dissolvida nos termos do mesmo Decreto; diligencia esta que foi imediatamente satisfeita e, com o meu ofício n.º 1050 de 30 de



dezembro, remeti o mandado e certidão d'intimação e como até ao presente nada se haja resolvido a semelhante respeito; vou rogar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se sirva tomar este negócio em consideração e dizer-me o procedimento a seguir para satisfazer ao que me cumpre, com respeito aos orçamentos das Irmandades que tenho de submeter à aprovação do Conselho de Distrito e que, por falta da dita Irmandade, se não remeteu.

1865 – 22 de agosto.

No dia 27 do corrente há de ter lugar n'esta vila uma festividade a S. Sebastião a que é costume afluir grande quantidade de povo, assim do concelho, como dos vizinhos e são muito frequentes as desordens por esta ocasião; convinha pois que, a bem da tranquilidade pública, V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se servisse ordenar que na véspera se apresentasse uma força militar, suficiente, para auxiliar os cabos de polícia, na manutenção da ordem pública.

1865 – 26 de outubro.

É da maior urgência a solução do negócio de que trata o meu ofício n.º 1050 de 30 de dezembro próximo passado, que acompanhou o mandado de instrução feita à Irmandade do Espírito Santo, desta vila, e por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> exigido em ofício n.º 808 de 5 do dito mês; e por quanto não se havendo até hoje constituído a dita Irmandade, nem tendo irmãos mais que os três ou quatro que gerem os bens d'esta Irmandade, há mais de 8 anos, não é possível continuar a existir sem grave prejuízo dos bens que administram. Pertence à administração d'esta Irmandade um templo que por mais d'uma vez tem substituído a igreja Matriz; este templo acha-se bastante danificado e a não se ser de pronto reparado certa é a sua completa ruína. A actual administração, tal qual existe, não tanto por absoluta carência de meios, mas por incúria e desleixo, nada faz para melhorar esse estado; não tem quem a substitua; em tais circunstâncias eu reclamo de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> as providências que achar dever tomar.



# As Cartas do Administrador do Concelho.



J. R. N.º 746 - 1-7-71

João Gonçalves  
M. e J. Sm.

em 1.º de Maio de 1971, o Sr. Administrador do Concelho  
de Lisboa, em virtude do disposto no Art.º 1.º do Decreto  
de 1935, e

(a) Amm. ponte entre o Alentejo e o Alentejo  
e de todo o resto do Alentejo e do Alentejo  
Tudo de -

Dr. J. R. N.º 746  
Dr. J. R. N.º 746  
N.º 746

Tenho a honra de satisfazer de vossa  
sua attenção e bem apito da vossa  
que se trata para fazer a obra e o mesmo  
isto abusa que se deve com a administração  
trazida da Fundação do Espírito Santo  
nesta nossa villa, e da qual eu com  
civileza attendo em vossa Officio N.º 173  
de 1.º de julho.

Não podiam os estudos com  
de os estudos a administração em  
no suficiente para a constituição de  
maneira de um número de 1000  
e de 1000 effectos, por quanto do  
tem que se havia como tal  
a muitos annos, apenas havia  
presentemente, e de 1000  
por isto necessario fazer

Dr. J. R. N.º 746  
Dr. J. R. N.º 746





novos para novos irmãos, a que me  
auxiliado pelos meus amigos. Foi, de-  
do o desejo de haver já uns trinta e  
dos mais, considerados nesta villa, e  
houtem se procedido nos termos orde-  
nados pelo compromisso a admissão  
e juramento dos novos irmãos, proce-  
dendo-se em acto continuo a eleição  
da nova mesa.

Compre-me todavia representando  
a G. as minhas duvidas com res-  
peito a' gormeca dos tres mundaes que  
ha muitos annos se achao a teste  
este estabelecimento, por quanto não  
tinha havido argumentos muito certos,  
a authenticidade confutante, sendo por  
isso illegas todas as differas etc. etc





presentes feitas, não obstante do livro res-  
pectivo de receita e despesa se mos-  
tra terem se tomado contas as esmo-  
ras, isto até ao anno de 1880, seja que  
toda a receita tenha sido consumida, ou  
aparecer saldo algum para o actual  
anno e consumo, como V.ª. poderá re-  
sultar do extracto desta Transacção  
de enviado desta Administração em  
data de 14 de Junho ultimo.

Estre pois em duvida se as esmo-  
ras se limitam só ao anno e con-  
sumo findo, ou se por ventura deverão  
abranhar os annos anteriores, e nes-  
ta hypothese se a actual mira pode  
e se compete para a tomada das  
contas, ou se nellas tudo que inter-  
ven.

Esse





tas divisas fizo a V. Ex.<sup>a</sup> as devidas  
exatidões e cummulo para meu governo.

Alto Guaraci a V. Ex.<sup>a</sup>  
Nemim 7 de Agosto 1844.  
Ex.<sup>a</sup> Mo. Mo. Governador Civil

At. de Coull.

Francisco Xavier da Silva



J. B. N.º 766 - 14 - 8.º 71

Junio 1.º mo. de 1871



Pa. Pap. Am.  
2.ª Sección

(N.º 263)

Para a entrega de dinheiro  
de uma porção de  
Mayaguez em 1871

Senhor, em cumprimento das ordens de  
V. Ex.ª, expedidas em Officio N.º 548 de 12 de  
Julho ultimo, e em observancia a que dispõe  
o Artigo 2.º do Decreto de V. Ex.ª Cautela de 1868,  
fui affogar os Editais de que tracta esse ar-  
tigo, e exemplares dos que se com a com-  
petente certidão e assignação remetto mui-  
to a V. Ex.ª, no fôrão nos mesmos Editais  
designados compareceram os denunciados  
na instancia que actualmente representa  
vão a Demandada, allegando que era  
muita, e unicamente se achavam vivos de  
os irmãos, mas outros de que me afu-  
destaram a relação, se desfizeram a en-  
trar para a Demandada e em nome  
do sufficiente para a poder constituir,  
e na pertença de que por esta forma



de poderia evitar a extinção da Fazenda com a Admissão de novos imãos, offim offe constar a V.ª em Officio 1025 de 7 do corrente


Pelo Officio que V.ª acaba de dirigir-me sob nº 549 de 10 do corrente, vejo que o Meu pro-cedimento na exordagito foi ilegal e não pode subsistir por não se poderem admitir novos imãos, ficando por essa forma a immixtão nos termos da descriptão, e os seus bens passarem á Administração da Junta de Parochiana conformidade do que a semelhante respeito se há determinado em diferentes Portarias e Resoluções do Procurador Geral da Coroa de 20 de Novembro de 1749. he,







A mesa da Irmandade vai reagir e apresenta uma proposta com a inscrição de novos associados, a qual não terá qualquer efeito na decisão do Governador Civil.

  
O abaixo assignado, tendo co-  
nhecimento pelo Edital affixado,  
nas portas da Igreja - matriz e  
divino Espirito Santo, - que a Irman-  
dade do Divino Espirito Santo não  
se achava legalmente constituída,  
por não ter o numero de irmãos  
que o Compromisso Matroa, não  
diziam que os membros da referida  
Irmandade dizem de ser si-  
dos legalmente. Vem requerer a  
V.ª, movido pelas ideas religio-  
zas que os a-compromisso, que  
mande abrir Matricula no com-  
tente logo elarou termo no  
qual os abaixo assignados, se ob-  
guem a cumprir o Compromisso da  
Mesma Irmandade.

P. de P. M. de F. r.

  
E. P. de P. r.  
C. de P. r.





João d'Almeida e Silva  
Henrique Costa Torres  
João Joaquim Gonçalves  
Cândido Landeiro Matheus  
Mário de Moraes dos Santos  
Mário Gomes de Conceição  
João Gomes Caldas  
Antônio Manuel Baptista  
Oscar Luiz e Agostinho de Almeida  
João de Sá  
Alexandre Almeida  
Oscar Gomes José Francisco de Almeida  
Antônio Carlos Gomes  
Antônio José das Neves  
Joaquim Gomes de Sá  
Mário de Sá  
Oscar Gomes de Almeida  
João de Sá  
Nelson Antônio Gomes  
João Joaquim de Sá  
Thomás de Almeida de Sá e Sá  
Mário de Almeida  
Mário de Almeida









que on attendra avec patience à l'union de  
ce genre d'admiration et de la nouvelle  
cristal, et les deux autres pour faire  
sur les 2<sup>es</sup> et 3<sup>es</sup> parties de la composition et de la  
solution de la 1<sup>re</sup> et de la 2<sup>de</sup> partie.

Monseigneur de la Roche de la Roche

Comme de l'union de la Roche de la Roche







## **Carta de Arrematação de Luís Duarte de Figueiredo.<sup>15</sup>**

Como já se referiu as Confrarias ou Irmandades que tivessem disponibilidades financeiras, concediam empréstimos. Estes eram efetuados mediante a apresentação de garantias. Esta Confraria do Espírito Santo, era uma das que existiam em Almeirim, no século XVIII, que os concediam.

O processo que se desenvolve no juízo ordinário de Almeirim, entre os anos de 1756 e 1767, é bem elucidativo dos métodos e tempos judiciais.

No ano de 1767 há a escritura de entrega da arrematação, de uma casa, dada como garantia a um empréstimo feito pela dita Confraria do Espírito Santo a José Cordeiro Gomes, mestre ferreiro.

A escritura revela todo o procedimento à volta deste empréstimo, permitindo um conhecimento de pormenores importantes da vida almeirinese e mesmo nacional, no que se relaciona com a justiça e a situação social e financeira do tempo<sup>16</sup>. Assim verifica-se que foi concedido um empréstimo de 48\$000 reis, com juros de cinco por cento ao ano, ao ferreiro José Cordeiro Gomes, no ano de 1756. Este ofereceu como garantia de hipoteca as suas casas e duas lojas de ferreiro. O Padre Coadjutor Francisco Pereira ficou como fiador da importância dos juros.

Apesar das garantias o “jurista” José Cordeiro Gomes, não fez o pagamento do referido empréstimo. Perante esta situação o Juiz da Irmandade dirige-se à Audiência, em que se encontrava o Juiz Ordinário e pede a penhora dos bens, dados como garantia; isto no ano de 1759.

Dá-se início ao referido processo e no ano de 1762 realizam-se os respetivos autos de penhora e consequente execução da dívida. Mas o tempo de dilação do processo continua. A penhora é efetuada no ano de 1767, sendo penhorada uma casa do devedor, que é vendida em praça

---

<sup>15</sup> Constante do Livro de Aforamentos da CMA, fls 294v a 310.

<sup>16</sup> A carta de arrematação é escrita no português atual para maior facilidade de leitura.



pública pela importância de 20\$000 reis. Ora o empréstimo feito foi de 48\$000 reis, a que se acrescentam os juros de 5%. Constata-se então que a Irmandade perdeu 28\$000 reis e juros respetivos. É curioso registar que não se refere qualquer ação contra o fiador dos juros, o Padre Coadjutor Francisco Pereira.

Diz o referido Processo:

“ António de Faria e Melo, Juiz Ordinário e dos Órfãos nesta vila de Almeirim e seu termo neste presente ano, pela ordenação. A quantos esta minha carta de arrematação tirada e extraída dos autos virem (...) em como nesta vila e Juízo Ordinário dela (...) correm uns autos de causa matéria cível de execução de sentença, ordenados e processados entre partes de uma delas como autor o Juiz e mais Oficiais da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, e réu da outra José Cordeiro Gomes, mestre ferreiro, e morador nesta vila e isto sobre por razão do que ao diante pelo discurso desta minha Carta de Arrematação se fará mais larga, expressa e declarada menção, e pelos ditos autos e termos deles se via e se mostrava (...) que sendo aos doze dias do mês de julho do ano de mil e setecentos e sessenta e dois anos, nesta vila de Almeirim em casas de morada de João de Matos Nobre, escrivão que foi e na entrega que se me fez do Cartório, me foi entregue uma sentença do Juiz e mais oficiais da Confraria do Divino Espírito Santo, em umas penhoras que tudo é o que ao diante se segue; Gaspar Gracia de Moraes a escrevera; segundo que isto assim tão comprida e declaradamente se continha e era conteúdo escrito e declarado na dita apresentação que sendo assim feito do modo que é dito pelos ditos Autos (...) do processo que os autores alcançaram contra o réu do qual o seu teor é o seguinte: Luís Farinha da Costa, Juiz Ordinário (...) a quantos esta minha Sentença Cível de escritura de assinação de dez dias, tirada e extraída dos Autos do processo (...) lhe faço saber em como nesta dita vila e Juízo Ordinário dela, perante mim se trataram e processaram e por mim finalmente sentenciados, foram uns Autos de causa, matéria e cível de escritura de assinação de dez dias ordenados e processados entre partes de uma neles como Autores o Juiz e mais oficiais da Confraria do



Divino Espírito Santo desta vila e réu da outra José Cordeiro Gomes, mestre ferreiro (...).

Sendo no ano de nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e nove, sendo aos catorze dias do mês de setembro, (...) em audiência pública, que em suas pousadas aí aos Feitos e Partes fazia Luís Farinha da Costa, Juiz Ordinário e dos Órfãos nesta vila e seu termo, neste presente ano, pela Ordenação, aí, na dita Audiência, apareceu presente António da Costa Souto Maior, em nome e como Juiz da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, e por ele foi dito (...) que trazia citado ao réu José Cordeiro Gomes (...) para no termo de dez dias reconhecer a obrigação que tinha do dinheiro que na dita Confraria, se lhe tinha dado à razão de juro de e que fora citado pelo escrivão deste juízo que lhe requeria a mandasse apregoar pelo Porteiro da Audiência e que não aparecendo em juízo nem outrem por ele à sua revelia, o houvesse por citado para tudo que era dito por termos e autos indiciais da dita ação e o tornasse segunda vez a mandar apregoar pelo mesmo Porteiro (...) e que não aparecendo em juízo (...) lhe assinassem os dez dias da Lei para, dentro deles, a seguir aprovar os embargos que tivesse a ser condenado na dita quantia e juros vencidos até leal entrega o que sendo visto pelo dito Juiz Ordinário (...) a mandou apregoar pelo Porteiro da Audiência que, por não haver Porteiro presente fora nomeado pelo Autor (...) o escrivão dos autos deu sua fé que o réu não aparecia em juízo, nem outrem por ele, pelo que o dito Juiz Ordinário, à sua revelia, houve ao dito réu por citado para tudo que dito era, termos e autos judiciais da dita ação e debaixo do segundo pregão, lhe assinasse os dez dias da Lei para, dentro deles, alegar e provar os embargos que tivesse a ser condenado no principal da dita escritura e seus autos, até real entrega (...).

(...) Dizem o Juiz e mais irmãos da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, que deram à razão de juro quarenta e oito mil reis a José Cordeiro Gomes, desta vila, com a condição de se fazer penhora em os bens hipotecados e porque, para este fim, se foi necessário ajuizar-se a escritura, julgando-se por sentença para em sua virtude ser feita a dita



penhora, pedindo-me por fim a conclusão da sua petição, lhe fizesse mercê mandar que seja notificado o suplicado para cumprimento da dita cláusula, aliás proceder-se na execução e entrega do dinheiro e receberá Mercê, segundo se continha na dita petição (...) nela dei o meu despacho, de que o seu teor é o seguinte: *Cite-se – Costa*. Por bem do qual meu despacho fora o dito reu citado do que se passou certidão (...).

Notifiquei a José Cordeiro Gomes por todo o conteúdo na petição e despacho que lhe li e declarei e ele bem entendeu em fé de que me assinei: Almeirim treze de setembro de mil setecentos e cinquenta e nove – José Leite Pacheco a escreveu.

(...) Em nome de Deus ámen. Saibam quantos este público instrumento de escritura de dinheiro dado e tomado à razão de juro de cinco por cento, na forma da Lei, virem que no ano (...) de mil setecentos e cinquenta e seis anos, sendo aos onze dias do mês de novembro do dito ano, nesta vila de Almeirim, em pousadas de mim Tabelião, ao diante nomeado, apareceram presentes António da Costa Souto Maior, como Juiz da Confraria do Divino Espírito Santo, desta vila, e da outra José Cordeiro Gomes e sua mulher Emerenciana Maria, e moradores nesta dita vila, pessoas conhecidas de mim (...) e das testemunhas (...) e logo pelo dito José Cordeiro Gomes e sua mulher foi dito (...) que eles estavam ajustados e contratados com o Juiz do Divino Espírito Santo, desta vila, de lhe dar à razão de juro de cinco por cento, quarenta e oito mil reis, que [para] a dita quantia e seus juros obrigavam as suas pessoas e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e o melhor de parado (?) deles e por especial hipoteca obrigavam as suas lojas e tendas de ferreiro, com todos os seus trastes precisos e necessários, para nelas se trabalharem com condição que a hipoteca especial derroque a obrigação geral de todos os mais seus bens, porque uns e outros havia aqui por obrigados e hipotecados à segurança da dita quantia e seus juros, até real entrega por tempo de um ano, no fim do qual se obrigavam a destratar a dita quantia com seus juros que estiverem vencidos, e querendo eles juristas conservar em si a dita quantia por mais anos, querendo ele Juiz da dita Confraria que hoje é e ao diante for, eram



sempre pagando os ditos juros todos os anos, como se vencerem, e não querendo não têm dúvida, findo o primeiro ano, pagarem a principal e juros, com condição que não pagando, mandar o dito Juiz pôr este instrumento em juízo contra eles ditos juristas (...) e por ela serem penhorados por tudo o que seguidamente estiverem a ordenar, até de todo a dita execução ser finda e acabada e a dita Confraria, ou o Juiz que hoje é e pelo tempo em diante for, estar de tudo pago e entregue e satisfeito assim do dito principal com os juros e custas até real entrega; ao que prometeu de não porem dúvida alguma em juízo nem fora dele e podendo não serem ouvidos em juízo com razão alguma de feito no Direito sem primeiro depositarem em mão e poder do tesoureiro da dita confraria, que hoje é e pelo tempo em diante for, tudo quanto estiverem a dever sem a isso o dito tesoureiro que hoje é e no tal tempo for dar fiança alguma, nem em pouco nem em muito, porquanto desde agora para tal tempo o abonam e o hão por abonado, como fiel depositário de juízo para tudo puderem receber sem fiança, como administrador que é da dita Confraria (...). E logo pelos ditos juristas foi mais dito que querem dar e pagar à pessoa que andar nesta demanda, por parte da dita Confraria, a duzentos reis por dia de pena convencional para ser mantimento, sem se poder dizer nem alegar que é maior salário do que a ordenação concede e findo o dito primeiro ano, poderá o dito Juiz, que hoje é da dita Confraria e ao diante for, requerer logo a execução de todos os bens penhorados e por eles ser paga a dita Confraria, da dita quantia e seus juros e logo, sendo presente o Reverendo Padre e Coadjutor Francisco Pereira, por ele foi dito a mim tabelião, em presença das ditas testemunhas, que ele fiava e ficava por fiador e principal pagador de todos os juros que vencessem a dita quantia em seu poder, enquanto os ditos juristas tivessem a dita quantia em seu poder então pagarem, para o que disse se submetia e se sujeitava a todas as cláusulas deste instrumento, por quanto era fiador (...) de muito de sua livre vontade (...) para o que obrigava a sua pessoa e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e o melhor parado deles e que se dera fora do juízo de seu foro, privilégios presentes e futuros, e tudo o mais que em seu favor possa alegar, e logo, sendo presente o dito Juiz da dita



Confraria, por ele me foi dito que ele, em nome da dita Confraria, aceitava as suas cláusulas e condições (...).

(...) Diz José Cordeiro Gomes, que para certa vexação que tem, lhe são precisas dez moedas de ouro de quatro mil e oitocentos reis cada uma, e por que tem conhecimento que nesta Confraria do Divino Espírito Santo, se acha algum dinheiro para s dar a juro, quer o suplicante que Vossa Mercê lhe mande dar para o que oferece hipoteca ao dito dinheiro das duas lojas que tem de ofício de ferreiro e não tem dúvida que nelas se faça logo penhora para a dita segurança e juntamente oferece por seu fiador aos juros o Reverendo Padre Coadjutor Francisco Pereira, pede a Vossa Mercê lhe faça mercê mandar que, feita a escritura de obrigação e hipoteca, na forma expressa da lei, e o tesoureiro da dita Confraria entregue os ditos quarenta e oito mil reis (...) Almeirim onze de novembro de mil setecentos e cinquenta e seis anos – António da Costa de Souto Maior (...).

(...) sendo testemunhas presentes: Manel Rodrigues Facada, sapateiro, que assinou a rogo do jurista por lho pedir e rogar e mais testemunhas: Manuel António, oficial de ferreiro e Manuel da Silva, trabalhador e todos moradores nesta vila (...)

(...) Aos vinte e quatro dias do mês de setembro, do ano de mil e setecentos e cinquenta e nove, nesta vila de Almeirim, em Audiência pública, que em suas pousadas, aí em aos feitos e partes fazia Luís Farinha da Costa, Juiz Ordinário e dos Órfãos nesta vila e no seu termo, neste presente ano, pela Ordenação (...) apareceu presente António da Costa Souto Maior, em nome e como Juiz da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, e por ele foi dito e requerido ao dito Juiz Ordinário, que ao réu José Cordeiro Gomes se lhe havia assinado os dez dias da Lei para, dentro deles, alegar e provar os embargos que tivesse a ser condenado no principal da dita escritura e seus juros até real entrega, os quais eram passados e o réu não tinha vindo com os ditos embargos (...).



(...) Como o réu José Cordeiro Gomes, sendo citado, não alegou nem provou nos dez dias que lhe foram assinados (...) o condeno nos quarenta e oito mil reis, principal da escritura, e nos juros vencidos e por vencer até real entrega (...). Almeirim, vinte e sete de setembro de mil setecentos e cinquenta e nove (...).

(...) Aí, aos feitos e partes fazia, aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil e setecentos e cinquenta e nove anos, sendo publicada como dito, pelos ditos autos, António da Costa Souto Maior, como Juiz da Confraria (...) me foi dito, pedido e requerido, lhe mandasse dar e passar a sua sentença (...) notifiquei o réu José Cordeiro Gomes, para que no termo de vinte e quatro horas, depois que notificado for, dê e pague, entregue na mão e poder do tesoureiro da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, cinquenta e cinco mil e duzentos reis do principal e juros de três anos, findos em onze de novembro do presente ano e assim mais as custas que são, a saber: salários do escrivão que esta fez, feitiço, assinatura e selo dela, que com outras mais custas e despesas miúdas e ao caso necessárias, ficam a soma de quantia de mil cento e oitenta reis, segundo foram contados pelo contador delas, que contou e somou (...) sendo o dito réu portanto notificado se logo com efeito pagar não quizer, será penhorado e executado em tanto de seus bens móveis que bem bastam para pagamento (...) e não os tendo ou não bastando-os será nos de raiz, que uns e outros lhes são postos e metidos em pregão em Praça Pública desta vila (...) será a dita Confraria realmente paga (...).

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil setecentos e cinquenta e nove pagou-se de feitiço desta, por parte do Juiz da dita Confraria, a cujo requerimento se deu e passou ao todo na forma do Regimento, setecentos e oitenta reis (...) e do selo nove reis (...) e logo por ela fora o dito réu filhado para pagar ou nomear bens à penhora nos bens do mesmo réu, entre os quais foram umas casas e seu quintal, cujo auto de penhora é o do teor seguinte: Ano (...) de mil setecentos e cinquenta e nove, sendo aos dezasseis dias do mês de outubro (...) em casas do réu José Cordeiro Gomes, onde eu escrivão vim com o alcaide Luís de



Almeida e aí o dito alcaide, em virtude da sentença, fez penhora e afilhamento de umas casas térreas com seu quintal grande, murado à roda, citas nesta vila na rua Nova do Rocio, foreiras à Câmara Municipal desta vila e na dita casa e seu quintal houve o dito alcaide a dita penhora por feita para pagamento em todo o conteúdo na dita sentença (...).

(...) Dizem o Juiz e mais oficiais da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, que na execução que fazem a José Cordeiro Gomes, se acha esta parada há mais de dois anos, motivo porque queriam os suplicantes fazer filhar o suplicado para, à primeira, alegar a dúvida que tem para se processar nos termos da execução (...).

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil setecentos e sessenta e dois, nesta vila de Almeirim, no Paço do Concelho dela, em Audiência pública que aos feitos e partes fazia o capitão Vicente de Faria e Melo, Juiz Ordinário nesta dita vila e seu Termo, neste presente ano pela Ordenação, aí apareceu presente Manuel Rodrigues de Sequeira como Procurador do Divino Espírito Santo e por ele foi dito que para o presente fora citado José Cordeiro Gomes, para algar a dúvida que tivesse a se continuar na execução que contra ele pendia por parte da dita Confraria, pelo principal e juros de que ele era devedor, que lhe requeria o mandasse apregoar pelo Porteiro da Audiência (...) mandou fosse apregoadado pelo Porteiro da Audiência Manuel Lopes, de que deu sua fé, estando presente o dito réu, pelo qual foi dito (...) que ele requeria que o Juiz e Procurador da dita Confraria deviam jurar de per si, sem intervenção de outra pessoa, requeria a continuação desta execução (...) para apontar os defeitos dela, o que visto pelo Juiz Ordinário, mandou que os autores satisfizessem com o seu juramento e satisfeito com isto lhe desse vista e devia em vinte e quatro horas (...). Gaspar Grácia de Moraes o escreveu (...). Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil setecentos e sessenta e três anos (...) e no Paço do Concelho dela, aí (...) o Juiz Ordinário Gaspar José Fragoso de Gouveia, aí apareceu presente Manuel Rodrigues de Sequeira, como Procurador da Confraria do Divino Espírito Santo desta vila, e por ele

122



foi dito (...) que a José Cordeiro Gomes se lhe havia assinado tempo para apresentar procuração, lhe requeria o mandasse apregoar (...) o houve por lançado e que corresse a causa e seus termos (...).

(...) Dizem o Juiz e Procurador da Confraria do Divino Espírito Santo, que em execução contra José Cordeiro Gomes, estão os bens penhorados para se arrematarem e como o dito executado se ausentou e não se sabe parte certa aonde está, fazem e querem citar por éditos, sendo os suplicantes admitidos a justificar a dita ausência e que não se sabe parte certa onde assiste o executado, pedindo-me em fim a conclusão da sua petição, lhes fizesse mercê (...) mandou por seu despacho que justificassem e justificando a ausência do réu, sendo junta a dita justificação, lhe foram os ditos autos conclusos (...) e nelas dera o seu despacho de que o seu teor é o seguinte: vistos depoimentos das testemunhas se lhes passe carta na forma requerida, Almeirim quatro de março de mil setecentos e sessenta e três. Gouveia (...) e se fixou no Pelourinho da Praça desta vila, de que se fez termo (...).

(...) Aos seis dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e três anos, nesta vila de Almeirim no Paço o Concelho dela (...) o Juiz Ordinário Gaspar José Fragoso de Gouveia (...) apareceu presente Manuel Rodrigues de Sequeira como Procurador da confraria do Divino Espírito Santo, (...) que por ausência de José Cordeiro Gomes, haveria carta de Éditos de nove dias para, por eles, poder ser citado para venda e arrematação e remição dos bens penhorados à instancia da Confraria (...) cuja carta se fixara no Pelourinho desta mesma vila e por que, do presente, tem notícia que o dito réu e sua mulher se acham em a vila de Muje, requeria a ele, Juiz Ordinário, lha mandasse passar carta citadora para, na tal vila, ser citado o dito réu e sua mulher para a venda e arrematação (...) dos bens penhorados (...).

(...) se passou carta precatória para a vila de Muje, donde o réu e sua mulher foram citados e por passar tempo tornaram a ser citados nesta vila, pelo escrivão que esta passou e porque os bens penhorados não tinham ainda andado em pregão, nos termos da Lei, pois nos autos o não



constava, e porque não havia Porteiro nesta vila para os trazer, se lhe passou edital que foi fixado no Pelourinho desta vila (...).

Treslado e termo de fixação é do teor seguinte: Toda a pessoa que queira lançar na casa e seu quintal, cita na rua Nova do Rocio desta vila, de José Cordeiro Gomes, vá à casa do escrivão deste juízo dar seu lance, que se hão de arrematar a quem mais der no fim de vinte dias; Almeirim dezoito de outubro de mil setecentos e sessenta e sete anos - José Inácio de Melo Baracho a escreveu; Certifico eu José Inácio de Melo Baracho, que eu fixei no Pelourinho da Praça desta vila um edital (..).

(...) Dizem o Juiz e os oficiais da Confraria (...) que em execução que fazem a José Cordeiro Gomes (...) se lhe fez penhora de uma morada de casas com seu quintal (...) notifique-se o suplicante e a sua mulher para a venda, arrematação e remissão delas e que, feita a dita notificação, se arrematem a quem mais der, pedindo-me em fim e conclusão da sua petição (...) ao que dei o meu despacho de que o seu teor é o seguinte: Como pede; Melo.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e sessenta e sete anos, sendo aos quinze dias do mês de novembro (...) na Praça dela onde eu escrivão vim com o Juiz Ordinário Ant3nio de Faria e Melo, aí sendo presente o Porteiro do Concelho Domingos Luís Ant3nio, trouxe em preg3o de venda e arrematação, dizendo em alta voz e inteligível voz, que lhe dava mais de vinte mil reis pelas casas e seu quintal, de José Cordeiro Gomes, citas nesta vila, na rua Nova do Nova do Rocio, em que se havia feito penhora a instância do Juiz e mais irmãos da Confraria do Divino Esp3rito Santo, desta vila, se via se a ele lhe tomaria seu lance e que em praça vendia e arrematava e que afronta fazia e que mais não achava, que se mais achara mais tomara e continuando o dito preg3o, o dito Porteiro, com um ramo verde na mão, passeando pela dita Praça de uma parte para outra, e não achando quem mais lhe desse nem quem maior lance fizesse que Luís Duarte de Figueiredo, que era o dito lance de vinte mil reis, pelas ditas casas e seu



quintal, o dito Juiz Ordinário lhas mandou arrematar na dita quantia que o dito Porteiro arrematou, sustendo-lhe o ramo verde na mão, dizendo que lhe dava uma e duas e três e outra mais pequenina, que era mais verdadeira, que lhe fizesse bom Prol, que o dito arrematante aceitou, e sendo a tudo presente por testemunhas Manuel Rodrigues Facada, oficial de sapateiro e Francisco Correia Loureiro, oficial de alfaiate e moradores nesta vila (...). Assinam: Melo; Luís Duarte; do Porteiro Domingos Luís António uma cruz; Manuel Rodrigues Facada; Francisco Correia Loureiro.

(...) depósito que o arrematante faz do produto da sua arrematação (...) Aos quinze dias do mês de novembro de mil setecentos e sessenta e sete (...) em minhas pousadas apareceu presente o arrematante Luís Duarte de Figueiredo e por ele foi feito o depósito de vinte mil reis (...) em mão e poder de Manuel Rodrigues Sequeira, que vive de sua argênciã e negociação e morador nesta vila, que se obrigou a dar conta da dita quantia todas as vezes que pela justiça lhe forem pedidas, para o que se submeteu e sujeitou às Leis dos fiéis depositários de juízo (...).

Certidão de Sisa (...) António de Faria e Melo, Juiz Ordinário nesta vila de Almeirim e seu termo, neste presente ano pela Ordenação, que também nela e em todo o seu Cabeção<sup>17</sup> serve de Juiz das Sisas, por bem do Regimento delas (...) que ao tesoureiro delas Pedro Rodrigues Pombal lhe ficam carregados em receita quatro mil reis dos vinte mil reis por que Luís Duarte de Figueiredo havia arrematado (...) aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil setecentos e sessenta e sete anos e eu, Manuel Correia, a escrevi (...).

(...) compareceram em audiência que nela se fazia o Juiz e mais mordomos da Confraria do Divino Espírito santo desta vila (...) que pediram para tirar sua carta de arrematação e pagar o laudémio que dever, não querendo vossas mercês a dita casa e seu quintal para o mesmo Senado tanto pelo tanto (...) despacho: concedemos a licença

---

<sup>17</sup> O Cabeção era a área geográfica e administrativa sujeita a sisa cobrada em Almeirim. Englobava igualmente o Cartório do Tabelião de Notas, de Almeirim.



pagando o laudémio que dever e foros atrasados (...)Almeirim em Câmara vinte e quatro de novembro de mil setecentos e sessenta e sete: Melo, Silva, Veiga, Pereira.

(...) Como Procurador do Concelho desta vila de Almeirim, confesso eu receber da mão do senhor Luís Duarte de Figueiredo a quantia de dois mil reis de um laudémio de compra de umas casas que arrematou (...). Aos vinte e cinco dias de novembro, de mil setecentos e sessenta e sete: Pedro Rodrigues Pereira.

(...) dada em vinte e quatro dias do mês de novembro (...) pagou-se de feítio desta por parte do dito arrematante (...) mil e setecentos e quarenta reis e de assinar nada, do selo nove reis e eu José Inácio de Melo Baracho a escrevi (...).



## A Reedificação da Irmandade – 1825.

77

Hoje 1<sup>a</sup> de Maio - da Coroa p<sup>a</sup> 26 de Junho de 1825.

J. B.

P. Príncipe L<sup>a</sup> 23 de Março de 1825

A. B.

Fictitious

J.

Pr.

Recebo em 28 de Junho de 1825

Recebo em 28 de Junho de 1825

Recebo em 28 de Junho de 1825



7. El Excmo. Sr. de Com.<sup>do</sup> informe con su pape-  
reor, sugiriendo al Consejo de Indias de lo  
dicho de 12 de Diciembre del 1824.

Author

*14*

[illegible]

*W. Mag. de*  
*para a Graça deop-*  
*provas por seu Regio*  
*ploma*

Como Polos

Don. An.<sup>to</sup> Chiribarruto Sanborn



Senhor



Re. Magestade. Arrido mare  
dar ouso esta Amenda de do di  
vino Espirito Sancto a cerca do  
Compromisso q' elle pertence  
V. Mag. Re. conforme Pare  
ce q' om. me Compromisso emenda  
contrarias as Leis de V. Mag. ante  
se dirige affrui justos q' ensalvam  
em di o esplendor da Religiao, e a  
carid. d. com os homens e por esty  
motivo parece ser digno delle  
a approvaçao de V. Mag. Agirem  
Deos Guarde Almem. 24 de Junho de 1825



O Luis José Antero Chirio Ramalho  
O Genival Paes Roiz Paes  
O Misopreito Joaz Roiz Moreira  
O Praxedes José Gonçalves

Manoel da Costa  
João José P. da Silva  
João Baptista Lino de Sena  
Joze Nunes Co.

Francisco José Godinho  
Ant. José de Santa

João Lucas Henriquez  
Angelino Ant. dos Santos  
Jaquim Ferreira

João Antonio Pombal  
Manoel Rodrigues



João Pedro Costa  
Antônio da Conceição  
Antônio Pedro da Costa  
João Baptista da Costa  
João Pedro da Costa  
João Marques Loureiro  
Mariano José da Costa  
José da Silva  
José da Silva  
Francisco José da Costa  
Manoel José da Costa



Dom João por Graça de Deus Rey do Rey  
no Reino de Portugal, Brasil e Algarves, faguetamente  
Nós, o Senhor de Santa Cruz, N.º João a V.ºs Provedor  
da Comarca de Santarém, a na conformidade do Dis-  
pacho suscitado na Citação do Sr. Alcaide-mor com respo-  
sabilidade sobre o seu conteúdo, e com esta carta, N.ºs tornara-  
mos. Si. N.ºs João, Senhor e Camarada, N.ºs tornara-  
mos a assignação de San. Conselho e Sub. Procurador  
do Fisco. Por. N.ºs João, N.ºs João, N.ºs João, N.ºs João  
de Janeiro mil e trezentos e vinte e cinco annos.

João de Alencar Pereira e Aguiar

Pedro Soares de Aguiar e Aguiar e Aguiar





## **As Irmandades e Confrarias de Almeirim – do Século XVI ao Século XIX:**

**Irmandade do Santíssimo Sacramento** erecta na Igreja matriz da paróquia de S. João Baptista, de Almeirim. Já existia no século XVIII, a ela se referindo o Prior na sua resposta ao inquérito sobre o terramoto de 1755 (Memórias Paroquiais).

Registo de Alvarás de 1875, sob o nº 53, de 4 de Outubro de 1875. (há o registo de Alvará sob o nº 99 em que se aprova o compromisso em 4 de Outubro de 1875).

Há o novo Compromisso.

- Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, erecta na Igreja Parochial da freguesia de S. João Baptista da villa e concelho d'Almeirim.
- Capitulo 1º- Art.º 1º A Irmandade do Santíssimo Sacramento, erecta na Igreja Parochial da freguesia de Almeirim, reuniu-se, discutiu e aprovou o presente compromisso, que como sua lei social deseja e se propõe observar depois de obtida a indispensável aprovação da Autoridade competente.
- Art.º 2 - A Irmandade compõe-se d'um número indeterminado de irmãos de ambos os sexos.
- Art.º 3º - Os fins desta Irmandade são: promover o culto divino e especialmente o culto perene do Santíssimo Sacramento e suffragar as almas dos seus irmãos.
- Ar.º 4 - Os fundos da irmandade consistem em esmolas annuaes de irmãos, joias e em capitaes ou bens de raiz que, legitimamente, venha a possuir.
- Art.º 5º - A Irmandade é representada pelo Definitório e pela meza, na conformidade d'este compromisso.
- Art.º 6º - É admissivel n'esta Irmandade toda a pessoa que goze de boa reputação civil e religioza, tendo os requisitos exigidos no art.º 7º deste capitulo.



- Art.º 7º - A admissão a irmão depende de proposta do Juiz, feita por escripto, designando-se o nome do proposto, sua residencia e profissão e aprovação em Definitório por dois terços dos irmãos presentes.
- Art.º 8º - Só poderão ser admitidos para irmãos, individuos d'ambos os sexos, de maior idade ou emancipados, os menores com licença de seus Pais ou tutores e as mulheres casadas com authorização de seus maridos.
- Art.º 9º - — O irmão admitido pagará a joia de 600 reis.
- Único – cada irmão pagará o annual de 300 reis.
- Cap.º 2º - Os irmãos do sexo masculino, maiores ou emancipados, têm direito:
  - 1º - A tomar parte em qualquer debate quando se reunir o Definitório.
  - 2º - A representar à meza sobre qualquer negócio de interesse para a Irmandade.
  - 3º - A recorrer para o Definitório das decisões e deliberações da meza.
  - 4º - A votar e ser eleito para todos os cargos da Irmandade.
  - 5º - A interpellar em Definitório a meza por qualquer abuso ou infracção do presente Compromisso.
- Art.º 11º - (...).
- Art.º 12º - (par. Único 1 e 2).
- Cap.º 3º - Do definitório.
- Art.º 14º - O Definitório é a reunião de todos os irmãos, convocados previamente por carta assinada, pelo Juiz da meza que será também Presidente da meza do Definitório.
- Art.º 15º - O Definitório julga-se constituído estando presentes metade e mais um dos irmãos não impedidos, residentes na freguesia de Almeirim.
- Quando não estiver o nº indicado haverá nova convocação com intervalo de sete dias. Se não voltar a haver a maioria as deliberações serão tomadas pelos irmãos presentes.
- Art.º 16º - Penas: 1º, 2º, 3º (...)



- Art.º 17º - A eleição "... feita por escrutínio secreto, concorrendo como eleitores todos os irmãos do sexo masculino, maiores ou emancipados, nomeando o Presidente, dois escrutinadores e servindo o Secretário de Escrivão da Meza (...)
- Art.º - 18º - decisão das eleições.
- Art.º - 19º - Competência do Definitório.
- Cap. 4º - da mesa do Definitório
- Art.º - 20º - Competência do Definitório. (...)
- Art.º - 21º - Incumbe ao Presidente. (...).
- Art.º - 22º - Competência do Secretário (...).
- Cap.º - 5º - Da meza
- Art.º - 23, 24, 25, 26, 27.
- Art.º - 28º - A principal obrigação da meza é prover à boa e económica administração da Irmandade, e cumprir e fazer cumprir as disposições deste Compromisso, havendo – se com toda a circunspecção na segurança dos fundos de qualquer natureza que sejam, e actuando sob immediata responsabilidade geral da meza e particular de cada um dos seus membros de todos os rendimentos.
- Art.º - 29º - O Juiz e o Escrivão – organizam o orçamento. (...)
- Art.º - 30, 31, - do Orçamento. (...)
- Art.º - 33º - Intervir em todos os contratos. (...).
- Art.º - 34 e 35 – dos meios (...).
- Art.º - 36º - Pertence ao Juiz (...)
- Art.º - 37º - do Escrivão (...).
- Art.º - 38º - do Tesoureiro (...).
- Art.º - 39º - do Procurador – recebe as annuaes dos irmãos.
- Cap.º - 6º - Encargos da Irmandade.
- Art.º - 40 – Sendo o fim d’esta Irmandade promover o culto divino e suffragar as almas dos irmãos finados, tem a cumprir o encargo de, durante um anno, depois do falecimento de qualquer irmão, mandar dizer por sua alma, seis missas da esmola de cento e sessenta reis cada uma.



- Par.º 1º - As mulheres e filhos mais velhos dos irmãos, que estejam debaixo do pátrio poder, logo que faleçam, têm direito a três missas por sua alma, da esmola de cento e sessenta reis cada uma.
- Par. 2º - A Irmandade é obrigada a acompanhar à sepultura os cadáveres de seus irmãos e mulheres.
- Cap.º - 7º - Disposições Gerais.
- Art.º - 41º - Exercício de cargos (...)
- Art.º - 42º - da meza. (...).
- Art.º - 43º - No caso que o ensino primário careça de auxílio, na freguesia d'Almeirim, sede d'esta Irmandade, a meza no seu orçamento votará um subsídio segundo os meios de que então possa dispôr.
- Art.º - 44º - A meza aplicará para auxílio da sustentação dos expostos do Distrito pelo menos a décima parte da sua receita ordinária, esta verba será descriminada no orçamento e paga no Cofre Central da Junta Geral do Distrito, logo que o Orçamento seja aprovado pela autoridade competente.
- Art.º - 45º - da Gerência. (...).
- Art.º - 46º - A Irmandade não poderá repudiar heranças ou legados devendo sempre aceitá-los a benefício do inventário.
- Art.º - 47º - desamortização dos bens (...).
- Art.º - 48º - A Irmandade só poderá adquirir por título oneroso, precedendo licença do Governo, os bens immobiliários que forem indispensáveis para o desempenho dos seus deveres.
- Art.º - 49º - escripturas (...)
- Art.º - 50º - do Compromisso.(...)
- Art.º - 51 e 52º. (...)
- Caza do despacho da Irmandade do Santíssimo Sacramento erecta na Igreja d'Almeirim, 28 de Dezembro de 1875.
- O Juiz – Miguel Joaquim Gonçalves
- O Escrivão – Vicente Rodrigues Queijeiro
- O Thesoureiro – Domingos Joaquim Gonçalves
- O Procurador – José Paulo Pisco.



**Irmandade do Senhor Jesus dos Passos** – erecta na Igreja de S. João Batista. Já existia no século XVIII. O prior, na sua relação (Memórias Paroquiais) refere que esta irmandade, a irmandade do S. Sacramento, a de N.ª S.ª do Rosário e a das Almas estavam instaladas na Igreja Matriz.

Registo de Alvarás de 1877, sob o nº 156, de 30 de Agosto de 1877, alterações feitas de acordo com o Decreto com força de Lei de 22 d’Outubro de 1866.

(...) pela meza da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos erecta na Igreja Parochial de S. João Baptista da villa de Almeirim, o compromisso porque ella pretende reger-se.

(...) Considerando que o compromisso cuja aprovação se requer foi discutido e aprovado pela maioria dos membros da corporação.

(...) Considerando que não contém disposição contrária às leis do Paiz e que está confeccionado segundo as regras estabelecidas pelo Governo para instituições de semelhante natureza.

(...) Considerando finalmente que o Conselho de Distrito foi de parecer que estava no caso de merecer aprovação.

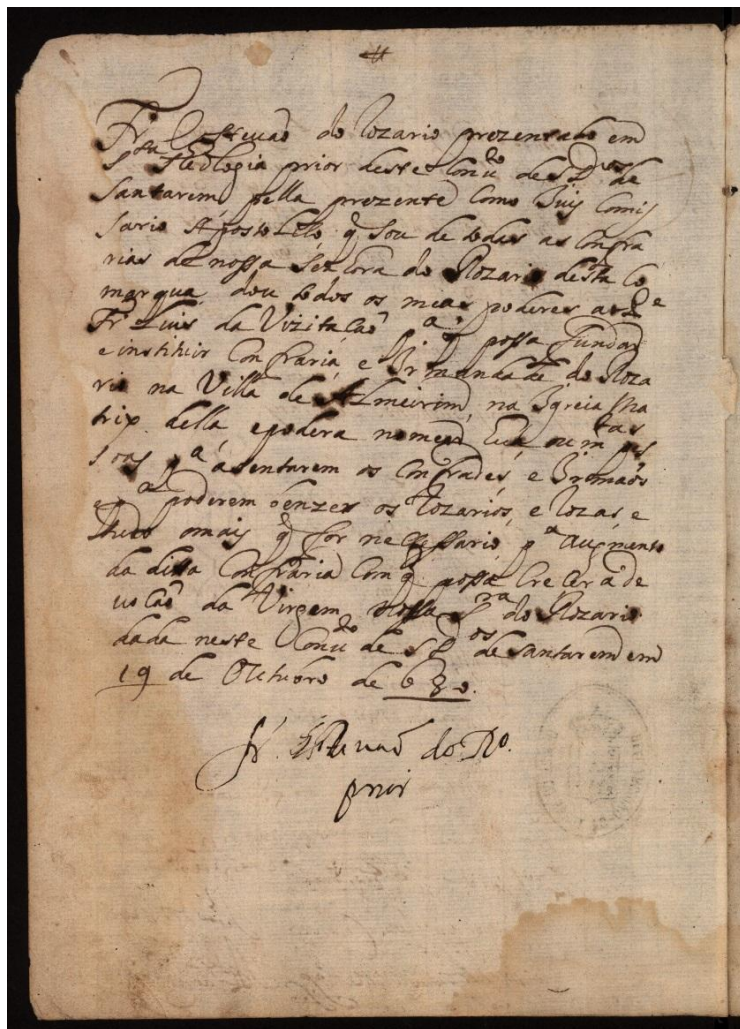
Usando da faculdade que me confere o artº 2º do supra citado Decreto approvo o referido compromisso que fica fazendo parte d’este Alvará e ordeno ao Administrador do concelho d’Almeirim que o cumpra e o faça cumprir

**Irmandade do Divino Espírito Santo** – erecta na Igreja do Divino Espírito Santo- Paróchia de S. João Baptista de Almeirim (1824-25). Alvará de extinção sob o nº 45 de 8 de Outubro de 1873.

Já existiria em 1549, quando se refere a rua do Espírito Santo (escritura de aforamento de Jorge Jácome).



## Irmandade de Nossa Senhora do “Rozário” de Almeirim



erecta em 1680 – não se deteta o alvará de extinção mas já não existia na segunda metade do século dezanove<sup>18</sup>. Esta Irmandade, como todas as outras, recebia doações, as quais constituíam uma parte importante

<sup>18</sup> Antt-Constituição e Compromisso da Irmandade da Virgem Nossa Senhora do Rosário de Almeirim – PSTR/B/25.



dos seus rendimentos. No dia 16 de outubro de 1711, sendo juiz António Durão de Torres, procurador Domingos dos Santos Correia e mordomos António de Faria Melo e Manuel Durão de Torres, faz-se o aforamento de uma casa que possuía na rua de Santarém, que havia sido doada à irmandade por Isabel Francisca. O foro foi de \$500 reis anuais o foreiro José da Costa de Almeida. Possuía igualmente casas no Rocio da vila em 1716 a 15 de julho e na rua do Pinhal a 7 de outubro.

**Irmandade das Almas** – erecta no ano de 1642, na Igreja Matriz.

- Tinha uma casa térrea no Rocio do Concelho – casa térrea das almas – 1707.

"Constando do mau estado d'Administração da irmandade mandou-se proceder a seu respeito nos termos do artº 2 do Decreto de 21 d'Outubro de

*(Criação da irmandade de N.ª S.ª do Rosário, em Almeirim, 19-10-1680)*

1836, em 5 de Fevereiro de 1874. (...) não tem feito eleição da meza há mais de cinco anos.

Juiz – Manuel Carreira, Vogaes António Manuel Baptista, Joaquim Pedro e Manuel Pedro Thomé.

Processo para extinção da Irmandade das Almas erecta na Egreja Parochial da villa e concelho d'Almeirim.

Alvará de Extinção sob o nº 15 em 27 de Março de 1874.

" Em 16 de Junho de 1875 foi enviada ao Ministério do reino a cópia do termo de entrega/ inventário dos bens immobiliários, capitaes móveis, acompanhado de proposta quanto ao destino a dar a taes bens.

**Irmandade de Nossa Senhora do Rozário** – Benfica do Ribatejo.



Registo de Alvarás de 1874, sob o nº 1 – de 15 de Janeiro de 1874.

" (...) O compromisso feito em 1722 pelo qual se regia a Irmandade de Nossa Senhora do Rozario erecta na Freguesia de Benfica do concelho de Almeirim não está devidamente aprovado. (...)

(...) Não tem pessoal habilitado para se poder continuar a reger.

(...) Só prestou contas no anno económico de 1870-1871, não tem feito com regularidade as suas eleições, há mais de 3 annos que não convoca eleições.

(...) é extinta.

Há processo de extinção .

**Confraria do Senhor S. Roque – erecta em 1527.**

É partir do século XVIII que se regista um maior número de referências a esta Confraria. A área de S. Roque, então considerada como arrabalde de Almeirim, estava sob a sua posse uma vez que concede a maioria dos aforamentos de terreno para a construção de casas. A igreja possuía um ermitão.

1711-06-08 – O Padre Vigário José Rodrigues Ferreira e o Procurador Joseph da Costa de Almeida (do Senhor S. Roque) dão de aforamento uma casa com seu pedaço de quintal a Estevão Rodrigues, oficial de pedreiro, e a sua mulher Maria Rodrigues, por preço de 2\$750 reis anuais “para as obras do Sr. São Roque”.

Na escritura de aforamento do ano de 1721, a 2 de janeiro, surge-nos uma informação importante sobre esta irmandade, ou confraria. Os mordomos de S. Roque fazem o aforamento de um pedaço de “chão ao pé da sua ermida” a Joseph da Silva. Neste ano era juiz Francisco da Silva, boticário da vila, escrivão Joseph da Costa da Almeida, procurador Manuel Lopes, tesoureiro Paulo Soares da Mota,



mordomos Estevão Rodrigues, Brás Rodrigues, João da Silva Torcida, e João Batista. Nesta escritura há uma condição que nos informa sobre este espaço: possuíam um pedaço de chão junto à ermida que já tinha sido uma igreja chamada de São Sebastião. Numa escritura seguinte, de 28 de fevereiro de 1721 acrescenta-se que o foreiro seria obrigado a fazer no dito chão, antes de fazer as casas, um colunário com uma cruz “muito bem feita”, assim ele como os outros foreiros e ficavam obrigados a ter o dito colunário em pé para ser conhecido que foi ali naquele chão que existiu a igreja chamada de S. Sebastião.

Ainda funcionava em 1823, quando se faz a venda de uma casa no arrabalde de S. Roque, que partia de cima (norte) com rua que ia para o mato, de baixo (sul) com serrado dos herdeiros de Manuel Nunes Gaspar, indicando a continuação do foro à Confraria de S. Roque, sendo tesoureiro da mesma Manuel Rodrigues Pisco.

No ano de 1851 já não existia, sendo os seus bens administrados pela Junta de Paróquia. Esta faz uma escritura de aforamento a Joaquim Jorge Padre, de Almeirim. Na mesma indica-se que José Justiniano da Costa, membro da Junta de Paróquia de Almeirim e seu Procurador, vem registar que a Junta administrava entre outros, os bens da extinta capela de S. Roque, os quais contavam de vários terrenos e foros e entre eles havia uns paredões com seu pequeno quintal.

**Irmandade de Nossa Senhora do Calvário** – já existiria em 1736 quando se refere, em escritura de compra, a existência da Ermida de Nossa Senhora do Calvário.

**Irmandade de Nossa Senhora da Purificação** – já existia em 1642. No século XIX surge a indicação de casas que possuía na rua Nova.

**Irmandade de Nossa Senhora do Rozário** erecta na Igreja Matriz de Santo Eustáquio do lugar de Alpiarça.



Registo de Alvará de 1876, sob o nº 2 – de 4 de Janeiro de 1876. (aparece ainda o registo numa relação anexa com o Alvará datado de 15 de Janeiro de 1876)

(ainda existia em 23 de Julho de 1914).

" é o seu fim manter o culto da Virgem Imaculada, sob a invocação do Rozário ".

### **Irmandade do Santíssimo Sacramento. (Alpiarça).**

**Irmandade das Almas**, Por Alvará de 1871, sob o nº 71 com data de 23 de Novembro de 1871, dissolve a irmandade porque (...) existia há dois annos associação d'algumas pessoas que denominando-se de Irmandade das Almas tem sob este título funcionado (...)

Alvará de 1872, sob o nº 19, de 13 de Março de 1872, é a Irmandade das Almas da freguesia de Santo Eustáquio de Alpiarça aprovada. (nos termos do Decreto com força de lei de 22 d'Outubro de 1868).

**Ordem Terceira da Penitência** – surge nos anos quarenta do século XVIII, quando foi colocada na ermida do Espírito Santo por um Breve do Papa Benedito XIV. A ela se refere o Prior de Almeirim nas Memórias Paroquiais. Era constituída pelas personalidades importantes da vila. No ano de 1775 recebe os bens da Irmandade do Espírito Santo, como já se referiu, ficando obrigada a proceder aos reparos e consertos que fossem necessários da Ermida (Igreja). Esta desistência da Irmandade do Espírito Santo a favor da Ordem Terceira tem a ver com o facto de não conseguir proceder aos reparos da Igreja uma vez que não conseguia receber o foro de uma courela, situada no campo de Alpiarça, que estava arrendada a Tomás Gomes Durão, desse lugar, o qual devia 17 anos de foros<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Antt – Desembargo do paço, mç. 2029, nº 4.



A possível substituição do culto do Espírito Santo pelo do Mártir Santo São Sebastião encontra um paralelismo nas Festas do Mártir Santo São Sebastião, realizadas em Almeirim. A única informação que conseguimos obter data de 1918. Está depositado no Museu Municipal um panfleto de divulgação das Festas desse ano e realizadas a 25 de agosto. Dele consta um programa que inclui a missa solene e grande vocal e instrumental, pregando o Evangelho o grande orador sagrado Reverendo Fernandes de Castro. Há procissão e exposição de fogaças e lindas fogaceiras, passando-se depois à arrematação das ditas fogaças. Há assim que se ter em conta que a celebração do pão e das fogaceiras, constituíam manifestações realizadas a quando da celebração do Espírito Santo, a que acresce a referência ao Bodo, que era costume realizar a favor dos pobres.







## **Irmandades e Confrarias no Distrito de Santarém<sup>20</sup>**

Registo de Alvarás sobre as Irmandades e Confrarias do Distrito de Santarém, 1.<sup>a</sup> Repartição – 1865 – 1968.

Registo nº 1- Fls 2. - (...) constando-me o mau estado de administração em que se acham os bens e rendimentos da Irmandade de S. Sacramento ercta na Igreja de Pernes d'este concelho (...) artº 226 nº 2 do Código Administrativo, pelo presente alvará dissolve a meza Administrativa da sobre dita Irmandade, impondo a esta o dever de prestar contas da sua gerência à Comissão que n'esta data nomeio para gerir interinamente os negócios da dita Irmandade, entregando-lhes por meio de inventário todos os respectivos documentos, livros e mais objectos (...).

Comissão nomeada : Joaquim António de Pina Manique, António Branco Schiappa, Luis Pedro dos Santos, Joaquim José de Sande e Rodrigo da Costa Álvares. Governo Civil de Santarém a 5 de Janeiro de 1865.

Confrarias do concelho de Torres Novas constantes da relação junta (...) não tendo os seus compromissos aprovados, nem pelos Prelados Diocesanos enquanto às antigas, sendo portanto ilegalmente erectas, ficam desde já dissolvidas, na conformidade do Alvará de 30.

N.º1 – Registo relacionado com a Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na igreja paroquial da freguesia da Madalena – concelho de Tomar: Por despacho do G. Civil foi extinta. As razões justificativas da extinção foram: tinha poucos irmãos e a maioria não sabia ler nem

---

<sup>20</sup> No seguimento da consulta ao Livro de Registo de Alvarás – 1.<sup>a</sup> Repartição – A.N.T.T. – ADS, sobre as Confrarias no distrito de Santarém.



escrever, eram 37 irmãos e só sabiam ler 11. Extinta a 5 de janeiro de 1870.

N.º2 – Também foi extinta a Irmandade do S. Sacramento da Beselga, freguesia de Tomar, pois tinha 56 irmãos e a respetiva Mesa contava com 17 e do total apenas sabiam ler e escrever 6. Extinta a 7 de janeiro de 1870.

N.º 3 – A Irmandade do S. Sacramento, ereta na igreja paroquial de Santo António da vila da Barquinha, foi extinta a 12 de janeiro de 1870, sendo indicados os mesmos motivos.

N.º4 – A Irmandade de S. Brás, da freguesia de Santa Maria Madalena, de Tomar, tinha 17 irmãos e a Mesa contava com 7, e só sabiam ler e escrever 8. Extinta na mesma data.

N.º6 – A Irmandade das Almas, ereta na Igreja Paroquial da Junceira, concelho de Tomar, foi extinta a 10 de fevereiro de 1870.

N.º7 - A Confraria das Almas, da freguesia das Pias, Concelho de Ferreira do Zêzere, foi extinta 21 de setembro de 1864.

N.º8 – A Confraria de Nossa Senhora da Piedade, da freguesia de Nossa Senhora da Maternidade, do Concelho de Ourém, extinta a 21 de fevereiro de 1870.

N.º9 – Igualmente também a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, do Concelho de Ourém.

N.º10 – A Confraria de S. Bartolomeu, Capela do lugar da Charneca, Concelho de Ourém, foi extinta a 22 de fevereiro de 1870.

N.º11 – A Confraria de Nossa Senhora da Conceição, ereta na Capela do lugar de Peras Ruivas, Concelho de Vila Nova de Ourém, foi extinta a 24 de fevereiro de 1870.

N.º12 – A Confraria de Nossa Senhora da Esperança, Concelho de Ourém, foi extinta a 24 de fevereiro de 1870.



N.º13 – A Irmandade das Almas, ereta na igreja de Santa Eufémia, Concelho de Torres Novas, foi extinta a 13 de fevereiro de 1870.

N.º14 – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na paroquial igreja de Santa Eufémia, Concelho de Torres Novas, foi extinta em 24 de fevereiro de 1870.

N.º15 – A Irmandade do Espírito Santo, ereta na igreja paroquial de Santa Eufémia, Concelho de Torres Novas, foi extinta em 24 de fevereiro de 1870.

N.º16 – A Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial dos Bugalhos, Concelho de Torres Novas, foi extinta a 25 de fevereiro de 1870.

N.º18 – A Confraria de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Igreja Paroquial dos Bugalhos, Concelho de Torres novas, foi extinta em 25 de fevereiro de 1870.

N.º19 – A Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial dos Bugalhos, Concelho de Torres Novas, foi extinta em 25 de fevereiro de 1870. A justificação continua a ser a mesma: possuía 21 irmãos, a Mesa tinha 5 e só sabiam ler e escrever 4. (Há um registo anterior, n.º16).

N.º20 – A Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de Alcoronchel, Concelho de Torres Novas, foi extinta a 25 de fevereiro de 1870.

N.º21 – A Confraria de Nossa Senhora do Ó, da freguesia da Olaia, Concelho de Torres Novas, foi extinta a 25 de fevereiro de 1870.

N.º22 – A Confraria de Nossa Senhora da Graça, ereta na Igreja Paroquial da freguesia de Assentiz, concelho de Torres Novas, foi extinta a 3 de março de 1870. Estavam inscritos 13 irmãos, a Mesa tinha 5 e só 3 sabiam ler e escrever.



N.º23 – A Confraria de S. Silvestre, ereta na Igreja paroquial de S. Pedro, no Concelho de Torres Novas, foi extinta a 4 de março de 1870.

N.º24 – A Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja dos Soudos, da freguesia do Paço, concelho de Torres Novas, foi extinta a 5 de março de 1870.

N.º26 – A Irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de S. Miguel, do Concelho de Ferreiro do Zêzere, foi aprovada para continuar a 2 de março de 1870.

N.º30 – A Irmandade da Ordem Terceira, ereta na Igreja de Nossa senhora da Graça, no Concelho de Benavente, foi extinta a 27 de abril de 1870.

N.º32 – O registo relativo ao despacho sobre a Confraria das Almas, da freguesia da Zibreira, do Concelho de Torres Novas, foi considerado sem efeito.

N.º34 – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Alcanena, Concelho de Torres Novas, extinta a 27 de abril de 1870.

N.º35 – Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial de Envendos, Concelho de Mação, extinta a 27 de abril de 1870.

N.º36 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja paroquial da freguesia do Carvoeiro, Concelho de Mação, extinta a 17 de maio de 1870.

N.39 – A Irmandade da Vera Cruz, ereta na Igreja Paroquial de freguesia de São Thiago e São Matheus, Concelho do Sardoal, foi aprovada a 7 de junho de 1870.

N.º42 – Irmandade do santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial da freguesia do Divino Espírito Santo da Ereira, Concelho do Cartaxo, foi aprovada a 8 de julho de 1870.



N.º45 – Foi autorizada a restauração da Confraria de Nossa Senhora do Ó, da freguesia da Olaia, Concelho de Torres Novas, porque “mais de dois terços dos irmãos não são analfabetos e têm as precisas habilitações”, a 11 de agosto de 1870.

N.º 51 – A Irmandade de São Pedro, do Concelho do Sardoal, foi extinta a 12 de novembro de 1870. A razão indicada é que “não podiam organizar o Compromisso porque a Irmandade não tinha meios suficientes para ocorrer às necessárias despesas”.

N.º70 – Irmandade das Almas, da freguesia da Zibreira, Concelho de Torres Novas, extinta a 16 de dezembro de 1870.

N.º71 – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia da Zibreira, Concelho de Torres Novas, extinta a 16 de dezembro de 1870.

N.º72 – Confraria de Nossa Senhora das Neves, freguesia de Parceiros, Concelho de Torres Novas, extinta a 23 de dezembro de 1870.

Livro de registos de Alvarás do ano de 1871

N.º1 – Irmandade da Vera Cruz, da vila do Sardoal, Concelho do Sardoal, dissolvida a 18 de janeiro de 1871, sendo nomeada uma Comissão para a sua administração a 19.

N.º3 – Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Tomar, ereta na freguesia de Santa Maria Madalena, Concelho de Tomar, extinta a 24 de janeiro de 1871.

N.º4 – Despacho relativo à Confraria de Nossa Senhora do Ó, de Torres Novas: “só contava com 15 confrades, com uma Mesa de 11 vogais alfabetos, minoria de 38 que constituíam a corporação (...) Por Alvará de 11 de Agosto de 1870, foi restaurada a mesma Confraria (...). Segundo a Lei depois de extinta a Confraria não podiam incorporar-se-lhe novos membros. Os bens que haviam sido entregues a quando da extinção, não podiam ser reivindicados pela Confraria restaurada. Acrescenta-se que o Governo havia resolvido, através da Portaria de 24 de janeiro do corrente ano de 1871, que não podia fazer-se reviver a

149



Confraria suprimida por ser um ato consumado, que o citado decreto não permitia que se anulasse. (...) Fica com nenhum efeito o Alvará de 11 de Agosto de 1870 e em pleno vigor o de 3 de março do mesmo ano. Despacho de 28 de janeiro de 1871.

N.º7 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, freguesia de São João Batista de Coruche, Concelho de Coruche, extinta a 21 de março de 1871.

N.º8 – Irmandade de Nossa Senhora do Castelo, Concelho de Coruche, extinta a 21 de março de 1871.

N.º9 – Irmandade de Nossa Senhora da Graça, Concelho de Coruche, extinta a 28 de março de 1871.

N.º10 – Ordem Terceira, ereta na freguesia de São João Batista de Coruche, Concelho de Coruche, extinta a 28 de março de 1871.

N.º11 – Criação da Creche de Nossa Senhora da Piedade, Concelho de Santarém a 31 de março de 1871.

N.º12 – Aprovado o Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja paroquial de S. Salvador, Concelho de Torres Novas, a 12 de abril de 1871.

N.º14 – Irmandade da Almas, ereta na freguesia de Santo António do Couço, Concelho de Coruche, extinta a 27 de março de 1871.

N.º16 – Aprovado o Compromisso da Irmandade das Almas, ereta na Igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Pontével, Concelho do Cartaxo, a 1 de agosto de 18871.

N.º20- Aprovado o Compromisso da Irmandade das Almas, ereta na Igreja da Graça – Marvila, Concelho de Santarém, a 19 de agosto de 1871.



N.º23- Aprovado o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de São João Batista de Tomar, Concelho de Tomar, a 20 de setembro de 1871.

N.º35 – Aprovado o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da vila da Golegã, Concelho da Golegã, a 23 de outubro de 1871.

N.º36 – Aprovado o Compromisso da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Santarém, concelho de Santarém, a 2 de novembro de 1871.

N.º37 – Aprovada a fusão entre as Irmandades das Almas e do Santíssimo Sacramento, eretas na Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Olhalhas, Concelho de Tomar, a 4 de novembro de 1871.

N.º71 – Irmandade das Almas, da freguesia de Santo Eustáquio de Alpiarça, Concelho de Almeirim, extinta a 23 de novembro de 1871, alegando-se que: “existe há anos associação de algumas pessoas que, denominando-se Irmandade das Almas, têm sob este título funcionado”.

### **Livro de Registo de Alvarás – 1872 a 1873.**

N.º1 – Aprovado o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário ereta na Igreja Paroquial da freguesia de S. Nicolau na vila de Santarém, Concelho de Santarém, 3 de janeiro de 1872.

N.º2 – Aprovado o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, do lugar de Cem Soldos, freguesia da Madalena, concelho de Tomar, a 11 de janeiro de 1872.

N.º3 – Aprovado o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial da freguesia da Arruda, Concelho de Rio Maior, a 12 de janeiro de 1872.

N.º4 – Aprovado o Compromisso da Irmandade das Almas de Malhou, Concelho de Santarém, a 17 de janeiro de 1872.



N.º12 – Nos termos do Decreto-Lei de 22 de outubro de 1868, foi aprovado o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja paroquial de Santa Iria de Santarém, Concelho de Santarém, a 9 de fevereiro de 1872.

N.º14 – Despacho do Governador Civil sobre a Confraria de Nossa Senhora dos Mártires da vila de Constância: “Na Igreja de Nossa Senhora dos Mártires da vila de Constância foram, em tempos, instituídas três capelas por Amaro Rodrigues, António Soares e Rosa Teresa, assim como que estes instituidores constituíram como administradora dos bens das referidas capelas a Confraria ereta na sobredita Igreja e com a mesma invocação.

Constando-me outrossim que, tendo sido dissolvida a Confraria de Nossa Senhora dos Mártires, continuavam as mesmas capelas a ser administradas pela Comissão que tinha a seu cargo a administração dos bens daquela e doutras confrarias, da vil de Constância, igualmente dissolvidas.

(...) nos termos do art.º 307, n.º 3 do Código Administrativo, dissolvo pelo presente Alvará, a Comissão que atualmente exerce a administração (...) impondo-lhe o dever de entregar à Junta de Paróquia da freguesia de São Julião, da vila de Constância, por meio de inventário, todos os bens e rendimentos (...)”.

N.º18 – Irmandade das Almas da freguesia de Santo Eustáquio de Alpiarça, Concelho de Almeirim, ereta nesta freguesia por ação da Mesa da dita Irmandade: aprovada a 13 de março de 1872 nos termos do Decreto, com força de Lei, de 22 de outubro de 1868.

N.º20 – Irmandade da Venerável Ordem de São Francisco de Assis, da vila da Chamusca, Concelho da Chamusca: aprovada em 16 de março de 1872.

N.º24 – Irmandade do senhor Jesus dos Passos, ereta na freguesia de Nossa Senhora da Graça, do Concelho de Benavente: não tem o número suficiente de irmãos habilitados para poderem eleger a Mesa, o que tem



deixado de fazer desde 1869, apesar de convocados os irmãos para esse fim; extinta a 3 de maio de 1872.

N.º25 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na freguesia de Alcanena, concelho de Torres Novas, que tem funcionado sob este título e sendo certo que ela, por não ter estatutos aprovados (...) nem se haver prestado a organizá-los, para o que já foi intimada, não está legalmente estabelecida e deve ser considerada como nunca existente para todos os efeitos legais: dissolvida a 4 de maio de 1872.

N.º 26 – A Confraria de Santo António, ereta na freguesia de Alcanena, Concelho de Torres Novas, encontrava-se na mesma situação, extinta a 4 de maio de 1872.

N.º27 – Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, ereta na Igreja Matriz dos Casais, Concelho de Tomar, aprovada em 10 de maio de 1872.

N.º29 – Por Portaria expedida pelo Ministério dos Negócios do Reino datada de 28 de maio, os bens das Irmandades passavam em posse definitiva para as Juntas de Paróquia – Alvará de 6 de junho de 1872.

N.º35 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da freguesia do Carvoeiro, concelho de Mação, extinta a 8 de junho de 1872.

N.º36 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Envendos, concelho de Mação, extinta a 8 de junho de 1872.

N.º37 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Belver, concelho de Mação, extinta a 8 de junho de 1872.

N.º39 – Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Igreja do Salvador, concelho de Santarém, extinta a 8 de junho de 1872.

N.º41 – Alvará que manda entregar à Junta de Paróquia da Carregueira, concelho da Chamusca, o produto de 2.144\$824 reis, resultantes da venda do casal do pinheiro, que Maria dos Remédios legou em Testamento (...) para depois da sua morte ser vendido e aplicado o



rendimento ao ordenado de um capelão que, em todos os dias santificados, rezasse missa por alma dela testadora, na capela do mesmo lugar. Manda pelo mesmo Alvará que a referida Comissão faça entrega à mesma Junta (...). A Junta de Paróquia do Pinheiro vai celebrar, com o mutuário do respetivo capital de 2.144\$824 reis, nova escritura de mútuo, não só por tal soma como pela dos réditos que se liquidaram até à data do novo contato (...). O juro do capital assim constituído e mutuado se entende livre, para a junta de paróquia, de décima e das despesas do registo do manifesto e dos documentos comprovativos (...), a 28 de julho de 1872.

N.º60 – Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Igreja de Santa Maria dos Olivais, concelho de Tomar, foi aprovada em 19 de novembro de 1872.

N.º66 – Confraria do Santíssimo Sacramento do lugar de Verdelhas, freguesia das Olaias, concelho de Tomar, foi aprovada em 9 de novembro de 1872.

N.º86 – Irmandade do Santíssimo Milagre, ereta na Igreja de Santo Estêvão, concelho de Santarém, foi aprovada em 12 de dezembro de 1872.

N.º40 – Irmandade de Nossa Senhora do Monte, paróquia do Salvador, concelho de Santarém, foi aprovada em 18 de agosto de 1873.

N. (?) – Irmandade do Espírito Santo, ereta na Igreja do Divino Espírito Santo de Almeirim, concelho de Almeirim, foi extinta a 8 de outubro de 1873.

N.º75 – Confraria do Santíssimo Sacramento da Romeira, concelho de Santarém, tinha 26 confrades e só 3 sabiam ler, extinta a 28 de novembro de 1873.

N.º76 – Confraria do santíssimo Sacramento de Almoester, Concelho de Santarém, extinta a 28 de novembro de 1873.



N.º77 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Hospital de Nossa Senhora dos Anjos, concelho da Golegã, foi aprovada a 11 de dezembro de 1873.

N.º86 – Irmandade do Santíssimo Sacramento de Azoia de Cima, Concelho de Santarém, tinha 28 irmãos, o seu Compromisso datava de 1789. A Mesa tinha 6 vogais e não podiam eleger analfabetos, extinta a 24 de dezembro de 1873.

### **Livro de registo de Alvarás de 1874 a 1875**

N.º1 – O Compromisso feito em 1722, pelo qual se regia a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na freguesia de Benfica, Concelho de Almeirim, não estava devidamente aprovado. Não tinha pessoal habilitado para se poder continuar a reger. Só prestou contas no ano económico de 1871, e não fazia com regularidade as suas eleições. Havia mais de três anos que não convocava eleições, extinta em 15 de janeiro de 1874.

N.º2 – Irmandade de Nossa senhora do Monte, Concelho de Santarém, aprovada em 5 de fevereiro de 1874.

N.º4 – Confraria de Santa Maria Madalena ereta em Cem Soldos, Concelho de Tomar, extinta em 11 de fevereiro de 1874.

N.º5 – Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santo António da Conceição, Concelho de Coruche, extinta a 13 de fevereiro de 1874.

N.º6 – Irmandade das Almas, da freguesia de Santa Ana do Mato, Concelho de Coruche, extinta a 13 de fevereiro de 1874.

N.º8 – Confraria das Almas, ereta na Igreja Paroquial de Ulme, concelho da Chamusca, tinha 27 irmãos, sendo 20 analfabetos, extinta a 24 de fevereiro de 1874.



N.º9 – Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial de Ulme, Concelho da Chamusca, tinha 30 irmãos e apenas 7 sabiam ler, extinta a 24 de fevereiro de 1874.

N.º10 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial da Sabacheira, concelho de Tomar, tinha 46 irmãos dos quais 37 eram analfabetos e só 9 sabiam ler, extinta a 5 de março de 1974.

N.º11 – Irmandade da Senhora da Boa Morte, de Casais, Concelho de Tomar, possuía um número insuficiente de irmãos habilitados, dos quais só 11 sabiam ler, extinta a 12 de março de 1874.

N.º18 – Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, ereta na freguesia do Salvador, Concelho de Santarém, aprovada em 22 de maio de 1874.

N.º36 – Confraria de Santa Rita, ereta na Igreja paroquial de Alcaravela, concelho do Sardoal, extinta a 19 de outubro de 1874.

N.º57 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Asseiceira, Concelho de Tomar, tinha a administração irregular, estava com falta de pessoal para a sua administração, extinta a 19 de dezembro de 1874.

N.º58 – Irmandade da Ordem 3.ª de São Francisco de Assis da vila de Torres Novas, Concelho de Torres Novas, aprovada em 29 de dezembro de 1874.

### **Alvarás do ano de 1875.**

N.º1 – Irmandade de Nossa Senhora do Desterro, ereta na freguesia de Pontével, Concelho do Cartaxo, aprovada em 4 de janeiro de 1875.

N.º3 – Foi autorizada a construção de uma Ermida na povoação de Marinhais, da freguesia de Muge, a 4 de janeiro de 1875.

N.º4 – Confraria do Santíssimo Sacramento ereta na freguesia de Paio Mendes, Concelho de Ferreira do Zêzere, só tinha o tesoureiro, extinta a 15 de janeiro de 1875.



N.º5 – Confraria de Santo Estêvão, do lugar de Viegas, freguesia de Alcanede, concelho de Santarém, tinha 40 irmãos, destes apenas 10 sabiam ler e escrever. Estando em curso o processo de extinção apresentaram registar-se mais vinte e um indivíduos dos quais apenas oito sabiam ler e escrever, sendo que, no conjunto, havia 17 que sabiam ler e escrever e 42 eram analfabetos. Foi extinta em 18 de janeiro de 1875.

N.º6 – Irmandade de Nossa Senhora das Mercês do Alqueidão, freguesia do concelho de Vila Nova de Ourém, foi aprovada em 20 de janeiro de 1875.

N.º37 – Irmandade de Nossa senhora da Conceição, do concelho de Tomar, não possuía Estatutos, foi extinta a 4 de fevereiro de 1875.

N.º38 – Confraria da Ordem Terceira de S. Francisco, ereta na Igreja Paroquial de São João Batista da vila do Cartaxo, concelho do Cartaxo, foi aprovada em 4 de fevereiro de 1875.

N.º40 – Confraria do Espírito Santo, ereta na freguesia do Olival, concelho de Vila Nova de Ourém, estava sem Compromisso “competentemente aprovado”, não tendo meios para o organizar, estando sem existência legal, foi extinta a 16 de fevereiro de 1875.

N.º41 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial da Alviobeira, concelho de Tomar, é referido o “irregularíssimo estado da respetiva administração”, foi extinta a 16 de fevereiro de 1875.

N.º42 – Irmandade do Espírito Santo, ereta na freguesia de São Miguel de Carregueiros, concelho de Tomar, “os seus membros não possuem, para o cabal desempenho dos seus cargos”, habilitações indispensáveis. Foi nomeada uma Comissão para a Administrar a 17 de fevereiro de 1875.

N.º43 – Confraria das Almas da vila da Chamusca, concelho da Chamusca, foi extinta a 18 de fevereiro de 1875.



N.º51 – Confraria das Almas, ereta na Igreja Paroquial de Águas belas, freguesia do concelho de Ferreira do Zêzere, extinta a 27 de fevereiro de 1875.

N.º52 – Santa Casa da Misericórdia de Tancos, concelho de vila Nova da Barquinha, houve o abandono da Irmandade e não possuía rendimentos suficientes, tinha 18 irmãos, dos quais só onze sabiam ler e escrever, foi extinta a 4 de março de 1875.

N.º53 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja do Olival, concelho de Vila Nova de Ourém, foi aprovada em 16 de março de 1875.

N.º54 – Irmandade de Nossa Senhora da Graça da Gondomaria, freguesia do Olival, concelho de Vila Nova de Ourém, aprovada em 16 de março de 1875.

N.º55 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de Assentiz, concelho de Torres Novas, aprovada em 18 de março de 1875.

N.º56 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Capelo do lugar de Riachos, freguesia de S. Thiago, concelho de Torres Novas, aprovada em 24 de março de 1875.

N.º57 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém, aprovada em 1 de abril de 1875.

N.º58 – Irmandade de Nossa Senhora da Piedade da Nogueira, freguesia do Olival, concelho de Vila Nova de Ourém, aprovada a 1 de abril de 1875.

N.º60 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Sardoal, Concelho do Sardoal, aprovada em 14 de abril de 1875.

N.º61 – Irmandade das Almas, ereta na Igreja de São Miguel, Concelho de Ferreira do Zêzere, aprovada em 22 de abril de 1875.



N.º62 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de São João Batista, concelho de Coruche, aprovada a 30 de abril de 1875.

N.º65 – Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial de Alviobeira, Concelho de Tomar, os membros não possuíam habilitações. Foi dissolvida a Mesa e nomeada uma Comissão para a substituir, a 11 de maio de 1875.

N.º67 – Irmandade das Almas, ereta na Capela Real de São João Batista, Tomar, Concelho de Tomar, aprovada em 16 de junho de 1875.

N.º68 – Irmandade de S. Miguel das Almas, ereta na Igreja Paroquial de Vila Nova da Barquinha, Concelho da Barquinha, não tinha rendimentos, em virtude da recusa do pagamento de cotas por parte da maioria dos irmãos, foi extinta em 19 de junho de 1875.

N.º69 – Confraria do Espírito Santo, ereta na Junta de Paróquia do Paço, Concelho de Torres Novas, não possuía rendimentos pois que a maioria dos irmãos recusava pagar a cota, foi extinta em 25 de junho de 1875.

N.º81 – Confraria das Almas, ereta na Igreja Paroquial da Abobreira, Concelho de Abrantes, foi extinta a 3 d e julho de 1875.

N.º82 – Irmandade das Almas, ereta na Igreja de Fátima, Concelho de Vila Nova de Ourém, aprovada em 15 de julho de 1875.

N.º83 – Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, Coroa e Caridade, ereta na Igreja Paroquial da freguesia de S. Paulo, da vila de Salvaterra de Magos, Concelho de Salvaterra de Magos. Havia irregularidades na sua administração, o Juiz, o Tesoureiro e outro membro da Mesa, compareceram à Convocatória do Edital, para declararem que se devia extinguir, os irmãos, em pequeno número, deixaram de comparecer, foi extinta a quatro de agosto de 1875.

N.º89 – Irmandade das Almas, ereta na Igreja Matriz da vila de Benavente, Concelho de Benavente, o Compromisso foi aprovado em 28 de agosto de 1875.



N.º98 – Confraria do Santíssimo Sacramento do Pego, freguesia do Concelho de Abrantes, dos setenta e oito irmãos apenas doze sabiam ler e escrever e destes, só oito assinaram o Termo pelo qual se obrigavam a continuar a regular administração da Confraria, extinta a 4 de outubro de 1875.

N.º99 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial de São João Batista de Almeirim, Concelho de Almeirim, extinta a 4 de outubro de 1875.

N.º100 – Irmandade do Espírito Santo da freguesia de S. Miguel de Carregais, Concelho de Tomar, foi aprovada em 7 de outubro de 1875.

N.º103 – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de S. Vicente da vila de Abrantes, Concelho de Abrantes, extinta em 20 de outubro de 1875.

N.º104 – Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Cruz, Concelho de Santarém, aprovada em 28 de outubro de 1875.

N.º106 – Confraria do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Rio de Couros, Concelho de Vila Nova de Ourém, extinta a 27 de novembro de 1875.

### **Livro de Registo de Alvarás de 1875 a 1878.**

N.º125 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de Águas Belas, Concelho de Ferreira do Zêzere, aprovada a 1 de dezembro de 1875.

N.º126 – Irmandade da Ordem Terceira da Penitência da vila de Salvaterra de Magos, Concelho de Salvaterra de Magos, não tinha o Compromisso legal aprovado, não havia mais do que 23 irmãos, dos inscritos, que sabiam ler e escrever, foi extinta a 3 de dezembro de 1875.



N.º127 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Nova do Sobral, concelho de Ferreira do Zêzere, aprovada em 14 de dezembro de 1875.

N.º128 – Irmandade dos Arcos, Ferreira do Zêzere, aprovada em 14 de dezembro de 1875.

### **Livro de Alvarás – 1876.**

N.º1 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de São Luís das Pias, Concelho de Ferreira do Zêzere, aprovada em 4 de janeiro de 1876.

N.º2 – Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Alpiarça, Concelho de Almeirim, aprovada em 4 de janeiro de 1876.

N.º4 – Santa Casa da Misericórdia da Chamusca, Concelho da Chamusca, aprovada em 20 de janeiro de 1876.

N.º23 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de Nossa Senhora do Reclamador dos Casais, Concelho de Tomar, aprovada em 5 de fevereiro de 1876.

N.º27 – Irmandade das Almas, ereta na freguesia de S. Thiago e S. Mateus, Sardoal, Concelho do Sardoal, aprovada em 19 de fevereiro de 1876.

N.º28 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na freguesia do Pinheiro Grande, Concelho da Chamusca, aprovada em 19 de fevereiro de 1876.

N.º29 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Concelho de Santarém, aprovada a 4 de março de 1876.

N.º30 – Irmandade do Santíssimo Sacramento da Serva, Concelho de Tomar, aprovada 8 de março de 1876.



N.º54 – Irmandade do santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Marvila, Santarém, Concelho de Santarém, aprovada a 3 de abril de 1876.

N.º55 – Confraria de Santo Estêvão, do lugar de Viegas, freguesia de Alcanede, Concelho de Santarém, aprovada em 5 de abril de 1876.

N.º56 – Irmandade da Ordem Terceira da vila de Coruche, Concelho de Coruche, aprovada a 27 de abril de 1876.

N.º57 – Confraria do Santíssimo Sacramento da Lamarosa, freguesia da Olaia, Concelho de Torres Novas, aprovada a 10 de maio de 1876.

N.º58 – Confraria do Santíssimo Sacramento da Argea, freguesia da Olaia, Concelho de Torres Novas, aprovada a 10 de maio de 1876.

N.º72 – Confraria do Santíssimo Sacramento da vila de Benavente, Concelho de Benavente, aprovada em 19 de junho de 1876.

N.º78 – Confraria do Santíssimo Sacramento, da freguesia do Salvador, Concelho de Santarém, aprovada em 13 de julho de 1876.

N.º79 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, da vila da Chamusca, Concelho da Chamusca, aprovada em 20 de julho de 1876.

N.º83 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial de Paialvo, Concelho de Tomar, aprovada a 1 de agosto de 1876.

N.º88 – Irmandade da Venerável Ordem Terceira de Nossa senhora de Monte do Carmo, Concelho de Abrantes, aprovada em 14 de agosto de 1876.

N.º105 – Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Muje, Concelho de Salvaterra de Magos, encontrava-se em estado irregular, foi extinta em 21 de setembro de 1876.

N.º247 – Irmandade do Santíssimo Sacramento de Rio de Moinhos, Concelho de Abrantes, foi extinta em 11 de dezembro de 1876.



N.º396 – Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mação, Concelho de Mação, foi extinta a 23 de dezembro de 1876.

### **Registo de Alvarás do ano de 1877.**

N.º109 – Confraria do Santíssimo sacramento de Pedrogão, freguesia de Santa Marta e São João Batista, Concelho de Torres Novas, não tem um número de irmãos matriculados regularmente, foi extinta em 6 de abril de 1877.

N.º 110 – Há um Acórdão extenso sobre a situação das Confrarias do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Piedade, de Nossa Senhora do Rosário e das Almas, da Igreja do Alqueidão de Pedrógão, Concelho de Torres Novas, no qual se refere o “notável desleixo e consequentes irregularidades e abusos” em que se encontravam, sendo extintas em 6 de abril de 1877.

N.º111 – Confraria das Almas, ereta na Igreja de Nossa Senhora da Purificação, do lugar de Assentiz, Concelho de Torres Novas, foi aprovada em 10 de abril de 1877.

N.º113 – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, de Alconchel, Concelho de Torres Novas, foi extinta em 17 de abril de 1877.

N.º123 – Irmandade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, de Salvaterra de Magos, Concelho de Salvaterra de Magos, foi aprovada em 2 de maio de 1877.

N.º126 – Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Capela do lugar da Mata, freguesia de Santa Eufémia, Concelho de Torres Novas, aprovada em 26 de maio de 1877.

N.º127 – Irmandade da Misericórdia de Muje, Concelho de Salvaterra de Magos, encontrava-se num “estado irregular” de administração, dos 31 irmãos apenas 14 sabiam ler e escrever, havia um que residia fora da freguesia, outro estava impossibilitado de servir, outro, tendo sido eleito, se recusou a aceitar o cargo. Foi extinta em 12 de junho de 1876.



N.º130 – Irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de Constância, Concelho de Constância, aprovada em 19 de junho de 1877.

N.º131 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja da Purificação de Pontével, Concelho do Cartaxo, aprovada em 27 de junho de 1877.

N.136 – Irmandade da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, da vila de Benavente, Concelho de Benavente, aprovada em 23 de junho de 1877.

N.º144 – Confraria do Santíssimo Sacramento de Tomar, Concelho de Tomar, foi criada uma Comissão para a sua administração.

N.º156 – Referência ao Decreto com força de Lei de 22 de outubro de 1868 (...) pela Mesa da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, ereta na Igreja Paroquial de São João Batista, da vila de Almeirim, (...) e Compromisso porque ela pretende reger-se:

Considerando que o Compromisso, cuja aprovação se requer, foi discutido e aprovado pela maioria dos membros da Corporação,

Considerando que não contém disposições contrárias às Leis do País, e que está confeccionado segundo as regras estabelecidas pelo Governo para instituições de semelhante natureza,

Considerando que finalmente que me confere o art.º 2.º do supra citado Decreto, aprovo o referido Compromisso que fica fazendo parte deste Alvará e ordeno ao Administrador do Concelho de Almeirim, que o cumpra e faça cumprir (...) a 30 de agosto de 1877.

N.º157 – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Igreja do Salvador, Torres Novas, Concelho de Torres Novas, foi aprovada em 30 de agosto de 1877.

N.º178 – Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, da freguesia da Melroeira, Concelho de Vila Nova de Ourém, foi aprovada em 21 de novembro de 1877.



### **Livro de registo de Alvarás do ano de 1878 e seguintes.**

N.º1 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja de S. Thiago e S. Matheus, do Sardoal, Concelho do Sardoal, aprovada a 3 janeiro de 1878.

N.º5 – Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja Paroquial de Fátima, Concelho de Ourém, aprovada a 5 de março de 1879.

N.º6 – Irmandade das Almas da freguesia do Olival, Concelho de Vila Nova de Ourém, aprovado o Compromisso a 5 de maio de 1879.

N.º7 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Capela de Nossa Senhora das Neves da Pederneira, freguesia de S. Miguel, Concelho de Tomar, aprovado o Compromisso a 8 de agosto de 1879.

Fª N.º27 – Irmandade das Almas, da freguesia de Espite, Concelho de Vila Nova de Ourém, aprovada em 29 de janeiro de 1883.

Fª N.º27v – Confraria do Santíssimo Sacramento, ereta na Igreja do Rocio ao Sul do Tejo, Concelho de Abrantes, extinta a 23 de maio de 1883.

Fª N.º29 – Irmandade da Misericórdia de Erra, Concelho de Coruche, funcionava com falta de pessoal habilitado para a administrar, os seus bens passam para a Misericórdia de Coruche, sendo extinta a 23 de junho de 1883.

Fª N.º30v e 31 – O edifício da Misericórdia de Erra não serve para Hospital, ficando anexado ao de Coruche, para onde são transferidos todos os doentes que lá se encontravam, a 9 de novembro de 1883.

FªN.º46 – Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, ereta na Igreja da Graça freguesia de Marvila, Concelho de Santarém, aprovada em 22 de outubro de 1866.



N.º25 – Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, freguesia de São João Batista do Cartaxo, Concelho do Cartaxo, aprovada em 25 de maio de 1881.

N.º26 – Confraria dos Clérigos Pobres – Clérigos Ricos, Concelho de Torres Novas, aprovada em 25 de maio de 1881.

N.º27 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Capela de S Silvestre da freguesia de S. Pedro, Concelho de Torres Novas, aprovada em 25 de maio de 1881.

N.º29 – Irmandade da Misericórdia de Samora Correia, Concelho de Benavente, aprovada em 10 de junho de 1881.

Neste período foram extintas 93 instituições: Irmandades ou Confrarias, Misericórdias e Ordens Terceiras de São Francisco, sendo aprovadas e reedificadas 85, respetivamente 52,3% e 47,7% do total de 178 indicadas nos Livros de Registos de Alvarás do Governo Civil de Santarém.

No que respeita ao concelho de Almeirim, onde se inclui as que pertenciam a Alpiarça, há que se referir a Irmandade de S. Roque que já se encontrava extinta em 1852; quanto às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Calvário e Nossa Senhora da Purificação, não encontrei qualquer referência, no entanto já não existiam.

O processo de extinção da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de Benfica do Ribatejo, do mesmo modo, indica-nos as condições que se verificavam naquela localidade.



# **Centro de Interpretação Histórica de Almeirim.**

## **Introdução**

A cidade de Almeirim foi o berço do concelho a que dá o nome. A sua fundação surge com a construção do Paço Real de Almeirim, ordenada por D. João I, no início do século XV, sendo que a data que assinala a primeira presença real é do ano de 1423. A coutada – zona de terra vedada e destinada a recreio real – é demarcada no ano seguinte de 1424.

O topónimo Almeirim estava relacionado – e ainda está – com a “Serra” que se localiza nas Fazendas. Na relação de propriedades de Afonso V – bens no termo da vila de Santarém, datada de 1450 – refere-se que, como se classificava os ditos paços como “Paços da vala de Almeirim” [referindo a área do Paço] e sendo o nome da Serra, o termo Almeirim passou a identificar os mesmos Paços. A povoação – o logo, a vila, a cidade – cresce à sua volta com a construção de casas para a aposentadoria da Corte de Estada.

Como refere a relação: “Ora tanto que as terras foram suas as mandou çerquar de grossos e altos vallos honde por rrazam dos vallos levou toda a terra de dentro deles nome a Valla E porque a serra se chama dAlmeirim lhe poseram o sobre nome a valla dAlmeirim asy he chamada atee o presente dija e por este nome yntitollada. Acabado esto fundou o bõ rrey suas casas de ppousentadoria dentro na terra da valla que he huu grãde e nobre assentamento de paaços segundo dam delo testemunho seus edifícios cõ grandes salas, camaras, rretretes. Varandas e outras muytas casas nos sobrados e térreas e dos paaços cõ crastas dentro be(m) de larãgeiras e outras arvores e arredor dos paaços huu grande circuito de casas. (...) Outrosy dentro no assentamento dos paaços hua capella situada em honrra da Senhora Santa Maria”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Antt – Relaão de Bens de Afonso V. Arqueólogo Português-1912, pgs. 294 e 295-  
Cosntrução do paço de Almeirim.



A presença da Corte estendeu-se por dois séculos e meio: de 1423 a 1580, numa primeira fase: a da dinastia de Avis; e, numa segunda fase mais reduzida, no século XVII, com a presença real de D. João IV. Já a partir de finais deste século é Salvaterra de Magos que vai atrair as atenções reais.

Contudo há que se considerar a importância estratégica do território em que se implanta o concelho. É uma região com um microclima característico: aqui as culturas amadurecem mais cedo; possui solos ricos em nutrientes que se acumularam com as sucessivas cheias do Tejo, a conhecida zona do campo; as zonas de maior elevação, viradas a nascente para a serra de Almeirim apresentam características morfológicas diferenciadas, são solos saibrosos, com areias, argilas e saibro. Estes solos tornam-se mais impermeáveis e permitem temperaturas diferentes das do campo. Estas condições favoreciam o crescimento de matos e árvores: o sobreiro, o pinheiro manso e outras variedades características do clima mediterrânico, as quais conferiram a designação de *charneca* para toda esta área.

Estas diferenças facilitaram o desenvolvimento da agricultura nas zonas de campo, vales e paus bem como a criação de gado, sendo a caça praticada nas zonas de charneca. A esta juntava-se a recolha de matos e lenhas.

A ocupação humana desta região é muito antiga. Aqui podemos recolher instrumentos de caça das diferentes épocas do paleolítico, cerâmicas e elementos líticos do neolítico inicial, numa continuação de culturas que se estendem até à presença romana.

Nesta leitura do devir histórico local podemos, igualmente, referenciar a presença islâmica.

A localização da Igreja do Espírito Santo marca a expansão urbana para norte. Situando-se junto ao Paço Real e ao Jardim, assinala o fim da rua da Alagoa, anteriormente rua da Lagoa que, pelo seu traçado e denominação, nos parece ser das mais antigas da cidade e, no seu Largo



terminava a rua do Espírito Santo. No seu prolongamento, pela rua que se dirige à Igreja Matriz, do padroado real, assume a função de centro difusor urbanístico.

Sendo as festas do Espírito Santo uma tradição religiosa muito antiga, em Almeirim perdurou o edifício, pertencente à Irmandade, o qual veio, progressivamente, a perder essa função inicial. Atendendo a que foi no reinado de D. Sebastião, no ano de 1574, estando em Almeirim, lhe foi entregue a seta relíquia de S. Sebastião que o Papa Gregório XIII ofertou ao rei português, é de se considerar que a festa de S. Sebastião – a do Mártir Santo – terá substituído a do Espírito Santo a partir deste episódio. O Brasão da cidade ostenta a seta como elemento simbólico desta oferta.

## **O Projeto de Interpretação**

É mais do que evidente a necessidade de se proceder à instalação de um Centro de Interpretação – ou como melhor se possa definir o espaço museológico destinado à mostra da evolução histórica e territorial do concelho. A partir desta necessidade e tendo em atenção o presente trabalho e o que nele se contém, apresenta-se um conjunto de propostas de concretização desse mesmo espaço.

Para a definição *de centro e de interpretação* há que se referir com clareza o que se pretende com esta classificação.

Assim como **Centro** pretende-se que haja um espaço que possa reunir um vasto conjunto de materiais, de diversas proveniências e texturas, que sejam exemplificativos das condições geográficas e das culturas históricas que aqui se desenvolveram, permitindo o nascimento da Cidade.

Na definição de **Interpretação** há que ter em conta a capacidade de discurso que os diversos materiais permitem desenvolver. Quando visionamos um objeto ele transporta consigo uma informação que



resulta numa mensagem. Essas mensagens, vindas de tempos que estiveram na origem do desenvolvimento da urbe e do seu território, transmitem-nos o modo de vida que os nossos antepassados desenvolveram. Nelas podemos identificar as dificuldades que sentiram, o engenho que as permitiu superar, o sentido de gosto estético, a importância da prática de diferentes atividades encaminhadas para uma vida melhor – sejam lúdicas ou produtivas. De um modo global acrescentamos que permitem conhecer o modo de vida que existiu.

Surge então a definição prioritária para um **Centro de Interpretação da História de Almeirim**: é um espaço amplo, que apresenta uma fluidez informativa, permitindo uma viagem continuada aos diferentes tempos e culturas que caracterizam toda a nossa região.

### **As Linguagens de Interpretação**

Para corporizar uma leitura concreta serão expostos os materiais arqueológicos e outros que se identifiquem com a realidade local. Para a sua interpretação podemos utilizar a linguagem visual: observação dos documentos [objetos] e leitura de textos explicativos e referenciais.

Uma vez que não possuímos materiais relacionados com a vida da Corte, os mesmos podem ser construídos, como reproduções que vivenciam esses tempos. A reprodução ou conceção digital destes documentos constitui um modelo atual e importante em todo o processo comunicativo, o que pode constituir uma mais-valia na informação a dar.

### **Os meios multimédia**

Para melhor conceptualização da mostra há que se utilizar as potencialidades de transmissão de mensagens que se conseguem com os meios multimédia: vídeos interativos, gráficos informatizados e outros.



## **A Organização do Espaço**

A leitura histórica deve englobar todo o percurso temporal referente à presença humana na área do concelho e regiões limítrofes.

Esta leitura deve ser de apresentação em banda contínua.

Havendo um espaço que se encontra dividido em duas áreas – a igreja do Divino Espírito Santo [com origem no Espírito Santo - XVI] e o edifício Escolar [de construção datada de 1915] – a distribuição dos materiais deve ser feita de acordo com a área total do conjunto edificado.

A apresentação deve ser ordenada de acordo com a dimensão e o sentido de percurso de visita. Esta forma de apresentação deve contemplar um percurso que siga as laterais das salas, considerando-se, contudo, a possibilidade de pequenas instalações centrais.

O que se pretende é que haja uma sequência ordenada de posições com materiais que sigam o percurso histórico da cidade.

Igualmente se poderá considerar a possibilidade de utilização do método de suspensão de materiais: um conjunto de objetos líticos suspensos de uma estrutura de teto, um conjunto de fragmentos cerâmicos, brasões reais, pendões, objetos de caça e outros.

## **Proposta de distribuição**

Considerando a Igreja do Divino Espírito Santo como zona 1, aqui seriam dispostos os materiais referentes à funcionalidade anterior do espaço [Igreja do Divino Espírito Santo pertencente à Irmandade da mesma invocação] e às épocas que referem a presença da Corte.

A distribuição dos suportes, a sua estrutura e desenho serão da responsabilidade dos técnicos que produzirem o mobiliário e respetivos suportes de informação: painéis, gravuras, textos, etc.



Teríamos então um conjunto de peanhas, nichos, mesas ou outro processo que suportariam os materiais a expor. Conjuntamente haveria a distribuição de placards com textos e desenhos, com objetos e reconstruções gráficas das épocas em causa.

A Corte, que engloba as figuras reais de D. João I, D. Duarte I, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, exige um tratamento especial, na medida em que há a necessidade de se reconstruir e replicar, em cópia, materiais que se relacionam com os diferentes atos aqui praticados: As caçadas Reais, as reuniões das Cortes, as representações teatrais de Gil Vicente, os casamentos, as audiências e os atos de governo. As figuras míticas de D. João II, a entrega da Seta a D. Sebastião, a mítica da expedição a Marrocos, de Febo Moniz e outros, podem ter um relevo especial a que se junte o mágico e o maravilhoso, que sempre se verifica nas interpretações e leituras dos tempos passados. Uma vez que, após a Restauração do reino de Portugal, o rei D. João IV pretendeu a continuação das visitas a Almeirim, poderíamos, igualmente, construir uma mostra do seu tempo.

Esta mostra exigirá os manequins, as peças e armas de caça, os documentos. Talvez se pudesse dar um destaque especial a cenas de caça, à representação teatral e às reuniões de Cortes.

Sabendo que a permissão para a existência do Senado da Câmara – criação do concelho – surge com D. João II, será de todo importante destacar este tempo histórico, apresentando-se os diferentes momentos que o permitiram: carta de privilégios (1483), carta de compra do direito de juiz perpétuo (1484), atribuição do curral do concelho (1484), nomeação do escrivão da câmara e responsável da almotaçaria (1486), regimento das casas de Almeirim (1486). Com D. Manuel será de destacar o direito à aposentadoria paga para todos os moradores (1509), bem como a edificação do novo complexo do Paço.

O segundo espaço, edifício escolar, poderia conter este pormenor importante da História da Cidade. Igualmente se poderia destacar a



atribuição do direito de Aforamento das chãs dentro do limite da vila, feita por D. Pedro II (1690), como o processo que a fez evoluir. A exposição de uma maquete que evidencie esta transformação – tem que ser feita com rigor histórico – acrescentaria valor à mostra da sua edificação e expansão.

Teríamos igualmente a mostra de pormenores históricos do liberalismo e do republicanismo. Os quais permitem uma leitura mais aproximada da Almeirim de hoje.

### **Equipamento e Instalações**

Os equipamentos a construir devem ter em conta a facilidade de leitura e de observação. Sejam mesas ou outro modelo, a definir pelos técnicos, devem ser iluminados, o que exige uma distribuição de tomadas de eletricidade suficientes para garantir a sua eficácia.

Uma vez que se pretende a utilização de equipamentos eletrónicos: leitores de vídeo, projetores e monitores, há que se considerar a sua localização e a sua instalação.

No espaço dois, edifício escolar, atendendo à sua dimensão, poderia instalar-se um pequeno auditório, no primeiro andar, separado da sala por cortinas apropriadas, onde se projetasse vídeo tridimensional sobre episódios diversos, relacionados com a vida local.

### **Os módulos de interpretação**

De acordo com o exposto podemos enumerar um conjunto de “módulos” destinados à apresentação dos diferentes momentos da história da cidade e concelho.

Assim teríamos um primeiro módulo com uma recriação do ambiente natural: a terra, a fauna, a flora e o clima.



Um segundo módulo com a época de antes da História, representando os antepassados da idade da pedra. Aqui haveria um destaque para o concheiro do Vale da Fonte da Moça.

Um terceiro módulo com os povos agricultores: a instalação de pequenos povoados de agricultores e pescadores – o do Alqueve da Branca, em Benfica do Ribatejo, o da Eira da Alorna, o do Alto dos Cacos.

Um quarto módulo com os povos do Bronze e do Ferro, neste o destaque para a diferenciação entre os povos do Mediterrâneo Oriental e os Continentais (Fenícios e Celtas).

Sendo a presença romana uma constante em toda a área do concelho, merece um destaque especial.

Um quinto módulo com a presença islâmica.

Um sexto módulo com a constituição da Coutada e edificação do Paço Real.

Um sétimo módulo com a representação de episódios relacionados com a Corte de Estada e com as ocupações e divertimentos reais, incluindo-se a representação das caçadas e montarias. Igualmente se daria destaque e referência à edificação do Paço da Ribeira de Muge – Paço dos Negros – datável de 1511, associado ao aumento da área coutada.

Um nono módulo com a evocação das transformações verificadas na área urbana após a autorização de aforamento das chãs do seu limite, dada por D. Pedro II, o qual poderia incluir as medidas tomadas a partir de 1790, doações ao Marquês de Tancos, 1793, termo parcial da coutada, 1800, aforamentos, 1820 e 1822, extinção das coutadas e desenvolvimento dos aforamentos na charneca, que marcam a transformação da zona coutada. Igualmente se poderá evocar o nascimento da vila de Benfica (1747).



Um décimo módulo com as transformações introduzidas pelo Liberalismo, com a edificação de um novo modelo autárquico e com o nascimento da vila de Fazendas de Almeirim (século XIX).

Um décimo primeiro módulo com as transformações do período republicano, a preocupação e trabalho para a instrução, a importância da resolução dos foros, as estradas e caminhos, as medidas para se ultrapassar a crise agrícola.

Um décimo segundo módulo com a apresentação da riqueza económica do concelho, a vinha e os produtos agrícolas, a excelência dos vinhos e o prazer do melão d'Almeirim.

### **Sistemas Interativos**

É de se considerar a importância informativa proporcionada pelo vídeo interativo e a 3D.

Para a sua elaboração poderíamos estabelecer um protocolo com a escola Marquesa da Alorna para que preparasse, com os alunos, uma peça de teatro de Gil Vicente que seria gravada. O mesmo para representações de episódios simples da vida na Corte.

Igualmente se prepararia uma representação para a Almeirim dos nossos dias, com o destaque para a importância do 25 de Abril no desenvolvimento do concelho.







## **Bibliografia**

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

CHR de D. João III – Liv.º 60, fls 208 – Aforamento de uma casa e chão em Almeirim na rua do Espírito Santo a Jorge Jácome.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Almeirim.

- Biblioteca Nacional:

Barreto, José António de Oliveira - Justificação do Prior de Almeirim Acerca da Iniqua, Despótica e Injusta Prisão que Sofreu na Sua Freguezia no Dia 24 de Maio de 1834.

- Arquivo Distrital de Santarém:

Confrarias e Irmandades.

Livros do Tabelaão do Público e de Notas de Almeirim, n.º 3, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 16, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 72.

- Arquivo da Câmara Municipal de Almeirim:

Caderno das Cômruas ao Pároco de 1832.

Livro de Aforamentos da Câmara Municipal de Almeirim – 1691 a 1772. – Arquivo Histórico da CMA.

Livro de Registo de Correspondência do Administrador do Concelho de Almeirim para o Governador Civil de Santarém – 1859 a 1866.

Livros de Actas da Câmara Municipal de Almeirim - 1836 a 2019.

Livro das Cisas dos bens de raiz – 1737 a 1794.

- BEIRANTE, Maria Ângela – Confrarias e Irmandades de Santarém, 25 Anos da A.E.D.P.H.C. de Santarém. Edição da Fundação Passos Canavarro – 2003.

- CÂNCIO, Francisco – Ribatejo Lendário e Pitoresco - Junta de Província do Ribatejo – 1946-1947.

- COUTO, Guilherme Tiago Breve Notícia de Almeirim – Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim – 1991.



- HENRIQUES, Eurico M.L. “Coisas Urgentes” – 2006 – Edição do Autor.
- HENRIQUES, Eurico M. L. – Itinerários Luso-Romanos de Almeirim, in 25 Anos da A.E.D.P.H.C. de Santarém. Edição da Fundação Passos Canavarro – 2003.
- JUSTINO, Jorge – A Importância do Património Histórico-Cultural - Sua Conservação, 25 Anos da A.E.D.P.H.C. de Santarém. Edição da Fundação Passos Canavarro – 2003.
- LOPES, Aurélio – Devoção e Poder nas Festas do Espírito Santo – Edições Cosmos – 2004.
- LOPES, Flávio – Património Arquitectónico – Que Desafios para o Futuro, in Associativismo e Património. 25 Anos da A.E.D.P.H.C. de Santarém. Edição da Fundação Passos Canavarro – 2003.
- LYNIDE, Kevin – A Imagem da Cidade – Edições 70 – 1996.
- MATA, Luís António Santos Nunes – Ser, Ter e Poder – O Hospital do Espírito Santo nos finais da Idade Média – Magno Edições – 2000.
- Matriz Predial de Almeirim de 1862 – Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- MONGE, Álvaro e outros – Evidências de Hemoglobinopatia e provável associação com a Malária em duas crianças (séculos XVI-XVIII) exumados em Almeirim – 2017.
- MORENO, Humberto Baquero – Itinerários de el’ Rei D. João I – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – 1988.
- MOURA, Vasco Graça – Associativismo, Cidadania e Intervenções no Património, in Associativismo e Património. 25 Anos da A.E.D.P.H.C. de Santarém. Edição da Fundação Passos Canavarro – 2003.